



REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE RESERVA DO IGUAÇU (PR)

Volume I

FAU- Fundação de Apoio ao Desenvolvimento da Unicentro

Paraná/2022



PREFEITURA MUNICIPAL DE RESERVA DO IGUAÇU - PARANÁ

VITÓRIO ANTUNES DE PAULA

Prefeito Municipal de Reserva do Iguaçu

JOSÉ MARIA LUSTOSA MENDES

Vice-Prefeito Municipal de Reserva do Iguaçu

JOSÉ MAURICI VEIGA DE PAULA

Secretário Municipal de Administração e Desenvolvimento Econômico

CLIDISNEI RIBEIRO DE LIMA

Secretário Municipal de Finanças

VALMIR JOSE DE SOUZA

Secretário Municipal de Viação, Transportes e Obras

ELISA BORCATH

Secretária Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

ROMILDO DE OLIVEIRA CALDAS

Secretário Municipal de Saúde

CIRENE ANTUNES DA ROSA

Secretária Municipal de Assistência Social

CLAIRTON PEDROSO DE QUADROS

Secretário Municipal de Agropecuária e Desenvolvimento Rural RURAL

MARIA TERESINHA RODRIGUES SIQUEIRA

Secretária Municipal de Educação e Esportes



EQUIPE TÉCNICA DA FAU/UNICENTRO

ANNA CAROLINA SILVESTRI BLASZKOWSKI

Engenharia Civil

KARLA ADRIANE FERNANDES PEREIRA

Engenharia Civil

CLEVERSON FERNANDO SALACHE

Administração

FÁBIO HORST

Matemática

JOSÉ LEÃO

Topografia

MARCIO RONALDO SANTOS FERNANDES

Comunicação Social

RENATA PAZ

Engenharia Ambiental



PRINCIPAIS SIGLAS

ETM – Equipe Técnica Municipal

FAU – Fundação de Apoio ao Desenvolvimento da Unicentro GA – Grupo de Acompanhamento

PDM – Plano Diretor Municipal

PMRI – Prefeitura Municipal de Reserva do Iguaçu UNICENTRO – Universidade Estadual do Centro-Oeste



Sumário

CAPÍTULO 1	14
1. PREMISSAS DO PLANO DIRETOR.....	16
1.1 OBJETIVO GERAL	16
1.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS.....	16
2. AGENTES DO PLANO DIRETOR	16
3. PLANEJAMENTO DAS ATIVIDADES E METODOLOGIA.....	19
3.1 FASE 1 – PLANO DE TRABALHO	19
3.1.1 OBJETIVOS	19
.....	19
3.1.2 ATIVIDADES	20
3.1.3 METODOLOGIA	21
3.1.4 PRODUTO	21
3.2 PERFIL DO MUNICÍPIO DE RESERVA DO IGUAÇU - PR.....	21
3.2.1 OBJETIVOS.....	21
3.2.2 ATIVIDADES.....	22
3.2.3 PRODUTOS.....	23
3.3 FASE 2 - ANÁLISE TEMÁTICA	23
3.3.1 OBJETIVOS.....	23
3.3.2 ATIVIDADES.....	24
3.3.3 METODOLOGIA	27
3.3.4 PRODUTOS.....	28
3.4 FASE 3 – DEFINIÇÃO DE DIRETRIZES E PROPOSTAS	28
3.4.1 OBJETIVOS.....	28
3.4.2 ATIVIDADES E METODOLOGIA.....	29
3.4.3 PRODUTOS.....	29
3.5 FASE 4 – PLANO DE AÇÃO E INVESTIMENTO E ELABORAÇÃO DE ANTEPROJETOS DE LEI	29
3.5.1 OBJETIVOS.....	30
3.5.2 ATIVIDADES E METODOLOGIA.....	30
3.5.3 PRODUTOS.....	31
3.6 PARTICIPAÇÃO	31
3.6.1 AUDIÊNCIAS PÚBLICAS	32
3.6.2 REUNIÕES TÉCNICAS – ETM.....	33
4. EQUIPE TÉCNICA.....	34
CAPÍTULO 2	35
5. APRESENTAÇÃO	36
5.1 CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO.....	42
5.2 ASPECTOS AMBIENTAIS.....	50
5.3 USINA HIDRELÉTRICA GOVERNADOR NEY AMINTHAS DE BARROS BRAGA - SALTO SEGREDO	54
5.4 DEFESA CIVIL.....	56
5.5 ASPECTOS SÓCIO-ECONÔMICOS.....	57
5.6 ASPECTOS TERRITORIAIS	63



5.7 ASPECTOS SOCIOESPACIAIS	66
5.8 ASPECTOS DE INFRA-ESTRUTURA E SERVIÇOS PÚBLICOS.....	83
5.9 ASPECTOS INSTITUCIONAIS.....	103
5.10 ESTADO ATUAL DE ARRECADAÇÃO DO MUNICÍPIO E CAPACIDADE DE INVESTIMENTO	110
CAPÍTULO 3	115
REFERÊNCIAS.....	159



LISTA DE QUADROS

Quadro 1: equipe técnica de consultoria.....	32
Quadro 2: dados gerais do município.....	46
Quadro 3: Dados econômicos de Reserva do Iguaçu.....	57
Quadro 4: efetivo de pecuária e aves animal referente ao período de 2017/2018....	57
Quadro 5: Loteamentos aprovados.	71
Quadro 6: Municípios pertencentes a região geográfica intermediária de Guarapuava	78
Quadro 7: Região imediata de Guarapuava.....	79
Quadro 8: Divisão da Região, Taxa de Crescimento Geométrico.....	80
Quadro 9: População projetada 2010 e 2020 dos municípios da Região Intermediária de Guarapuava.....	81
Quadro 10: Extensão territorial e população do município.	81
Quadro 11: Área Territorial e Taxa de Urbanização do município.	82
Quadro 12: Extensão territorial, densidade e a população.	82
Quadro 13: População em 2010. Taxa de Crescimento do município.....	83
Quadro 14: Largura das vias da área urbana.	83
Quadro 15: Leis pertencentes ao conjunto do Plano Diretor que não passaram por alterações.	107
Quadro 16: Leis pertencentes ao conjunto do Plano Diretor que sofreram alterações.	108



INDICE DE TABELAS

Tabela 1: geral das necessidades habitacionais.	97
Tabela 2: Favelas/Ocupações Irregulares Conforme As Condições De Localização Por Município – Cohapar – Paraná – 2019	98
Tabela 3: Loteamentos Irregulares Conforme As Condições De Localização Por Município E Er – Cohapar – Paraná – 2019.	99
Tabela 4: Déficit Habitacional do Paraná em nº de Domicílios por Município.	100
Tabela 5: Orçamento previsto para o ano de 2021 no Município de Reserva do Iguaçu.	112



ÍNDICE DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Distribuição da população entre rural e urbana	81
Gráfico 2: Variação da população de Reserva do Iguaçu ao longo dos anos.	82
Gráfico 3: Necessidades habitacionais do Paraná	97
Gráfico 4: Consulta pública.	114



ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1: Eixos de Atuação da Dinâmica Municipal	41
Figura 2: Folder de divulgação da Audiência Pública – 2º Fase Análise Temática....	44
Figura 3: Localização da mesorregião centro-sul do Paraná.	42
Figura 4: Fluxos migratórios do Paraná.	43
Figura 5: Municípios que integram a mesorregião centro-sul do Paraná.	44
Figura 6: Usina hidrelétrica governador Ney Aminthas de Barros Braga – Salto Segredo.	53
Figura 7: Capela do Santuário.	62
Figura 8: Cachoeira.	62
Figura 9: Evolução da mancha urbana do município.	68
Figura 10: Mancha urbana de Reserva do Iguaçu – SEDE de 2012 a 2020	69
Figura 11: Convite Reunião Regularização Fundiária	73
Figura 12: São Sebastião.	73
Figura 13: Ambiente sem infraestrutura.	74
Figura 14: Ambiente com infraestrutura (água e luz).	74
Figura 15: Equipamentos públicos com acessibilidade.	85
Figura 16: Ruas projetadas com acessibilidade.	86
Figura 17: Avanços na mobilidade urbana.	86
Figura 18: Sistema Viário Urbano.	90
Figura 19: Mapa das 10 Vias com drenagem de águas pluviais	97
Figura 20: Zona de Ocupação Restrita.....	138



ÍNDICE DE MAPAS

Mapa 1: Perímetro Urbano da Sede do Município	140
Mapa 2: Perímetro Urbano da Vila Copel	141
Mapa 3: Macrozoneamento Urbano	142
Mapa 4: Macrozoneamento Urbano da Sede do Município	143
Mapa 5: Macrozoneamento Urbano da Vila Copel	144
Mapa 6: Sistema Viário Sede do Município	145
Mapa 7: Sistema Viário da Vila Copel	146
Mapa 8: Zoneamento Urbano da Sede do Município com Detalhamento das Zeis	147
Mapa 9: Áreas de Ocupação Irregular na Sede do Município	148
Mapa 10: Projeção de Melhorias Urbanas na Sede do Município	149
Mapa 11: Vazios Urbanos na Sede do Município	150
Mapa 12: Vazios Urbanos na Vila Copel	151
Mapa 13: Uso e Ocupação do Solo Urbano na Sede do Município	152
Mapa 14: Uso e Ocupação do Solo Urbano na Vila Copel	153
Mapa 15: Distribuição de Bairros na Vila Copel	153
Mapa 16: Distribuição de Bairros na Sede do Município	154
Mapa 17: Pavimentação Asfáltica na Sede do Município	155
Mapa 18: Pavimentação Asfáltica na Vila Copel	156
Mapa 19: Equipamentos Públicos da Vila Copel	156
Mapa 20: Equipamentos Públicos da Sede do Município	157



INTRODUÇÃO

A Nação brasileira reconhece o Município como uma entidade federativa. A competência para legislar é uma das bases da autonomia municipal, pois o Executivo edita leis que, no âmbito de sua competência, tem a mesma hierarquia das estaduais e federais, salvo no exercício da competência suplementar, quando as normas terão de se amoldar aos outros níveis de governo.

Conforme a Constituição Federal de 1988, a política de desenvolvimento urbano deve obedecer as diretrizes gerais fixadas pela União e pelo Estado, mas será executada pelos Municípios que tem autonomia para a gestão do uso e ocupação do solo urbano. Em dois artigos – 182 e 183 –, a Carta Magna delinea os princípios de política urbana e ainda obriga as cidades com mais de 20 mil habitantes a elaborarem um PDM - Plano Diretor Municipal.

Em 2001, finalmente, tivemos a aprovação do Estatuto da Cidade, na forma da lei 10.257, que, Além de regulamentar os artigos 182 e 183 da Constituição-, fixava o final de outubro de 2006 como o último prazo para que os municípios se enquadrassem nas obrigações legais aprovando seus Planos Diretores. Reserva do Iguaçu, município que possui mais de 8 mil habitantes, e cidade inserida em uma área de aspectos ambientais importantes como também possui um grande potencial hídrico e na Agricultura, sendo seu principal setor econômico a Agricultura Familiar. Estes aspectos, segundo o artigo 41 do Estatuto da Cidade, obrigaria o município a elaborar o seu PDM.

A grande mudança que traz o Estatuto e a possibilidade de apropriação do PDM pela comunidade, compartilhando a sua gestão com o Poder Público. Assim, com o “ancoramento” o plano na comunidade reduzirá os conflitos da transição política da administração municipal. A participação da sociedade em todas as etapas de elaboração do Plano Diretor permite a definição de ações prioritárias calcadas na necessidade local e o conhecimento, por toda a população, dos projetos e programas que deverá- o ser implantados no município nos próximos 10 anos. A capacitação da população para mobilização e Planejamento permite a formação de multiplicadores do plano e da amparo técnico a população para exigir o cumprimento do PDM.

O Estatuto da Cidade ainda reafirma que o Plano Diretor deve constituir o instrumento legal orientador da política de desenvolvimento e expansão urbana, cabendo a ele garantir a função social da propriedade através da adoção de políticas e instrumentos. Territorialmente, o Plano deve abranger a totalidade local: assim,



deverá reconhecer todas as formas de ocupação e as funções urbanas, ainda que estas não estejam na área urbana legal.

Adicionalmente, cumpre destacar que a Política de Desenvolvimento Urbano do Paraná - PDU reafirma os preceitos federais e recomenda, inicialmente, a indução de um processo de Planejamento para a Implementação de Planos Diretores para os municípios com mais de 20.000 habitantes, os pertencentes as regiões metropolitanas de Curitiba, Londrina e Maringa. Além disso, o Decreto Estadual nº 2581 (2004), em seu artigo 01, traz a seguinte redação:

Art. 1º O Estado do Paraná somente firmara convênios de financiamento de obras de infraestrutura e serviços com municípios que obedecerem aos seguintes requisitos;

a) aos municípios que executarem com recursos próprios ou financiarem prioritariamente planos diretores ou planos de zoneamento, em conformidade com o que estabelece o estatuto das cidades, para elaboração em até 180 (cento e oitenta) dias.

Com a revisão do PDM, o Executivo passa a ter acesso aos investimentos para a execução de obras e similares, com base na construção de um Plano de Ação e Investimento (Locais e Setoriais do Município) que é resultante da implantação do processo de Planejamento local durante a execução dos Planos Diretores.

Pondera-se ainda que o Plano Diretor Municipal tem um objetivo amplo de interferir no processo de desenvolvimento local a partir de uma compreensão global dos fenômenos políticos, sociais, econômicos e territoriais que condicionam a evolução da cidade.

Sua elaboração, portanto, não se volta apenas para o processo de urbanização, mas busca também o progresso econômico e a melhoria da qualidade de vida da população municipal.

A seguir as três primeiras fases do processo de Revisão do Plano Diretor Municipal de Reserva do Iguaçu estão apresentadas.



CAPÍTULO 1

1ª FASE - MOBILIZAÇÃO



APRESENTAÇÃO

O presente documento técnico compõe o PRODUTO 01 - PLANO DE TRABALHO, produzido na 1ª FASE - Mobilização, que prevê o Planejamento da Revisão do Plano Diretor do Município de Reserva do Iguaçu - Paraná - Brasil, decorrente do Contrato de Prestação de Serviços Nº 142/2021, celebrado entre o Município de Reserva do Iguaçu e a Equipe Técnica da Fundação de Apoio ao Desenvolvimento da Unicentro (FAU Unicentro).



1. PREMISSAS DO PLANO DIRETOR

1.1 OBJETIVO GERAL

Em consonância com os requerimentos do Termo de Referência e em conformidade com o Estatuto da Cidade (Lei Federal 10.257/2001), o “Plano Diretor de Reserva do Iguaçu tem como objetivos identificar as vocações, diferenciais, potencialidades, carencias e dificuldades do município, propor ações orientadas para o desenvolvimento local e regional, compatibilização dos condicionantes ambientais e as atividades antropicas desenvolvidas em seu território, estabelecer a integração das atividades do município com a região, de forma a promover o crescimento sustentável e ordenamento territorial”.

1.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

1. Propor ou rever a regulação municipal e elaborar novos instrumentos legais; Adaptar os instrumentos legais na Constituição Federal, Constituição Estadual e Lei Orgânica Municipal e outras pertinentes;
2. Discutir junto à administração municipal e à sociedade civil organizada os programas a serem implantados para o ordenamento do processo de desenvolvimento sustentável;
3. Definir o zoneamento de todo o território municipal visando ao desenvolvimento sustentado, levando-se em consideração os compartimentos ambientais protegidos por legislação federal e estadual;
4. Apresentar diretrizes e propostas para implantação e organização da infraestrutura e dos serviços públicos, desenvolvimento socioeconômico e institucional do Município de Reserva do Iguaçu;
5. Propor os mecanismos e instrumentos que possibilitem a implantação pelo município de um sistema de atualização, acompanhamento, controle e avaliação constante do processo de Planejamento.

2. AGENTES DO PLANO DIRETOR

O PDM deve envolver em suas etapas todos os agentes que interferem na realidade territorial, seja criando regras e fazendo a gestão do território como ocupando e se apropriando dos espaços municipais.



Destaca-se a importância da mobilização e capacitação destes atores como prioritária para a produção de um Plano Diretor Participativo, sendo necessária composição dos grupos de representação municipal e comunitária.

A organização, as atribuições e a forma de relacionamento entre os agentes públicos e privados são apresentados a seguir:

O Desenvolvimento de revisão do Plano Diretor Municipal esta organizado por meio da participação de vários tomadores de decisão. As instâncias são estruturadas a partir da formação de grupos internos e externos a Prefeitura que representam diferentes interesses, afinidades Técnicas ou políticas.

Desse modo, as instâncias de participação são formadas a partir da Prefeitura Municipal, conformêsegue:

- ✓ Equipe Técnica Municipal (ETM);
- ✓ Conselho Municipal da Cidade (CMC); e
- ✓ Grupo de Acompanhamento (GA).

Estas instâncias possuem representantes do Poder Público, de segmentos organizados, de moradores distribuídos a partir do local de moradia na cidade (Bairros e Distritos). Além destes, a participação se faz aberta a outros atores, como o Ministério Público e Câmara de Vereadores, de forma a permitir a fiscalização sobre o andamento do Plano.

De seu turno, a Coordenação Geral, formada pela Fundação de Apoio ao Desenvolvimento da Unicentro (FAU Unicentro) possui, dentre outras, as seguintes atribuições:

- ✓ Gestão Técnica e Política da revisão do Plano Diretor;
- ✓ Relatório do Plano de Trabalho;
- ✓ Acompanhar todas as etapas;
- ✓ Participar do processo coletivo;
- ✓ Mobilizar politicamente atores internos e externos da Prefeitura;
- ✓ Avaliar, monitorar, propor ações e sugerir mudanças em relação ao conteúdo produzido.

A Equipe Técnica Municipal (ETM), composta por técnicos de diversas secretarias municipais, possui as seguintes atribuições, entre outras:



- ✓ Fiscalizar o processo de elaboração do Plano Diretor Municipal;
- ✓ Disponibilizar informações e documentos;
- ✓ Contribuir para visão intersetorial da revisão do plano;
- ✓ Participar de reuniões Técnicas e eventos coletivos;
- ✓ Mobilizar atores internos e externos;
- ✓ Acompanhar todas as etapas da revisão do plano;
- ✓ Avaliar, monitorar, propor ações e sugerir mudanças em relação ao conteúdo técnico produzido;
- ✓ Zelar pelo cumprimento do termo de referência.

A Equipe Técnica de Apoio, composta por técnicos de diversas secretarias municipais, possui as seguintes atribuições, entre outras:

- ✓ Disponibilizar informações e documentos solicitados pela ETM e pela consultoria;
- ✓ Contribuir para visão intersetorial da revisão do Plano Diretor Municipal;
- ✓ Participar de reuniões técnicas e eventos participativos quando convocados;
- ✓ Mobilizar atores internos e externos;
- ✓ Avaliar, propor ações e sugerir mudanças em relação ao conteúdo produzido sempre que entender necessário;
- ✓ Acompanhar o processo de Revisão do Plano Diretor Municipal contribuindo com sugestões, críticas e correções quando julgarem pertinentes.

Com relação aos segmentos da sociedade civil, as instâncias são representadas pelo Conselho Municipal da Cidade (CMC), que tem como funções, dentre outros:

- ✓ Participar efetivamente de todas as reuniões de discussão da elaboração da revisão do Plano, sempre que houver convocação;
- ✓ Assegurar a publicidade quanto ao cronograma de atividades, aos documentos e informações produzidos;
- ✓ Acompanhar e qualificar as discussões referentes a elaboração da revisão do Plano Diretor;
- ✓ Mobilizar atores da sociedade civil para participar dos momentos participativos do Plano Diretor;
- ✓ Informar os segmentos da sociedade civil sobre as propostas de revisão;
- ✓ Construir pautas, propostas e apresentar as críticas oriundas da sociedade civil acerca do processo de revisão;
- ✓ Participar dos espaços coletivos;
- ✓ Avaliar, monitorar, propor ações e sugerir mudanças em relação ao conteúdo produzido;
- ✓ Acompanhar e fiscalizar as atividades de elaboração da revisão do Plano Diretor;



- ✓ Fomentar no município a divulgação de eventos de importância significativa na elaboração da revisão do Plano;
- ✓ Cumprir as prerrogativas estabelecidas pelo Estatuto da Cidade no que diz respeito a participação democrática de representação da sociedade na elaboração do PDM.
- ✓ Já o Grupo de Acompanhamento (GA) tem as seguintes funções, dentre outras:
- ✓ Participar efetivamente das reuniões de discussão da revisão sempre que houver convocação;
- ✓ Assegurar a publicidade quanto ao cronograma de atividades, aos documentos e informações produzidos;
- ✓ Acompanhar e qualificar as discussões referentes a revisão do Plano Diretor;
- ✓ Mobilizar atores da sociedade civil para participar dos momentos participativos do Plano Diretor;
- ✓ Informar os segmentos da sociedade civil sobre as propostas apresentadas;
- ✓ Construir pautas, propostas e apresentar as críticas oriundas da sociedade civil acerca do processo de revisão;
- ✓ Participar dos espaços coletivos;
- ✓ Cumprir as prerrogativas estabelecidas pelo Estatuto da Cidade no que diz respeito a participação democrática de representação da sociedade na elaboração do PDM.

3. PLANEJAMENTO DAS ATIVIDADES E METODOLOGIA

As atividades do Plano Diretor serão realizadas em 05 (cinco) fases durante um período de 330 dias, a contar de 03 de agosto 2021. As fases, seus objetivos, metodologias e produtos são apresentados a seguir em ordem cronológica.

3.1 FASE 1 – PLANO DE TRABALHO

3.1.1 OBJETIVOS

O Plano de Trabalho consiste no Planejamento das atividades do Plano Diretor Municipal (PDM), com a definição e descrição detalhada das fases, equacionamento da metodologia, do cronograma e de produtos. Sua importância está em planejar a execução dos trabalhos de acordo com os objetivos propostos e as metas a serem alcançadas.

3.1.2 ATIVIDADES

Articulação Institucional e Mobilização: o ponto de partida consistiu na abertura de um processo de envolvimento, com suporte legal, administrativo e financeiro, dos diversos interessados, agentes sociais e institucionais, públicos e privados, relacionados aos objetivos e atividades do PDM.

Na Fase 1 foram definidas as instituições a serem envolvidas na execução técnica do PDM, bem como a equipe multidisciplinar responsável pela execução das atividades e a geração do produto.

A Consolidação das Atividades incluiu a definição dos objetivos iniciais do PDM, que acabaram aprimorados em função das reuniões técnicas e audiências pública, como a reunião inaugural de agosto, via web, com transmissão pelo aplicativo Google Meet, e com a audiências pública do mês subsequente, presencial na Câmara de Vereadores e com transmissão por Internet, no link www.facebook.com/pmriOficial. Foram definidos os conteúdos temáticos, a programação do trabalho, a forma de comunicação entre os agentes participantes e o cronograma de trabalho, prevendo reuniões Técnicas, entregas de produtos e audiências públicas.

1ª Audiência Pública do Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado

A elaboração do PDM deve ser feita por meio de consulta pública e do envolvimento de segmentos sociais com abertura a participação de toda a comunidade em caráter permanente. Um dos instrumentos de participação que serão utilizados será a Audiência Pública.

A primeira Audiência Pública deu-se no dia 29 de setembro de 2021, conforme estabelecido em reunião específica com a Equipe Técnica Municipal e seguiu todos os certames legais, abordando aspectos como:

- ✓ Explanação do que é o Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado;
- ✓ Apresentação das etapas e formas de participação e publicidade e comunicação;
- ✓ Levantamento preliminar das expectativas e prioridades estabelecidas pela comunidade;
- ✓ Apresentação da composição da Comissão de Acompanhamento do PDM.

Como já mencionado outora, a ata da Audiência Pública, a lista de presença (pessoas e entidades), a apresentação em Power Point utilizada durante a audiência e o arquivo de mídia eletrônica com o inteiro teor da audiência, estão de posse da Prefeitura Municipal de Reserva do Iguaçu.

3.1.3 METODOLOGIA

Para a consecução destas atividades aconteceram reuniões de trabalho entre o Núcleo do Plano Diretor – ETM e os técnicos da Equipe Técnica de Consultoria, sendo favorecida a participação de representantes de órgãos de Governo e entidades civis a fim de consolidar o Projeto.

3.1.4 PRODUTO

Aos 25 (vinte e cinco) dias a partir da ordem de serviço, diz o contrato celebrado com o Município, deveria ser entregue o Relatório do Plano de Trabalho contendo o detalhamento das atividades a serem executadas, metodologia de trabalho e cronograma de entregas. O presente documento da conta dessa obrigação contratual.

3.2 PERFIL DO MUNICÍPIO DE RESERVA DO IGUAÇU - PR

A pesquisa deverá ser iniciada com o levantamento de dados e avaliação do PDM já existentes, pesquisados especialmente por órgãos governamentais, como recenseamentos e pesquisas indiretas. A partir desse levantamento, será possível verificar a eventual necessidade de complementação de dados, através de pesquisas específicas. O conjunto de dados será avaliado, conforme os temas:

- ✓ Aspectos regionais;
- ✓ Aspectos ambientais;
- ✓ Aspectos socioeconômicos/turísticos;
- ✓ Aspectos territoriais;
- ✓ Aspectos de infraestrutura e serviços públicos;
- ✓ Aspectos institucionais.

3.2.1 OBJETIVOS

Consiste no reconhecimento da realidade municipal - urbana e rural - mediante leitura sobre os aspectos regionais, institucionais, ambientais, territoriais, econômicos,

sociais e de infraestrutura e serviços públicos. Além da capacitação do Conselho Municipal da Cidade (CMC) e Equipe Técnica Municipal (ETM) para mobilização da população.

3.2.2 ATIVIDADES

Serão realizadas as atividades de levantamento de dados e informações; obtenção de cartografia e aerofotogrametria básica, especialização de dados e informações nas escalas regional e municipal (urbana e rural), avaliando o que já foi implantado do PDM e das leis em vigor e o que foi alterado ao longo dos últimos anos, o que trouxe de fato os resultados esperados e o que não foi aplicado.

➤ **Capacitação do CMC e da ETM**

Nesta etapa, será iniciada a capacitação do CMC e da ETM do Plano Diretor com o objetivo de habilitá-los a discutir a revisão do plano diretor e o estatuto da cidade, a desenvolver métodos de mobilização da comunidade e acompanhar o processo de elaboração e implantação do Plano Diretor.

Objetivo da capacitação: Preparar os representantes da comunidade para que possam participar do Plano Diretor de forma mais atuante, envolvendo a comunidade local de forma ampla e atuante em todas as etapas do processo de trabalho.

Metodologia de trabalho:

- ✓ Apresentação expositiva do conteúdo;
- ✓ Oficina de trabalho com o objetivo de perceber o grau de compreensão dos participantes em relação ao tema abordado e realizar uma “reunião regionalizada piloto” para que o CMC possa conduzi-la em reuniões locais com a comunidade;
- ✓ Planejamento das atividades dos representantes junto as comunidades específicas;
- ✓ Abertura para sugestões dos participantes no processo de mobilização;
- ✓ Agenda de trabalho dos representantes com a comunidade: local, data, responsáveis pela organização.

➤ **Levantamento de Dados e Informações**

Esta atividade deverá proporcionar a construção do perfil de Reserva do Iguaçu em relação a situação fundiária, aos serviços, a infraestrutura, a organização institucional, aos aspectos ambientais e sociais a partir de informações



disponíveis de caráter multiescalar, elaboradas ou atualizadas por diversas instituições federais, estaduais, secretarias municipais e, quando possível programas específicos.

Serão coletados, sistematizados e organizados os dados e informações abrangendo os setores públicos e privados nas esferas federal, estadual e municipal.

Complementarmente, será realizada a identificação e a avaliação preliminar das demandas dos principais agentes envolvidos, assim como as ameaças e oportunidades ambientais, socioeconômicos, territoriais e de organização institucional associando-os aos conteúdos temáticos e a programação de trabalho.

3.2.3 PRODUTOS

Aos 90 (noventa) dias a partir da data da ordem de serviço, deverá ser entregue o documento contendo o Perfil do Município de Reserva do Iguaçu, que corresponde ao levantamento de dados e a configuração da situação atual e histórica dos temas ambientais, socioeconômicos/turísticos, territoriais, institucionais, de infraestrutura e serviços públicos nas escalas regional e municipal (urbana e rural).

3.3 FASE 2 - ANÁLISE TEMÁTICA

Com base nos dados quantitativos e qualitativos coletados na fase anterior, deverão ser avaliados os temas levantados e suas interrelações. Sempre que possível, as informações deverão ser espacializadas em mapas, em escala adequada, apresentada em formato adequado e em meio digital.

Deverá ser elaborada a análise individualizada de cada informação, sua interrelação e a inserção no contexto geral, permitindo uma visão ampla das ameaças e oportunidades locais.

3.3.1 OBJETIVOS

Realização da leitura técnica em parceria com a ETM e outras entidades dos governos estadual e federal juntamente com FAU Unicentro. Nesta fase também

serão realizadas reuniões técnicas temáticas e reuniões regionalizadas com a comunidade.

3.3.2 ATIVIDADES

➤ **Leitura Técnica**

A Leitura Técnica será feita por meio de reuniões Técnicas considerando todos os temas setoriais, além de análises espaciais georreferenciadas nas escalas regional e municipal (urbana e rural), identificando-se tendências, conflitos, ameaças e oportunidades, conforme metodologia apresentada no item a seguir .

Na Leitura Técnica, serão desenvolvidos os cenários atuais e as tendências poderão ser discutidas, dentre outras questões: o uso do solo; a participação da comunidade no Planejamento municipal; tendências dos impactos ambientais na qualidade de vida urbana; ofertas e demandas socioeconômicas e o acesso a equipamentos, infraestrutura e serviços.

➤ **2º Audiência Pública**

A compatibilização da leitura Técnica e da leitura comunitária será realizada na 2ª Audiência Pública, evento amplamente divulgado e aberto que terá como objetivo a legitimação da leitura participativa da realidade. Estima-se que essa agenda ocorrerá na segunda quinzena de novembro de 2021.

➤ **Temas mínimos a serem abordados**

Análise dos temas, a seguir os temas que serão abordados na etapa de análise.

a) Aspectos Territoriais

O objetivo deste estudo consiste em entender e avaliar a dinâmica de formação, ocupação e organização do uso do solo urbano e municipal, considerando a forma como os agentes sociais se manifestam no território. Essa análise reconstrói as tendências históricas de produção do espaço, perpassadas pelos estudos demográficos, sociais, econômicos, urbano-regionais e de infraestrutura, avaliando oportunidades e ameaças dentro de um contexto regional, municipal e urbano.

As questões relacionadas a este tema irão abordar as tendências de ocupação do território; a evolução urbana; o uso do solo urbanizado e rural; as demandas para o uso do solo atual e para os próximos 10 anos, identificando os principais entraves espaciais existentes; a organização do território municipal; as relações entre os espaços da cidade; a tipologia de uso e ocupação do solo nas áreas de expansão urbana e rural; a análise da tipologia habitacional e de sua demanda; a identificação das áreas de ocupação irregular e clandestina, avaliando seu impacto ambiental e urbanístico; a identificação de áreas enfatizando a relação da densidade construtiva e da densidade demográfica com a capacidade de suporte da infraestrutura urbana (áreas com infraestrutura ociosa e áreas ocupadas com precariedade de infraestrutura); as potencialidades e restrições da área central e revitalização do entorno; a organização das comunidades nos bairros e no município entre outros.

b) Aspectos Ambientais

Este produto vai auxiliar a interpretação sobre a situação atual quanto ao tema ambiental. Devem ser determinadas áreas para a manutenção da biodiversidade existente dentro das unidades, permitindo que os processos ecológicos e seus serviços ambientais mantenham a qualidade necessária para o desenvolvimento sustentável ao longo do tempo.

Ainda, serão identificados quais são os fatores ecológicos limitantes a sustentabilidade de uso e integridade em cada unidade natural e quais os setores sociais produtivos ou, as interações e conflitos entre estes, que mais influenciam positiva ou negativamente sobre a integridade nas diferentes unidades naturais.

Alguns indicadores como extensão da área natural e antropizada; nível de conectividade e fragmentação; grau de ameaça; taxa de conversão de áreas naturais; número de espécies ameaçadas; perda de biodiversidade; erosão de solos; desperenização de correios; diminuição na qualidade da água e do ar; unidades de conservação existentes; os diferentes tipos de cobertura vegetal, de solo, de relevo e hidrografia, podem auxiliar na avaliação das unidades naturais.

c) Aspectos de Infraestrutura e Serviços

A avaliação das ameaças e as oportunidades nas escalas regional e municipal (urbana e rural) dos aspectos de infraestrutura e serviços devem abordar os temas de saneamento ambiental (abastecimento de água, esgotamento sanitário, energia elétrica e iluminação pública e telecomunicações).

d) Aspectos Econômicos

Os estudos da área econômica contemplarão a avaliação das ameaças e as oportunidades nas escalas regional e municipal (urbana e rural) dos seguintes temas: capacidade de investimento do município, visando a priorização dos investimentos caracterizados como necessários para a efetivação dos objetivos, diretrizes e metas do Plano Diretor Municipal; sistema de informações municipais disponíveis para a gestão do desenvolvimento local (dados do Cadastro Técnico Imobiliário e Econômico e demais bancos de dados municipais, identificando-os); capacidade de mobilização de recursos do município, sua evolução anual e projeção para os próximos 10 anos, considerando também possíveis fontes alternativas de recursos financeiros e possibilidade de realização de operações de crédito (capacidade de endividamento); turismo; ameaças e potencialidades para o desenvolvimento econômico local, entre outros necessários.

e) Aspectos Sociais

A especialização e identificação de indicadores sociais básicos, notadamente aqueles relativos a renda, assistência social, cultura e esporte, segurança pública, recreação, educação e saúde da população; formas de participação nas decisões do município; organização das associações e entidades representativas da comunidade; interação entre os bairros, área urbana e rural; e relações entre espaço e comunidade, constituem um produto síntese da dimensão socioeconômica. A análise dos indicadores sociais permite incorporar o estudo das desigualdades sociais com vistas a abordar, de forma mais direta, os limites e possibilidades das Políticas Públicas. As políticas sociais nesta área tornam relevante a construção de um quadro atualizado da distribuição geográfica.

f) Organização Jurídico-Institucional

Os estudos devem levantar e avaliar os aspectos formais da legislação; os programas federais, estaduais e municipais pertinentes; a organização da administração pública, a dinâmica das forças atuantes da sociedade civil, a legislação vigente no município: Plano Diretor / Plano de Uso e Ocupação do Solo Urbano, Perímetro Urbano, Expansão Urbana, Parcelamento do Solo para fins Urbanos, Uso e Ocupação do Solo Urbano, Sistema Viário, Códigos de Obras e Posturas, Lei de Procedimentos Administrativos. O enfoque da análise deve ser o uso adequado ou inadequado dos instrumentos de cada lei, em particular em relação a questões constitucionais, Lei Orgânica Municipal e demais leis federais, estaduais e municipais; questões físico-ambientais e adequação a realidade do uso e ocupação do solo existente.

g) Síntese da Situação Atual

A correlação dos produtos do diagnóstico dos aspectos territoriais, ambientais, sociais, econômicos, de infraestrutura e institucionais apresentam a situação atual do território. Este diagnóstico apresenta o nível dos conflitos e os tipos de problemas existentes segundo as escalas regional e municipal (rural, insular e urbana), identificando as principais ameaças e oportunidades para que seja possível propor adequações e melhorias para minimizar ou afastar problemas e conflitos diagnosticados e utilizar, de forma racional, econômica e ecológica, as potencialidades de cada área.

h) Análise e Estruturação das Informações

Esta atividade é fundamental para planejar e viabilizar a montagem da base de informação do PDM. Neste momento, são realizados os levantamentos dos documentos secundários existentes em seus diferentes formatos, bem como a necessidade de aquisição dos mesmos. A sistematização das informações permitirá definir a estrutura do banco de dados bem como fornecerão acervo documental preexistente para alimentar a Base de Informação do PDM.

3.3.3 METODOLOGIA

Optou-se por metodologia participativa apoiada na Teoria de Sistemas, Metodologias de Ameaças e Oportunidades para o Desenvolvimento de Cenários Tendencial e Dirigido. Esta metodologia será demonstrada a seguir:

A Metodologia de Ameaças e Oportunidades trata de uma sistemática de organização dos dados levantados que possibilita uma análise individualizada e integrada dos elementos e a estruturação de estratégias de ação de acordo com temas e escalas. Esta técnica é um instrumento útil na interrelação entre escalas, multissetores e agentes envolvidos, pois possibilita o planejamento e organização da leitura técnica do espaço de forma compreensível e de fácil visualização. Por meio deste método de análise é possível organizar e definir estratégias e ações específicas de forma sistêmica. A Metodologia de Ameaças e Oportunidades consiste em classificar os dados levantados nas seguintes categorias:

Ameaças - elementos que representam deficiências, limites e problemas que devem ser solucionados;

Oportunidades - elementos, recursos ou vantagens que até então não foram aproveitados adequadamente e poderiam ser incorporados positivamente, sanando deficiências ou se desenvolvendo no sentido de melhorar seu estado atual.



Estas categorias serão identificadas e organizadas em matrizes de análise compostas por Escalas vs Temas. As escalas propostas para o PDM de Reserva do Iguaçu são: regional e municipal (urbana e rural). Os temas indicados são: ambientais, socioeconômicos, turísticos, territoriais, institucionais, de infraestrutura e serviços públicos.

A Técnica de Cenários é utilizada como complemento ao processo de Planejamento estratégico. Através dela são criados cenários alternativos que possibilitam considerar as diversas possibilidades de futuro na formulação dos objetivos, das diretrizes e das estratégias da organização.

No Plano de Reserva do Iguaçu serão traçados dois cenários típicos: o cenário atual, que caracteriza a situação presente e o cenário desejável, que corresponde ao futuro desejado e possível, estabelecido a partir de critérios de análise.

3.3.4 PRODUTOS

Aos 120 (cento e vinte) dias a partir da data da ordem de serviço, deverá ser entregue o documento contendo a análise do município de Reserva do Iguaçu, que corresponde à compatibilização da leitura comunitária e técnica sobre os temas: ambientais, socioeconômicos/turísticos, territoriais, institucionais de infraestrutura e serviços públicos nas escalas regional e municipal (urbana e rural).

3.4 FASE 3 – DEFINIÇÃO DE DIRETRIZES E PROPOSTAS

Com base nas avaliações efetuadas, deverão ser elaboradas diretrizes e propostas para as ações ambientais, socioeconômicas, socioespaciais e de infraestrutura e serviços públicos, contemplando intervenções para curto, médio e longo prazo.

Ainda poderá ser apresentada adequação da estrutura organizacional da Prefeitura Municipal de Reserva do Iguaçu visando a implementação do Plano Diretor, a gestão do desenvolvimento municipal e a necessária atualização permanente.

3.4.1 OBJETIVOS

Nesta fase serão elaboradas as diretrizes e propostas para as ações institucionais, socioeconômicas, ambientais, físicas, espaciais e de infraestrutura e serviços públicos. Será também realizada a 3ª Audiência Pública.

3.4.2 ATIVIDADES E METODOLOGIA

Serão realizadas reuniões técnicas e reuniões regionalizadas como proposto no item 4.6 e os resultados deste serão levados para definição de propostas prioritárias na 3ª Audiência Pública.

a) Diretrizes e Propostas

Desenvolvimento das diretrizes preliminares com base nas conclusões geradas pela Avaliação Temática Integrada. As propostas deverão abranger os temas avaliados na fase anterior e os temas priorizados pela administração municipal e pela comunidade em reuniões e audiências públicas. Destacam-se os seguintes:

Distribuição equitativa dos usos, atividades, infraestrutura social e urbana e densidades construtivas e demográficas;

Estruturação e articulação de um sistema de transporte, que garanta o deslocamento de moradores;

Diretrizes para o meio ambiente, o saneamento básico e a proteção ao patrimônio natural, paisagístico, histórico, arqueológico e demais elementos que caracterizam a identidade do município;

Procedimentos e instrumentos a serem adotados nos projetos de parcelamento, (loteamentos, desmembramentos e remembramentos), edificações e consultas prévias, liberação de alvarás, laudo de conclusão de obras e “habite-se”;

Processos para a institucionalização e o funcionamento de mecanismos de gestão democrática;

Propostas para regulamentar e promover usos compatíveis com a sustentabilidade ecológica, social e econômica das diferentes unidades ambientais definidas na análise;

3.4.3 PRODUTOS

Aos 165 (cento e sessenta e cinco) dias a partir da ordem de serviço, deverá ser entregue o documento contendo a definição de Diretrizes e Proposições.

3.5 FASE 4 – PLANO DE AÇÃO E INVESTIMENTO E ELABORAÇÃO DE ANTEPROJETOS DE LEI

Após a consolidação das propostas e sua aprovação em audiência Pública, serão elaboradas as minutas de projetos de Lei, as quais sempre serão



acompanhadas de mapas em escala apropriada. Também será realizada a 4ª Audiências Pública para a apresentação final das propostas do PDM e esclarecimento do processo contínuo de Planejamento.

3.5.1 OBJETIVOS

Nesta fase serão apresentadas as minutas de Anteprojeto de Lei do PDM e a organização do Plano de ações e investimentos da Prefeitura Municipal de Reserva do Iguaçu.

3.5.2 ATIVIDADES E METODOLOGIA

a) Deverá ser elaborada a minuta de anteprojeto de Lei das propostas do plano.

b) As minutas de Anteprojeto de Lei abrangerão: anteprojeto de Lei do Plano Diretor Municipal: serão estabelecidas as diretrizes e proposições de desenvolvimento municipal incluindo: macrozoneamento (Organização Espacial); Planejamento e gestão do desenvolvimento municipal, definindo os instrumentos que auxiliarão o Poder Municipal na tarefa de planejar e gerenciar o desenvolvimento; sistema de acompanhamento e controle do plano e instrumentos do Estatuto da Cidade. Anteprojeto de Lei do Perímetro Urbano: delimita as áreas urbanas e de expansão urbana do município, onde o Município proverá os espaços de equipamentos e serviços, bem como exercer o seu poder de polícia e de tributação municipal. Acompanhada de mapa em escala apropriada.

Anteprojeto de Lei de Parcelamento do Solo Urbano: define os procedimentos relacionados com os loteamentos, desmembramentos e remembramentos de lotes urbanos e demais requisitos urbanísticos. Ressalte-se que a Lei de Parcelamento do Solo Urbano é uma regulamentação da Lei Federal nº 6.766/79, alterada pela Lei Federal nº 9.785/99.

Anteprojeto de Lei de Uso e Ocupação do Solo Urbano: divide o território do município em zonas, define a distribuição da população neste espaço em função da infraestrutura existente e das condicionantes ambientais.

Anteprojeto de Lei do Sistema Viário: hierarquização e dimensionamento das vias públicas.

Anteprojeto de Lei do Código de Edificações e Obras: estabelece normas para a elaboração de projetos e execução de obras e instalações, em seus aspectos técnicos, estruturais e funcionais, realizados sobre o território municipal.



Anteprojeto de Lei do Código de Posturas: contém as medidas de polícia administrativa a cargo do Município em matéria de proteção paisagística e ambiental, higiene, ordem pública, funcionamento dos estabelecimentos comerciais e industriais, e atividades em logradouros públicos, instituindo as necessárias relações entre o poder Público e os munícipes.

A) Planejamento Municipal

Adequação da estrutura organizacional da Prefeitura Municipal visando a implementação do Plano Diretor Municipal e gestão do desenvolvimento municipal e consequente atualização permanente.

Para a avaliação e monitoramento do desenvolvimento municipal, será promovida a organização de um sistema de informações, baseado em indicadores. Estes indicadores possibilitarão a avaliação anual do desempenho do processo de Planejamento e gestão municipal ressaltando as metas definidas a serem alcançadas.

3.5.3 PRODUTOS

Aos 180 (cento e oitenta) dias a partir da data da assinatura do contrato, deverá ser entregue a versão final dos documentos relativos aos produtos mencionados.

3.6 PARTICIPAÇÃO

As audiências públicas tem por objetivo a mobilização da comunidade, a publicidade do PDM, a participação direta da comunidade no reconhecimento da realidade municipal, a consolidação das diretrizes e propostas do PDM, e, eventualmente, o acompanhamento do processo de discussão e aprovação pela Câmara Municipal. A realização de Audiências públicas durante o processo de elaboração do PDM é uma exigência legal. Contudo, é importante que a metodologia das audiências não seja meramente de apresentação das propostas por parte de um corpo técnico. Além de toda a comunidade de Reserva do Iguaçu é importante que participem também representantes da sociedade civil organizada (sindicatos, associações, institutos) e cidades vizinhas. Para assegurar a participação comunitária direta e a construção de cenários adequados à realidade de Reserva do Iguaçu, está prevista uma ampla agenda de reuniões regionalizadas com a ETM e comunidade e reuniões técnicas com o CMC.

As reuniões serão realizadas em todas as fases da elaboração do Plano. Além das reuniões técnicas e reuniões regionalizadas serão realizadas reuniões de apresentação de relatórios, nas quais serão discutidas as atividades já realizadas, ajustadas expectativas e revisado o cronograma.

3.6.1 AUDIÊNCIAS PÚBLICAS

Reiterá-se aqui que as Audiências Públicas do Plano Diretor Participativo tem por finalidade informar, colher subsídios, debater, rever e analisar seu conteúdo, e devem seguir as seguintes recomendações do Estatuto da Cidade e Conselho Nacional das Cidades:

Ser convocada por edital, anunciada pela Imprensa local ou utilizar os meios de comunicação de massa ao alcance da população local como: a divulgação por panfletos, faixas, cartazes, outdoors;

Ocorrer em locais e horários acessíveis à maioria da população;

Serem dirigidas pelo Poder Público Municipal, que após a exposição de todo o conteúdo, abriria as discussões aos presentes;

Garantir a presença de todos os cidadãos e cidadãs, independente de comprovação de residência ou qualquer outra condição, que assinarão lista de presença;

Serem gravadas e, ao final de cada uma, lavrada a respectiva ata, cujos conteúdos deverão ser apensados ao Projeto de Lei, compondo memorial do processo, inclusive na sua tramitação legislativa.

O Município de Reserva do Iguaçu realizará, em local adequado e com divulgação prévia de, no mínimo 15 dias, 4 (quatro) audiências públicas durante o processo de elaboração do Plano Diretor. As audiências s serão organizadas pela Prefeitura Municipal, com total apoio da Equipe Técnica de Consultoria. As audiências deverão ser gravadas, registadas em atas e seus resultados amplamente divulgados.

A divulgação deverá ser realizada por: faixas, cartazes, panfletos, outdoors, carro de som, redes sociais, site da prefeitura, convites para as entidades atuantes no município (associações, organizações não governamentais, cooperativas, sindicatos, entre outros).

Convidar a mídia local para acompanhamento e divulgação de todo o processo do plano diretor participativo. O registro das reuniões e audiências públicas, bem como os relatórios de todas as fases, deverá estar disponível à população na “sala do plano diretor”. O local de realização das audiências deverá possuir: mesa na

entrada do ambiente para as inscrições, cadeiras para os participantes, aparelhagem eletrônica necessária para a boa compreensão dos palestrantes e participantes, extensão elétrica, computador para a apresentação, data show. Caso seja possível: quadro branco e pincel atômico, mesa de água e café, papel e caneta para os participantes fazerem anotações, panfletos de divulgação do Plano Diretor. Considerando a situação que o País se encontra em relação a pandemia Covid19, as audiências poderão ocorrer no formato híbrido (com transmissão on line), garantindo os mesmos preceitos das audiências presenciais.

3.6.2 REUNIÕES TÉCNICAS – ETM

As reuniões técnicas tem por objetivo a fiscalização, a discussão, o aprimoramento e o acompanhamento do PDM pelo os agentes públicos, especialmente aqueles que compõem a ETM, buscando ainda o início de um processo de interação destes agentes que conduzirão a política urbana municipal. As reuniões técnicas não serão, necessariamente, realizadas com toda a ETM. Poderão existir reuniões técnicas temáticas nas quais representantes de cada Secretaria discutirão, fornecerão dados e informações, apresentarão demandas, propostas e sugestões dos temas de sua área individualmente.

As reuniões técnicas serão realizadas em todas as fases de acordo com a demanda apresentada. A convocação das mesmas poderá ser feita tanto pelos membros da ETM como pela Equipe Técnica de Consultoria, sem restrições quanto ao número de convites.

O consenso deve congrega, efetivamente, a contribuição de todos. Os participantes das reuniões serão divididos em grupostemáticos. Dentro do grupo, uma pessoa será o facilitador, que evitará a discussão negativa e encorajará o processo, além de ser encarregada de anotar os pontos consensuais, prestando atenção às discussões para anotar sempre que se alcançar um consenso. O Consenso Final será consolidado a partir dos pontos consensuais.

O interessante nesta metodologia é que ela obriga os participantes a ouvir as demandas alheias, e desta forma, superar a ideia de defender, através da participação popular, apenas os seus interesses individuais.

Assim, é importante que, antes da dinâmica, os participantes sejam orientados a não pré-julgar as ideias dos outros, a se engajar no processo participativo e, principalmente, a escutar o que o outro tem a dizer. Após o consenso final, acrescenta-se mais um foco a discussão: a elaboração de um plano de ações para efetivar o que foi decidido.

Após as reuniões dos grupos, serão realizadas sessões de discussão entre todos os grupos temáticos, para lapidação das ideias e para a construção de um consenso da regional sobre todos os temas, que depois será levado à Audiência Pública.

O objetivo desta etapa é ampliar a participação popular e promover o envolvimento de todos os moradores com a avaliação (Fase 3) e a proposta (Fase 4) do Plano Diretor. O objetivo maior desse trabalho é não apenas discutir os problemas, mas construir as possibilidades de solução junto com a comunidade e o Poder Público local, lembrando sempre que o nosso papel nesse processo é de envolver a população no projeto para que a mesma após a conclusão do documento mantenha uma comissão de acompanhamento do Plano Diretor em todas as etapas. Um aspecto importante a destacar é que a metodologia de trabalho não é rígida, podendo sofrer alterações de acordo com o que cada grupo da comunidade com suas características específica exigirem do plano de trabalho.

4. EQUIPE TÉCNICA

Apresenta-se a seguir a Equipe Técnica de Consultoria atualizada, de acordo com sua área de atuação e função na equipe.

Quadro 1: equipe técnica de consultoria

Nº	NOME	FORMAÇÃO	FUNÇÃO
1	Anna Caroline Silvestri Blaszowski	Engenheira Civil	Coordenação Geral do Trabalho
2	Cleverson Fernando Salache	Administrador	Setor Socioeconômico
3	Renata Paz	Engenheiro Ambiental	Setor de Infraestrutura e Ambiental
4	Marcio Ronado Santos Fernandes	Jornalista	Setor Institucional
5	Fábio Horst	Matemático	Setor Institucional
6	José Leão	Topógrafo	Setor de Infraestrutura e Ambiental
7	Karla Adriane Fernandes Pereira	Engenheira Civil	Elaboração/produção de Mapas

Adicionalmente, pontua-se, profissionais de outras áreas poderão ser contratados, quando pertinente, para a boa consecução do processo revisional.



CAPÍTULO 2

2ª FASE – ANÁLISE TEMÁTICA INTEGRADA (ATI)

5. APRESENTAÇÃO

Esse produto tem como objetivo apresentar a Análise Temática Integrada – Levantamento de Dados pertencente a Fase 2 para elaboração da Revisão do Plano Diretor e de sua Lei do Município de Reserva do Iguaçu, detalhando as etapas envolvidas, a metodologia adotada e os processos que irão nortear esse estudo.

A Fase 2 referente à Leitura Técnica sobre a realidade do município compreende as atividades relacionadas à obtenção de informações de fontes primárias e secundárias, elementos e dados necessários para a construção do diagnóstico territorial, possibilitando estabelecer um panorama geral de todos os aspectos referentes a realidade do município, tais como territorial, ambiental, demográfica, social, econômica entre outras.

Assim, a Etapa atual concentra-se no levantamento descritivo do trabalho em torno da busca de dados relativos à realidade do município, sendo desenvolvidas reuniões entre as equipes técnicas da consultoria e do município, os membros do Conselho Municipal da Cidades, os agentes públicos e a contratada, levantamento de legislações e compilação de um banco de dados completo, ações essenciais para o desenvolvimento da leitura territorial de Reserva do Iguaçu.

As etapas desse trabalho estão baseadas no Termo de referência presente na Dispensa nº 031/2021 do referido município e aprovado no Plano de Trabalho, referente a Revisão do Plano Diretor e de sua Lei do Município de Reserva do Iguaçu.

O Estatuto da Cidade, instituído pela Lei Federal 10.257 de 10 de julho de 2001, oferece as diretrizes gerais para a fixação da política urbana, de forma a construir um ambiente saudável nos municípios para as presentes e futuras gerações – e para tanto, seu principal instrumento é o Plano Diretor.

Embora seja uma obrigação estabelecida em lei para a maior parte das cidades brasileiras, há inúmeros motivos para a elaboração e implementação de um Plano Diretor em um município, tais como a necessidade de ordenar o crescimento da cidade, corrigir distorções urbanas e sociais bem como definir objetivos para o desenvolvimento do território no curto, médio e longo prazo. Contudo, destaca-se que a principal razão e importância do Plano Diretor consiste no estabelecimento da função social da cidade e da propriedade.

A função social da cidade é entendida como o direito à moradia digna, a terra urbanizada, ao saneamento ambiental, ao trânsito seguro, à mobilidade urbana, à infraestrutura e aos serviços e equipamentos urbanos de qualidade, além de meios

de geração de renda e acesso à educação, saúde, informação, cultura, esporte, lazer, segurança pública, trabalho e participação por todos os cidadãos.

As premissas para que a cidade e propriedade urbana cumpram sua função social tratam de adequar a produtividade da propriedade em um modelo que otimize o desenvolvimento coletivo, buscando a justiça social, mas sem suprimir a propriedade privada.

Somente através do Plano Diretor é que se define, a função social da propriedade e da cidade, equilibrando interesses individuais e coletivos de forma a garantir um ambiente propício ao desenvolvimento econômico e o atendimento dos direitos dos cidadãos. Dentro desse contexto, para que se possa atender as demandas dos moradores e usar as riquezas das propriedades em prol do bem coletivo, é preciso, primeiramente, conhecer tais demandas e riquezas. É neste cenário, de levantamento de informações, que se insere inicialmente essa etapa para que em seguida, seja elaborado o diagnóstico do Município.

Metodologia

O desenvolvimento deste relatório tem por objetivo a busca, coleta e compilação de dados para auxílio da construção da realidade do município. A elaboração do relatório de levantamento de dados do Município de Reserva do Iguaçu estruturou-se em quatro frentes de trabalho:

- A primeira etapa para o levantamento legislativo municipal relativos a medidas territoriais relevantes para a revisão do plano diretor – Levantamento Legislativo;
- A segunda etapa para o levantamento de dados existentes na prefeitura realizada por questionário de avaliação interna – Consultas com as Secretárias Municipais através de questionários;
- A terceira etapa para pesquisas online em portais de dados abertos – Pesquisas online junto a órgãos públicos municipais, estaduais e federais; fundações e Institutos;
- A quarta na estruturação das Reuniões/oficinas/ Audiências.

O Planejamento foi estruturado em 9 eixos estratégicos baseados em áreas de atuação da dinâmica Municipal:



Figura 1: Eixos de Atuação da Dinâmica Municipal

1. **Planejamento Urbano e Territorial:** engloba aprovação de projetos de todos os usos, estudo da paisagem; habitação; mobilidade urbana; infraestrutura de energia, iluminação, internet etc.; Obras e manutenção; planejamento urbano, elaboração de projetos, e regularização fundiária; elaboração de políticas públicas na área do planejamento urbano etc.

2. **Planejamento do Meio Ambiente:** responsável por temas que englobam bacias, como saneamento básico; drenagem urbana, infraestrutura verde, questões da área rural e agricultura; recursos minerais; resíduos sólidos; elaboração de políticas públicas na área da gestão ambiental etc.

3. **Saúde:** gestão dos serviços na área da saúde como UBS, Hospital, CAPS, atendimentos médicos, vigilância sanitária, zoonoses; elaboração de políticas públicas voltadas para área da saúde no município etc.

4. **Educação:** gestão dos serviços na área da educação em creches, escolas do ensino fundamental, médio, técnico, superior, capacitação técnica; elaboração de políticas públicas voltadas para área de educação no município etc.

5. **Desenvolvimento Social:** gestão dos serviços do desenvolvimento social como nos CRAS, CREAS, Casas de Lar, e elaboração de políticas públicas voltadas para área do desenvolvimento social etc.

6. **Cultura, Turismo e Esportes:** gestão dos serviços na área da Cultura, turismo, Lazer e Esportes; elaboração de políticas públicas no tema etc.

7. **Segurança:** gestão dos serviços na área de segurança, Conselho de Segurança Polícia Civil, Militar, defesa Civil, Monitoramento; elaboração de políticas públicas no tema etc.

8. **Desenvolvimento Econômico:** gestão dos serviços na área do desenvolvimento econômico como finanças, tributos, trabalho, emprego, tributário; elaboração de políticas públicas no tema etc.

9. **Gestão e Comunicação:** atuação na gestão e comunicação de todos os serviços prestados pelo Município; Comunicação; sistematização de procedimentos internos por meio de um Sistema de Qualidade; Tecnologia da Informação; Ouvidoria Geral e da saúde (SUS), monitoramento; assistência jurídica e recursos humanos.

Diante dessa metodologia de levantamento por áreas de atuação no campo do planejamento operacional, o processo de consulta junto ao secretariado partiu da estruturação de questionários e reuniões segmentados por temática e encaminhado para os responsáveis nas secretarias competentes.

Consultas com a Prefeitura

Uma das principais funções desta etapa é levantar e sistematizar um conjunto de dados e informações por meio dos quais torna-se possível, não só obter uma imagem da situação das condições do município, como entender seus pontos econômicos, políticos, técnicos e culturais.

Conforme mencionado na metodologia os temas da pesquisa foram: Planejamento Urbano e Territorial; Obras; Mobilidade Urbana; Segurança; Saneamento Básico e Resíduos Sólidos; Meio Ambiente; Educação; Esporte; Cultura, Turismo e Lazer; Saúde; Desenvolvimento Social; Desenvolvimento Econômico; Gestão, Transparência, Comunicação; Assessoria Jurídica.

O questionário envolve a caracterização territorial do município como nome dos bairros, história do município, principais dados demográficos, nº indústrias, loteamentos aprovados, áreas irregulares, vias pavimentadas e/ou com revestimento, unidades que são cobrados IPTU, estrutura de iluminação público, água esgotamento sanitário, e outros dados necessário.

A coleta de dados e informações para o planejamento e gestão municipal é essencial para construção da leitura territorial envolvendo o levantamento de dados físico-

territoriais, econômicos, financeiros, institucionais, políticos, socioambientais e de gestão do município, e é partir dele que se pode, posteriormente, apresentar um conjunto de propostas para o futuro desenvolvimento socioeconômico e futura organização espacial dos usos do solo urbano, das redes de infraestrutura e de elementos fundamentais da estrutura urbana, propostas estas definidas para curto, médio e longo prazos, e aprovadas por lei municipal.

As fontes de dados secundários são estudos, estatísticas, projetos, séries históricas de levantamentos de dados e outras análises já existentes e consolidadas em publicações, relatórios ou arquivos digitais.

Neste contexto, foram buscados dados de nove tipos de grupos: planejamento urbano e territorial, planejamento do meio ambiente, saúde, educação e esportes, desenvolvimento social, cultura, turismo e lazer, segurança, desenvolvimento econômico e gestão/comunicação.

Para esses grupos foram levantadas informações sobre aspectos históricos de formação do município demografia urbana e rural por população, gênero, idade, densidade; série histórica de crescimento populacional; indicadores nacionais de educação e saúde; distribuição de renda e emprego; empregos por setor econômico; PIB municipal por setor econômico; receitas e despesas municipais; relevo, vegetação e hidrografia do território; condicionantes da ocupação urbana e uso e ocupação do solo; tendências de expansão urbana.

Primeiramente, buscou-se coletar os dados, referências Bibliográficas, entretanto, pode-se dizer que as principais foram: IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística); Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil; IPARDES (Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social), MPPR (Ministério Público do Paraná).

Reuniões, Oficina e Audiência

Objetivando finalizar o processo estratégico de coleta de dados foram estabelecidos nos meses de setembro e outubro para coleta de informações em conjunto com a equipe técnica municipal.

Durante esses meses foram realizadas diversas atividades para dar continuidade a elaboração da revisão do Plano Diretor Municipal. As atividades compreenderam oficina de Leitura, reuniões técnicas e políticas com as principais secretarias da prefeitura e os principais atores da sociedade civil organizada. Os objetivos das apresentações, oficinas e reuniões foram, primeiramente, mostrar a todos o que é um plano diretor, a importância dele para o município e a sociedade e as etapas de elaboração de revisão do plano. Em segundo, coletar informações juntamente com

corpo técnico da prefeitura, e a partir desses dados e da coleta de outros, elaborar o diagnóstico da revisão do Plano Diretor.

A partir de uma Reunião Técnica de Capacitação realizada em 29/09/21, uma oficina “Leitura Técnica” na data de 21/10/21 e Reunião com equipe de Engenharia e Planejamento no dia 09/11/21 para coleta de dados de mapas, relatório fotográfico e visita técnica nos principais pontos da área urbana da cidade, como estação de tratamento de água e esgoto, loteamentos irregulares, invasões, etc, e a Audiência Pública realizada na Câmara Municipal no dia 09/11/21. As atas desses encontros, bem como outros documentos e relatórios técnicos elaborados durante o processo de revisão do Plano Diretor encontram-se de posse da Prefeitura Municipal de Reserva do Iguaçu.

Para auxílio na divulgação da Audiência, foi desenvolvido e realizado junto a equipe de Assessoria de Imprensa da Prefeitura de Reserva do Iguaçu, um folder (FIGURA1) que foi distribuído pelos principais pontos da Cidade e disponibilizado na página da Internet oficial da Prefeitura, detalhado a seguir.

PLANO DIRETOR MUNICIPAL - Revisão

Audiência Pública:

O Prefeito Municipal de Reserva do Iguaçu, no uso de suas atribuições, vem, por meio deste, convidar Vossa Senhoria a participar de AUDIÊNCIA PÚBLICA sobre processo de Revisão do Plano Diretor Municipal (PDM), visando os preparativos técnicos adequados ao próximo decênio da cidade.

Data: 09 de novembro de 2021
Horário: 19 horas
Local: Câmara de Vereadores - Avenida 4 de setembro, nº 522
Transmissão pelo link: <https://www.facebook.com/pmriOficial>

PREFEITURA DE Reserva do Iguaçu
Com vida em nossos corações!!!

Figura 2: Folder de divulgação da Audiência Pública – 2º Fase Análise Temática

5.1 CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO

De acordo com a versão atual do PDM local (2010), a história de Reserva do Iguaçu está intimamente ligada às dos municípios de Pinhão e Guarapuava, cujo território e administração foram desmembrados e formaram o Município de Reserva do Iguaçu.

Os desbravadores das grandes matas da região trouxeram o povoamento e o progresso desse rincão paranaense. Em busca de campos para agricultura e pasto para o gado a vegetação foi sendo derrubada.

Antes da emancipação, a região na confluência dos arroios Monjolo e Divisa, era denominada Rondinha, em 07 de dezembro de 1961 foi sancionada pelo Prefeito de Guarapuava a Lei nº 297, para desapropriação e venda aos interessados de 10 alqueires de terreno na localidade conhecida como Rondinha.

Em 18 de fevereiro de 1964, o então governador Ney Amintas de Barros Braga sancionou a lei nº 7823, da criação do Município de Pinhão, em 07 de junho de 1965, pela lei nº 5.149 foi criado, entre outros, o Distrito de Reserva.

Em 04 de setembro de 1995, atendendo aos anseios de toda a população desta região, o Governador Jaime Lerner sancionou a Lei nº 11.163, da criação do Município de Reserva do Iguaçu. O 1º Prefeito eleito foi Edison Mendes de Campos (1996 – 1999), o 2º Prefeito foi Elias Farah Jr (2000 – 2004), o 3º Prefeito foi Sebastião Almir Caldas de Campos (2005 – 2008), o qual assumiu o seu segundo mandato (2009 – 2012).

Aspectos regionais

A Região Centro-Sul Estado do Paraná, formada por 29 municípios (figura 02), na qual se insere o Município de Reserva do Iguaçu. Toda a sua extensão está localizada no terceiro planalto, que é constituído por derrames basálticos. A região se encontra nos domínios de três biomas diferentes, a Floresta Estacional Semidecidual (FES), a Floresta Ombrófila Mista (FOM) e os Campos Naturais (CAM).

Figura 3: localização da mesorregião centro-sul do Paraná.



Fonte: IPARDES, 2018

A mesorregião Centro-Sul Paranaense integra uma vasta área do chamado “Paraná Tradicional”, cuja história de ocupação remonta ao século XVII e atravessa os ciclos econômicos do ouro, do tropeirismo, da erva-mate e da madeira. A região teve sua história de organização do espaço sempre vinculada a atividades econômicas tradicionais, de cunhos extensivo e extrativo, concentradas nas vastas áreas de campos naturais.

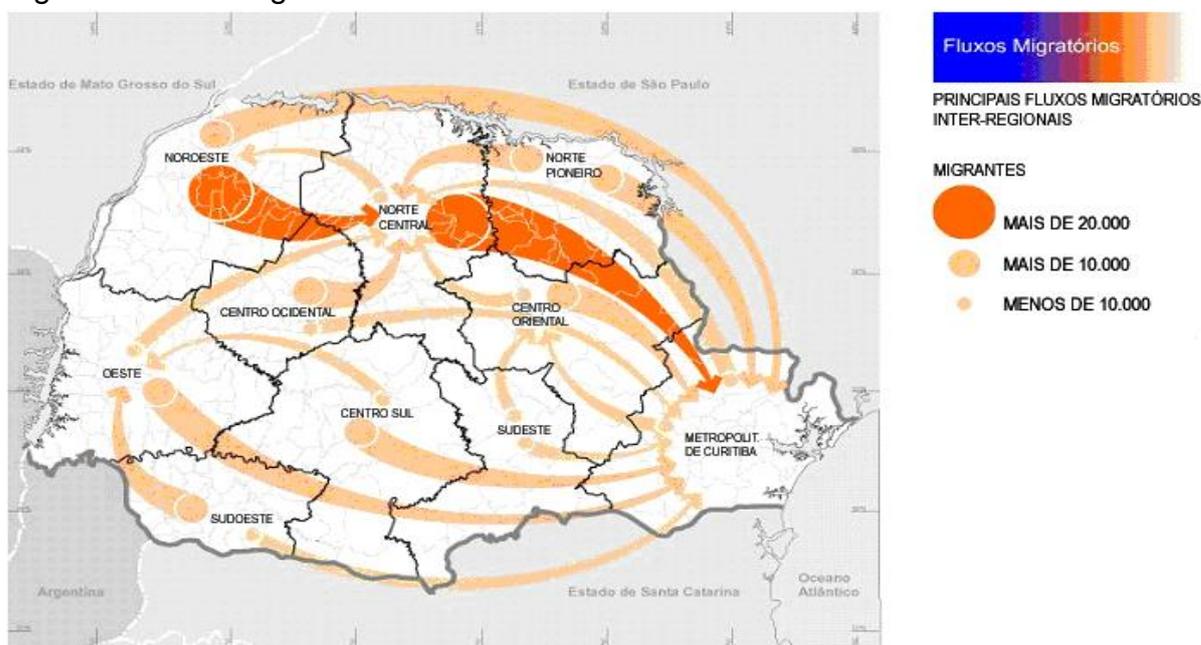
Inicialmente apoiada na criação de muares e de gado para comercialização, a economia regional, paulatinamente, direcionou-se apenas à invernagem e engorda do gado transportado pelos tropeiros, incorporando, em paralelo, a extração da erva-mate e, mais tarde, da madeira. Nesse sentido, convém sublinhar que, de forma geral, o desenvolvimento da região esteve sempre associado à exploração de algum recurso da natureza, consumada de forma predatória e rudimentar.

A quase total ausência de vias de comunicação funcionou, por um longo período, como um mecanismo de entrave à integração viária da região com outras áreas mais dinâmicas do Estado, freando a ocupação regional em larga escala e mantendo escassa sua população.

Nesse contexto de baixo adensamento populacional, a mesorregião Centro-Sul Paranaense alcançou o início da década de 1970 abrigando cerca de 338 mil habitantes, constituindo uma das áreas menos populosas do Estado. Recortada por um pequeno número de extensos municípios apresentava a maior parte da população residindo no meio rural, situação refletida no reduzido grau de urbanização estimado para 1970 (24%), um dos mais baixos do Estado. (IPARDES, 2004).

De acordo com o IPARDES (2018), a mesorregião Centro-Sul, formada por 29 municípios (figura 03), é subdividida em três microrregiões, Palmas, onde se localiza o município de Palmas, que durante muito tempo foi o mais importante polo de ensino superior do sudoeste do estado, Pitanga, e Guarapuava, a maior, onde se situa o Município de Reserva do Iguaçu.

Figura 4: fluxos migratórios do Paraná.



Fonte: SEDU, 2003

Com relação aos aspectos de infraestrutura, no que se refere à disponibilidade de serviços básicos, cerca de 95% dos domicílios urbanos na região Centro-Sul possuem o serviço de abastecimento de água e cerca de 10% possuem o serviço na área rural.

Quanto ao esgotamento sanitário, aproximadamente 31% dos domicílios urbanos possuem o serviço, enquanto cerca de 86% dos domicílios da área rural são atendidos por fossa e sumidouro. Quanto à coleta de lixo, nas áreas urbanas a distribuição desse serviço é bastante homogênea, considerando que pouco mais de 6% da população não dispõe da coleta.

Figura 5: municípios que integram a mesorregião centro-sul do Paraná.



Fonte: IPARDES, 2018

A população economicamente ativa (PEA) na mesorregião Centro-Sul, em 2000, era composta por 238 mil pessoas, o que significa que de cada 100 pessoas de 10 anos ou mais de idade, aproximadamente 58 estavam inseridas no mercado de trabalho regional, uma taxa de atividade inferior à observada para o Estado. Esse contingente representava 5% da PEA paranaense.

A mesorregião Centro-Sul apresenta estrutura setorial da ocupação ainda fortemente marcada pela participação de atividades agrícolas, com 38,6% dos ocupados dependendo deste tipo de atividade. São aproximadamente 81 mil pessoas desenvolvendo algum tipo de atividade agropecuária ou de exploração florestal, representando 10% das pessoas ocupadas neste tipo de atividade no Estado.

De acordo com Ipardes (2018), quanto à economia da mesorregião Centro-Sul é verificado o desenvolvimento tecnológico na produção agropecuária. Verifica-se também na região a estruturação das cooperativas e agroindústrias. A produção que mais se destaca é a de erva-mate, e é a mais significativa do Estado. Na pecuária, o Centro-Sul destaca-se na criação de bovinos e caprinos.



Essa região é caracterizada pela produção de grãos (soja, trigo e milho), que concede a ela, as maiores participações no valor da produção agrícola e também da pecuária do Estado. Na indústria, destaca-se a concentração de atividades na agroindústria, com foco na produção de alimentos (17,06%), posicionando-se no terceiro lugar do Estado. Na ocupação formal da mão-de-obra, em 69% dos municípios prevalece a ocupação do setor primário. Nos menores municípios, a administração pública tem peso relevante na estrutura ocupacional. O Município de Reserva do Iguaçu está ligado ao Núcleo Regional de Guarapuava PR, sendo a Região NRE – 014.

Em relação a educação, o município apresentou um número de matriculados nas creches municipais e comunitárias de 1005 alunos. Este serviço de creche e educação infantil (0-5 anos) apresenta a seguinte distribuição conforme período de estudo:

- Para as creches de 0 a 3 anos período integral;
- Para alunos de 4 a 5 anos meio período.

Em relação aos alunos estão matriculados no Ensino Fundamental (6-14 anos) entre o período de 2011-2021, apresentou cerca de 10.659 alunos.

O Município de Reserva do Iguaçu tem sua distribuição destes alunos por período com a configuração de meio período, todas as escolas acima supracitadas, exceto as creches.

Em relação ao ensino médio, com idade de (15-17 anos) entre 2011- 2021, Reserva do Iguaçu apresentou 295 alunos matriculados. Cabe ressaltar que o município não apresenta alunos matriculados em Cursos Técnicos em virtude da não oferta desta modalidade no município.

O Ensino público do Município apresenta em sua essência de forma os períodos de forma integral para creches e meio período para as demais modalidades.

Em se tratando do Ensino Superior o Município de Reserva do Iguaçu conta com 73 alunos que atualmente se deslocam de forma diária, principalmente ao Município de Guarapuava – PR, o qual possui grande oferta de cursos na modalidade de Ensino Superior.

Quanto à tipologia, o Município é considerado rural de pequena dimensão. Seu grau de urbanização é 50,01%, ficando abaixo da média da região da ordem de 60,9% e do Estado, 81,40%. O nível de centralidade, baseado nas informações do IBGE 2000, é médio ou baixo (IPARDES, 2003). O Município possui forte interdependência com os Municípios de Palmas pela oferta de ensino superior e pós-graduação; Laranjeiras do Sul e Pinhão na qualidade de centros de referências com funções diversificadas, dentre elas comércio, serviços, educação e saúde. No quesito saúde especificamente



a relação de dependência dentro da mesorregião ocorre principalmente com os Municípios Pinhão e Candói, devido à proximidade e existência de hospitais e para os casos mais específicos, Guarapuava.

O Município

Neste cenário encontra-se o Município de Reserva do Iguaçu, com área total de 830,968 km² (IPARDES, 2018) sendo apenas 29,26% ocupado pela Sede do Município e o restante, considerado área rural. No Município são identificadas 30 localidades denominadas de: Reassentamento Segredo, São José, Vila Copel, Fundão, Águas do Iguaçu, Campo de Fora, São Sebastião, Terra Nova do Iguaçu, Santo Antão, Barreiro, Sede, Potreirinho, Nossa Senhora de Fátima, Butiá, Santa Luzia, Bairros dos Machados, Faxinal dos Soares, São Pedro do Iguaçu, São Francisco, Nova Iguaçu, Baía, Assentamento Paineira, São Miguel e Estação Ecológica Rio dos Touros.

Faz parte da Associação dos Municípios do Cantuquiriguaçu, composta por 21 Municípios da região, sendo eles: Campo Bonito, Candói, Cantagalo, Catanduvás, Diamante do Sul, Espigão Alto do Iguaçu, Foz do Jordão, Goioxim, Guaraniaçu, Ibema, Laranjeiras do Sul, Marquinho, Nova Laranjeiras, Palmital, Pinhão, Porto Barreiro, Quedas do Iguaçu, Reserva do Iguaçu, Rio Bonito do Iguaçu, Três Barras do Paraná e Virmond.

A economia do Município baseia-se na agropecuária, a participação no valor da produção da Mesorregião é de 0,0325%, o que representa uma das menores participações quando comparado com os demais municípios paranaenses (IPARDES, 2018).

Quadro 2: dados gerais do município.

Localização	Centro-Sul do Estado do Paraná
Coordenadas Geográficas	Latitude 25° 49' 48" Sul Longitude 52° 01' 12" Oeste Fonte: IBGE
Área	830,968 km ² Fonte: IPARDES, 2009
Limites	Norte: Foz do Jordão Sul: Coronel Domingos Soares Leste: Pinhão Oeste: Mangueirinha
Comarca	Pinhão FONTE: IBGE (Distritos), TJPR (Comarca).
Distância à Capital do Estado	354,29 km (SETR, 2007)
Feriados	4 de setembro - Aniversário do Município



Quanto à agricultura, merece destaque no Município a produção de soja, trigo, milho, feijão e mandioca. Na pecuária, é destaque o efetivo de galináceos, bovinos, suínos e equinos. Quanto à produção de origem animal, merece destaque a produção de leite e ovos de galinha.

A população de Reserva do Iguaçu, segundo dados do IPARDES concentra-se em grande parte na área rural (49,98%).

Quanto aos dados relativos a emprego, verifica-se que cerca de 38,3% da população é economicamente ativa. Destes, de acordo com dados do IPARDES (2018), aproximadamente 39%, trabalha na agropecuária, seguido pela indústria da transformação (9,6%) e serviços domésticos (9,5%). O índice de desemprego no Município de Reserva do Iguaçu é de 27,28% em relação à população economicamente ativa.

Vila Copel

A vila residencial da Copel foi construída para abrigar o pessoal envolvido nas atividades de construção e de operação da Usina Hidrelétrica, bem como em atividades de apoio, localiza-se na margem direita do rio Iguaçu, distando cerca de 6 km do local das obras. Situa-se numa área com cota em trono de 850 m, correspondente a um platô que se estende por uma ampla área da região, delimitada pelos talwegues dos rios Jordão e Iguaçu.

A vila foi projetada para abrigar uma população de 8.000 habitantes, com previsão de ampliações, caso houvesse necessidade. Inicialmente foi prevista a construção de 1300 residências distribuídas em 4 setores residenciais, destinados aos diversos grupos sociais que comporiam a população durante a construção.

Além das moradias, a vila residencial disporia de todos os equipamentos necessários ao atendimento da população, tais como administrativo, hospitalar, escolar, de comércio, de lazer e segurança. Além de ser dotada de toda a infraestrutura básica de água, esgoto, energia, comunicação e transporte. A construção da vila teve início no ano de 1987. No auge da construção da usina houve o aumento médio da população para 12.000 mil pessoas na vila; após o término da construção e início da operação da usina essa população diminuiu drasticamente: as empreiteiras foram encerrando seus trabalhos e seus funcionários sendo dispensados. Nos dias de hoje (2009) há uma população média de 1.500 pessoas morando na vila.



No setor comercial da Vila, existem os seguintes comércios: pizzaria, lanchonete, comércio de móveis, eletrodomésticos, salão de beleza, posto de saúde, igreja e papelaria.

Assentamentos

No Município de Reserva do Iguaçu existem 4 Assentamentos.

Assentamento São José (Incra)

Data da criação:	30.06.1999
Área total:	359, 6747 ha
Área dos lotes:	274, 1319 ha
Reservas Legais e área comunitária:	81, 4481 ha
Área de estradas:	4,0947 ha
Famílias assentadas:	19

Assentamento Barreiro (Incra)

Denominação do imóvel:	Fazenda Barreiros
Data da desapropriação:	18.11.1999
Data da Emissão de Posse:	18.02.2000
Data da criação do PA	25.02.2000
Valor da Terra nua:	R\$: 879.425,35
Valor das benfeitorias	R\$: 56.156,68
Área total	1.638,97 ha
Área de Reserva Legal	223,31 ha
Área média por família:	21,28 ha
Área média das parcelas	16,63 ha
Número de famílias atual:	77

Localização: porção oeste do município de Reserva do Iguaçu a 11 km da sede e 103 km de Guarapuava.

Assentamento Paineira (Incra)

Denominação do imóvel:	Fazenda Reserva
Denominação do assentamento:	Paineira
Data da emissão de posse:	11 de setembro de 2006
Data da criação do PA:	16 de novembro de 2006
Área total registrada	2.619,8188 ha (2 matrículas)
Área total destinada aos lotes	1.021,6320 ha
Área requerida na lei preservação permanente:	442,3297 ha
Área de preservação permanente a recuperar:	57,9488 ha
Área de preservação permanente por declividade:	9,6478 ha
Capacidade de assentamento (famílias):	80



Área média das parcelas: 12,7704 ha

Reassentamento Segredo II (Copel)

Número de famílias: 23

Área por lote: 15 ha

Os assentamentos administrados pelo INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) têm como objetivo viabilizar o acesso das famílias à terra após a imissão de posse nas áreas desapropriadas pelo Governo Federal. E assim, orientar as ações para a criação, implantação, desenvolvimento, consolidação, propiciando ou favorecendo a organização socioeconômica dos beneficiários e o atendimento aos serviços básicos de assistência técnica, crédito rural e de infraestrutura econômica e social vinculados ao Programa Nacional de Reforma Agrária (INCRA, 2010). Os trabalhadores rurais recebem a terra para que a cultivem e promovam seu desenvolvimento econômico.

Em Reserva do Iguaçu, existem 3 assentamentos regularizados e 2 acampamentos (áreas que foram invadidas) criados há mais de 10 anos, onde se pode dizer que os moradores retiram da terra seus sustentos. A principal fonte de renda dos assentados é a agropecuária. Na grande maioria dos casos as famílias são agregadas, ou seja, implantaram-se nas terras e nelas permaneceram, onde constituíram família (Secretaria de Agricultura Municipal, 2021).

5.2 ASPECTOS AMBIENTAIS

Meio Físico

Clima e Vento

O clima da região em que está situado o município de Reserva do Iguaçu é classificado como Subtropical Úmido Mesotérmico (Cfa) (FERREIRA 1999), de verões quentes, geadas pouco frequentes e chuvas com tendência de concentração nos meses de verão (MAACK, 1968).

As médias anuais de temperatura dos meses mais quentes são inferiores a 22°C e dos meses mais frios, inferiores a 18°C. A temperatura média anual é de 16°C, com chuvas entre 1.600 e 1.900 mm e umidade relativa do ar de 80%, sem deficiência hídrica (SIMEPAR, 2004).

Hidrografia



O sistema natural de drenagem considera o conjunto de rios, córregos e as depressões topográficas que formam a macro e microdrenagem. Todos esses conjuntos de elementos naturais são considerados como área crítica, uma vez que as várzeas estão sujeitas às inundações e caso sejam ocupadas podem causar deslizamentos ou erosões (KLÜPPEL, 1992).

Através dos cursos d'água, corpos d'água e as bacias que banham o município, são observados elementos determinantes para o planejamento urbano, uma vez que delimitam áreas com restrições a ocupações.

O município de Reserva do Iguaçu está localizado na macrobacia do Rio Iguaçu. A área municipal é dividida na Bacia do Rio Iguaçu, Rio Jordão, Rio Campão Grande, Rio Pontão e Rio São Pedro.

Grande parte da porção norte do Município está inserido na Bacia do Rio Capão Grande. O perímetro urbano e a Vila Copel estão inseridas no divisor de águas das Bacias do Rio Jordão e do Rio Iguaçu.

Segundo a lei 12.651/2012 que instituiu o Novo Código Florestal, para áreas ao longo dos rios ou de quaisquer cursos d'água, deve existir uma faixa de preservação permanente podendo variar entre 30 e 500 metros de cada lado dos cursos d'água, definidas de acordo com a largura dos mesmos. De acordo com a mesma lei, ao redor de nascentes, ainda que intermitentes e nos chamados "olhos d'água", deve-se preservar uma faixa de 50 metros, e em áreas de entorno dos reservatórios artificiais, decorrentes de barreamento ou represamento de cursos d'água, deve-se respeitar a faixa delimitada na licença ambiental do empreendimento. Essas faixas detectam áreas impróprias à ocupação, garantindo assim, a proteção dos fundos de vales.

De acordo com o Novo Código Florestal Brasileiro, o rio Campão Grande deve respeitar a faixa não edificável de 50 metros para cada lado de suas margens, por se enquadrar no quesito de rios com largura de 10 a 50 metros. O rio Iguaçu deve respeitar a faixa não edificável de 100 metros para cada lado da margem do rio. Os demais rios do município de Reserva do Iguaçu devem atender a faixa não edificável de 30 metros para cada lado das margens, uma vez que possuem até 10 metros de largura.

Solo e Subsolo

O município de Reserva do Iguaçu, assim como cerca de 60% do Estado do Paraná pertence à Bacia do Paraná, que inclui o Terceiro Planalto Paranaense do Estado. O Terceiro Planalto Paranaense – Planalto de Trapp, possui solos com baixo teor de

argila, baixa ocorrência de metais pesados, textura arenosa e regiões planas, cujas altitudes estão compreendidas entre as maiores do estado (IPARDES, 2004).

De acordo com Mineropar, o Município de Reserva do Iguaçu faz parte da formação Serra Geral, do Grupo São Bento, do período Jurássico-Cretáceo, caracterizada por: Efusivas básicas toleíticas, com basaltos maciços e amigdalóides, afaníticos cinzentos a pretos, raramente andesitos, intercalações de arenitos finos e derrames de vulcanismo de fissura continental (MINEROPAR, 2001).

O município de Reserva do Iguaçu apresenta os seguintes solos: RLD1 – Associação NEOSSOLO LITÓLICO Distrófico típico + ARGISSOLO VERMELHO – AMARELO Distrófico câmbico (Antigo Ra7); RLD3 – Associação NEOSSOLO LITÓLICO Distrófico típico + CAMBISSOLO HÁPLICO Tb Distrófico típico (Antigo Ra9); LBd5 – LATOSSOLO BRUNO Distrófico típico, álico (antigo LBa2); LBd2 – Associação LATOSSOLO BRUNO Distrófico típico + CAMBISSOLO HÁPLICO Tb Distrófico típico, álico (antigo LBa3); LBd7 – Associação LATOSSOLO BRUNO Distrófico típico + CAMBISSOLO HÁPLICO Tb Distrófico típico (antigo LBa4); CHa1 – CAMBISSOLO HÚMICO Alumínico típico, álico (antigo Ca4); CXbd3 – Associação CAMBISSOLO HÁPLICO Tb + TERRA BRUNA ESTRUTURADA ÁLICA (antigo Ca21); CXbd5 – Associação CAMBISSOLO HÁPLICO Tb Distrófico típico + NEOSSOLO LITÓLICO Distrófico típico (Antigo Ca32) (MINEROPAR, 2001).

Meio Biológico

Flora

A Região está localizada em três biomas distintos: Floresta Estacional Semidecidual, Floresta Ombrófila Mista e Campos Naturais.

Boa parte da área municipal é coberta por áreas de florestas ou mata, no entanto em vários pontos é encontrado a presença de áreas de pasto.

No perímetro urbano do município, algumas ruas possuem arborização pública, e são encontradas áreas isoladas com pequenos bosques. Ao longo de alguns cursos d'água, em alguns trechos, é verificada a presença de vegetação, mas não contemplam a faixa mínima de APP na maior parte da extensão do curso. Na porção leste da Área Urbana, fora do perímetro urbano atual, existe vegetação de grande porte. Na Vila Copel quase todas as ruas possuem arborização.

O município possui o Conselho Municipal de Meio Ambiente criado por meio da Lei Municipal 887/2014. O Conselho, formado por 25 membros, tem caráter consultivo.



Dentre as suas principais atribuições estão: propor, coordenar e acompanhar o desenvolvimento da política de Meio Ambiente; propor técnicas adequadas para a proteção e melhoria da qualidade ambiental; pré- estabelecer e delimitar áreas de ação ecológica-governamental; receber denúncias de agressões ao Meio Ambiente; dar pareceres sobre questões relativas a autorização de desmates, embargo de atividades florestais, projetos e relatórios de impacto ambiental e de risco, demarcações de áreas para efeito de proteção ao meio ambiente, dentre outros; auxiliar programas de educação ambiental; exigir o controle no uso de agrotóxicos; incentivar ações que garantam a preservação ambiental; dentre outras ações que propiciem o desenvolvimento sustentável do Município.

Corredor Araucária

O Corredor Araucária abrange 11 municípios da região Centro Sul do Estado, que são Bituruna, Coronel Domingos Soares, Cruz Machado, General Carneiro, Foz do Jordão, Honório Serpa, Inácio Martins, Mangueirinha, Palmas, Pinhão e Reserva do Iguaçu. O Corredor é formado por mosaicos de Unidades de Conservação e áreas privadas de relevância ecológica associadas ao uso do solo agropecuário. Tem como objetivo propiciar o fluxo genético entre populações naturais da fauna e da flora, aumentando as chances de sobrevivência, a médio e longo prazo, das comunidades biológicas.

A área específica do município de Reserva do Iguaçu é a Estação Ecológica do Rio dos Touros e a Reserva Legal da empresa Swedish Match. Considera-se esta área como possível detentora do maior número de espécies de interesse de todo o Corredor Araucária. Sua diversidade biológica pode favorecer o fornecimento de organismos para áreas a serem recuperadas. Para tal ação é fundamental o incremento de projetos de pesquisa. Por outro lado, a existência de pressão antrópica constante é relatada pelos funcionários e população local. As análises técnicas dessa área sugerem que seja avaliada a possibilidade de criação de uma RPPN ou ampliação da Estação Ecológica do Rio dos Touros, dada sua contiguidade à Unidade de Conservação e suas características florestais e faunísticas.

Na região também foram desenvolvidas atividades de educação ambiental, através de palestras, oficinas e workshops. O programa também contribuiu para o aumento em 63,3 mil hectares da cobertura florestal na região do Corredor. Grande parte deste ganho pode ser atribuída aos trabalhos de recuperação da vegetação desenvolvido em parceria com o programa Mata Ciliar, mas também são significativos os resultados obtidos com a regeneração natural das espécies, como araucária, canela, monjoleiro e cedro.

Estação Ecológica Rio dos Touros

A Estação Ecológica do Rio dos Touros, criada em 05 de junho de 2001, por meio do Decreto Estadual 4229/2001, possui área de 1.231,06 hectares. A Estação Ecológica é classificada como de Proteção Integral e tem por objetivo a preservação da natureza e a realização de pesquisas científicas. Foi instituída como forma de compensação ambiental decorrente da Usina Hidrelétrica de Energia (UHE) Governador Ney Aminthas de Barros Braga.

A Estação está localizada na porção sudeste do Município, com a presença de Floresta Ombrófila Mista ou Floresta de Araucária.

5.3 USINA HIDRELÉTRICA GOVERNADOR NEY AMINTHAS DE BARROS BRAGA - SALTO SEGREDO

Figura 6: Usina hidrelétrica governador Ney Aminthas de Barros Braga – Salto Segredo.



Fonte: COPEL, 2009

A Usina Hidrelétrica Governador Ney Aminthas de Barros Braga é a segunda usina da Copel em potência instalada (possui capacidade de 1.260 MW). Está localizada no Rio Iguaçu, 2 km a montante, da foz do Rio Jordão, no Município de Mangueirinha (COPEL, 2010).



Foi inaugurada em 1992, quando começou a operar, tendo como marco fundamental o primeiro Relatório de Impacto Ambiental (Rima) no Brasil para uma usina hidrelétrica, elaborado e aprovado em 1987. Praticamente toda sua construção transcorreu entre 1987 e 1991 (COPEL, 2010).

Os túneis de desvio com diâmetro de 13,5 metros e comprimento variando de 661 a 778 metros, foram iniciados em setembro de 1987 e concluídos em junho de 1988. As escavações para implantação do circuito hidráulico básico da usina - tomada de água, condutos forçados, casa de força e canal de fuga - foram iniciadas em setembro de 1988 e concluídas em dezembro de 1989. A montagem dos equipamentos iniciou-se pelos condutos forçados em outubro de 1989, estendendo-se até a inauguração da usina. Com uma altura de 145 metros e comprimento de 700 metros, a barragem é do tipo enrocamento com face de concreto.

A usina ficou totalmente pronta somente após a conclusão da Derivação do Rio Jordão, que consiste uma barragem de concreto compactado a rolo represando o rio Jordão, permitindo desviar parte da vazão através de um túnel de 4.703 metros de comprimento e de 9,5 m de diâmetro. Isso ocasiona um acréscimo de 10% na energia produzida pela usina (COPEL, 2021).

Para ocupação da área da Usina, foi necessária a relocação das famílias. Para isso foi realizado um programa de reassentamento de 187 famílias. Dentro deste programa as famílias foram reassentadas na modalidade de reassentamento coletivo, com o monitoramento intensivo do público-alvo definido. Para isso, a Copel adquiriu 4.795 hectares, divididos em 4 reassentamentos, localizados nos municípios de Mangueirinha, Honório Serpa e Reserva do Iguaçu, denominados Reassentamento I, II, III e IV (COPEL, 2021).

Também foram atendidas 11 famílias, na modalidade de reassentamento por meio de carta de crédito, sendo está uma autorização dada pela Copel aos produtores rurais contemplados. O programa visa a aquisição de imóvel rural, exclusivamente, dentro do Paraná (COPEL, 2021).

O reservatório possui área inundada de 82,5 km², profundidade média de 36,6 m (em alguns locais pode atingir até 100m) e tempo de residência da água de 47 dias. Recebe inúmeros tributários, tanto em sua margem direita (Floresta, São Pedro, Verde, Touros) como na margem esquerda (Patos, Iratim, Butiá, Covó).

Quanto ao uso do solo, de acordo com estudo realizado por MERENDA (2004) em 2001 a área ocupada pela represa com mata era 56%, 31% campo e 13% solo exposto. Em 2004, a área de mata ocupava 62%, seguido da área de campo com 22%

e 16% de solo exposto. A expansão da área de mata está devido-se principalmente devido às áreas de alta declividade, enquanto o crescimento das áreas de solo exposto devido ao trânsito ao longo das estradas, nas áreas planas.

A legislação ambiental vigente no momento da implantação da barragem, determinava que fosse mantida, no entorno do reservatório, uma faixa de preservação de no mínimo 100 m. De acordo com estudos do IAP (Instituto Ambiental do Paraná), a faixa de preservação é de 1000 m, para que sejam implantadas medidas relacionadas ao controle de erosão, reorganização das estradas vicinais, e controle de possíveis áreas críticas.

5.4 DEFESA CIVIL

Os desastres são resultados de eventos adversos, naturais ou provocados pelo homem, sobre um ecossistema vulnerável, causando danos humanos, materiais e ambientais e consequentes prejuízos econômicos e sociais.

Os dados da Defesa Civil (2021) referem-se a dados históricos de desastres no Município, tais como desastres naturais relacionados com o incremento das precipitações hídricas, enchentes ou inundações graduais, enxurradas ou inundações bruscas, desastres naturais relacionados com a geomorfologia, o intemperismo, a erosão e a acomodação do solo, escorregamento ou deslizamento, desastres humanos, entre outros. A Comissão Municipal da Defesa Civil – COMDEC – é o órgão responsável pelo planejamento, articulação, coordenação, mobilização e gestão do Sistema de Defesa Civil, no âmbito do Município.

De acordo com a portaria nº. 727/2002, os municípios, para se habilitarem à transferência de recursos federais destinados às ações de defesa civil, deverão comprovar a existência e o funcionamento do Órgão Municipal de Defesa Civil - COMDEC ou do órgão correspondente.

Em geral as ações da COMDEC dos municípios, estão previstas quatro fases:

Fase da Prevenção: Nessa fase serão efetuados estudos, análises, avaliações das situações anteriores, coleta de informações, revisões, defesa do patrimônio, observação, alerta, mobilização, etc., previamente sistematizadas, de caráter permanente e que tem por finalidade proporcionar dados e atitudes que determinarão medidas cautelosas para neutralizar, amenizar e prevenir eventos desastrosos.

Fase de Socorro: Nessa fase desencadear-se-ão as medidas operacionais, onde são estabelecidas atividades já previamente planejadas e que se caracterizam

principalmente como de comunicação, transporte, evacuação, salvamento, segurança e saúde. Esta fase está dividida em situação de emergência e estado de calamidade pública.

Fase Assistencial: Desencadear-se-á as medidas operacionais de: a) Assistência, caracterizada pelas atividades de triagem e atendimento a flagelados e Reabilitação, caracterizada pelas atividades de descontaminação.

Fase de Recuperação: É a fase onde prevalecem as atividades exercidas pelos serviços públicos, pelas ações comunitárias de toda a ordem, com o intuito de recuperar as situações afetadas e de se elevar o moral social.

Foi criado em 2010 o Decreto nº 001 que nomeou os representantes da administração direta e indireta para comporem a Comissão Municipal da Defesa Civil. De acordo com esse Decreto, a Comissão é composta pelos seguintes membros: Presidente; Diretoria de Operações, composta do Diretor e de Secretário; grupo de atividades fundamentais que subdivide-se em Subcomissão de Relações Públicas, Subcomissão de Segurança, Subcomissão de Estoque e Donativos Voluntários, Subcomissão de Abrigos e Transporte, Subcomissão de Saúde e Subcomissão de Vistorias; Conselho de Entidades não governamentais composta da Associação Comunitária de Comunicação Cultural e Desenvolvimento, Associação Comunitária Vila Copel, Copel Clube Segredo, Programa do Voluntariado Paranaense (PROVOPAR), Conselho Paroquial (COPAE), Assistência Social Bom Samaritano. O Decreto nomeou ainda 3 núcleos da Defesa Civil que são: Núcleo da Defesa Civil Urbano, Núcleo da Defesa Civil Rural e Núcleo da Defesa Civil da Vila Copel.

Desde a criação do Conselho não ocorreram situações de emergência no Município. De acordo com dados da Prefeitura Municipal (2009), a ocorrência registrada de sinistro no Município foi em setembro de 2009 devido a chuvas de granizo que atingiram 11 residências da Comunidade Santa Luzia; 08 residências da Linha Pato Branco; 04 residências da Linha São Francisco; 14 residências da Comunidade São Miguel; 10 residências da Comunidade Faxinal dos Soares; 07 residências da Comunidade Nova Iguaçu e 06 residências da Comunidade São Pedro do Iguaçu.

5.5 ASPECTOS SÓCIO-ECONÔMICOS

De acordo com dados do IBGE (2021), o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M) de Reserva do Iguaçu é de 0,648. O índice no Município é inferior à média estadual (0,786) e à média brasileira (0,764), o que permite concluir que o Município se encontra abaixo dos parâmetros estaduais e federais.

O IDH-M é composto pelos dados da educação (alfabetização e taxa de frequência escolar), longevidade e renda da população. Esse índice aponta o desempenho da melhoria das condições de vida da população. A tabela 02 demonstra o IDH do Município e seus componentes.

ASPECTOS ECONÔMICOS

Atividades econômicas

Segundo dados do IBGE o município de Reserva do Iguaçu apresenta os seguintes indicadores econômicos:

Quadro 3: Dados econômicos de Reserva do Iguaçu.

DADOS ECONÔMICOS DE RESERVA DO IGUAÇU	
Valor Adicionado Bruto, a preços correntes, da Agropecuária	R\$ 29 973 056
Valor Adicionado Bruto, a preços correntes, da Indústria	R\$ 6 107 471
Valor Adicionado Bruto, a preços correntes, dos Serviços	R\$ 27 326 039
	R\$ 14 864 844
Impostos, líquidos de subsídios, sobre produtos, a preços correntes	R\$ 1 982 032
Produto Interno Bruto a preços correntes	R\$ 65 388 598

Fonte: IBGE 2019

A economia do Município baseia-se na agropecuária, com predomínio de pequenas propriedades que produzem soja, milho e trigo, seguido da criação de rebanho de bovinos.

Quadro 4: efetivo de pecuária e aves animal referente ao período de 2017/2018

EFETIVO	NÚMERO
Rebanho de bovinos	21650
Rebanho de equinos	2450
Galináceos (galinhas, galos, frangos (as) e pintos)	24000
Rebanho de Ovinos Tosquiados	3080
Rebanho de Vacas Ordenhadas	850
Rebanho de Ovinos	3100
Rebanho de suínos	2450
Rebanho de caprinos	590
Rebanho de muares	180

FONTE: IPARDES (2018)



Os produtores recebem apoio dos Programas: PRONAF, PROGER Empresarial, Programa de Inseminação Artificial, Programa Mata Ciliar, Patrulha Mecanizada e Viveiros Comunitários.

Parte da produção agrícola é ilegal sob o ponto de vista de documentação. Isso ocorre porque a maioria das propriedades não possui documentação, o que inviabiliza a retirada do licenciamento ambiental e abertura de empresas e consequentemente a venda da produção para grandes empresas.

A produção agrícola do Município de Reserva do Iguaçu é comercializada em cooperativas e cerealistas da região. Quanto ao comércio, o mesmo destina-se a atender a população local em geral. Dentre as atividades verificadas encontram-se comércio de gêneros alimentícios, vestuário, utensílios domésticos, produtos veterinários e farmacêuticos.

Atividades Turísticas

No atual modelo de economia globalizada o Turismo evoluiu de tal forma que já responde pela produção de 10% de toda a riqueza do planeta, superando a indústria química e a automobilística; e apesar de trazer impactos positivos na economia, também traz outros, menos vantajosos, tais como: impactos negativos no meio ambiente natural, no patrimônio histórico-cultural, e no modo de vida dos habitantes locais. Portanto, é mais do que justificável o aproveitamento do potencial turístico local com a devida responsabilidade, refletida em estudos de possíveis impactos e um processo de planejamento que construa um destino turístico sustentável e de longo prazo.

O Turismo pode ser definido como “as atividades de pessoas que viajam para lugares afastados de seu ambiente usual, ou neles permaneçam por menos de um ano consecutivo, a lazer, a negócios ou por outros motivos”.

Atualmente, a indústria do turismo é constituída por organizações dos setores públicos, privados e, ainda, da comunidade local, que normalmente estão agrupadas, com o objetivo de oferecer um produto turístico que satisfaça às necessidades dos turistas. E, como em qualquer atividade também possui uma alta competitividade, exigindo cada vez mais a especialização em diversos setores que envolvem a atividade em um destino.

Esta competitividade de um destino turístico é o resultado de ações integradas do governo, do setor privado e da comunidade. O governo exerce papel importante nesta atividade, pois tem a responsabilidade por boa parte dos serviços relacionados à infra-



estrutura básica como rodovias, ferrovias, portos, além da formulação de políticas que estabeleçam condições fiscais e financeiras favoráveis, sendo que o planejamento conjunto com o setor privado e a comunidade deve ser uma regra constante. O setor privado tem seu papel também quando fornece instalações e atrações, ou seja, fornece parte da infraestrutura e a comunidade fornece outros atrativos, como os culturais, além da mão-de-obra necessária para a recepção dos visitantes.

Enfim, para que seja alcançado o êxito da atividade turística em qualquer localidade é necessário que os agentes dos setores públicos, privados e a própria comunidade trabalhem de forma cooperada e coordenada para que possam oferecer um destino turístico de qualidade que tanto satisfaça a demanda, como também toda a comunidade local.

A satisfação da demanda turística é atualmente um dos maiores desafios do setor, o que proporciona gradativamente estudos das mais diversas segmentações que sejam capazes de adequar a atividade turística ao local e à demanda.

Dentro destas segmentações surge uma forte tendência na atualidade, inclusive no Brasil, que são os atrativos do setor rural. O turismo rural alia ao produto turístico características diferenciadoras que são a nostalgia e a tranquilidade proporcionadas pela vida no campo.

O Brasil caracteriza-se pela introdução desta atividade como alternativa de exploração econômica. Trata-se de um mercado que está surgindo para os produtores e que pode ser futuramente o alicerce para o desenvolvimento rural. A grande carência ainda está na falta de informações sobre o que realmente oferecer ao turista e como gerenciar esta atividade, dificultada pelo seu caráter multidisciplinar que exige uma gestão cooperada para o desenvolvimento da mesma.

Neste ponto fica evidenciada a importância do conhecimento profundo das características locais e dos impactos potenciais, para que dentro de um processo de planejamento cooperado, possa ser desenvolvida esta atividade altamente rentável que serve de alicerce para a economia local bem como para a melhoria da qualidade de seus habitantes.

Considerando as características do Município, observa-se a vocação para o Turismo Rural na região, uma vez que seu potencial rural pode ser otimizado pelo aproveitamento turístico, evitando desta forma a evasão do campo e melhorando a qualidade de vida de seus habitantes.



Para tanto deve ser elaborado um Plano de Desenvolvimento Turístico que viabilize a atividade na região, uma vez que sua localização não permite sua participação de forma mais direta sobre a demanda turística da capital. Uma das possibilidades pode estar nos programas de regionalização turística e seu aproveitamento para o Município.

Como fator positivo, o Município dispõe de atrativos naturais como rios de águas cristalinas e sem poluição, ou seja, vocação turística para turismo rural, ecoturismo e turismo cultural.

O turismo rural desenvolvido de forma sustentável junto às pequenas propriedades de agricultura familiar poderá agregar renda a essas famílias, que poderão comercializar seus produtos, que na maioria das vezes é apenas para subsistência. Com o ecoturismo o Município poderá explorar cachoeiras, trilhas, cavernas, rios lagos e lagoas, de forma sustentável.

O Município de Reserva do Iguaçu possui quatro importantes pontos turísticos: Museu Regional do Iguaçu, Casa de Pedra (casarão da Fiat), Santuário Passo da Reserva e a Usina Hidrelétrica Governador Ney Aminthas de Barros Braga - Salto Segredo.

Museu Regional do Iguaçu

De acordo com a própria Copel, o Museu Regional do Iguaçu, inaugurado em 2000, foi contemplado no Relatório de Impacto Ambiental da Usina Hidrelétrica Gov. Ney Aminthas de Barros Braga - Usina Hidrelétrica de Segredo, como uma das medidas mitigadoras decorrentes do empreendimento. Guarda o acervo oriundo dos Programas de Aproveitamento Científico de Flora e Fauna, Salvamento da Memória Cultural e Resgate Arqueológico desde o início da construção da usina, além do acervo resgatado nas áreas de influência de outros empreendimentos hidrelétricos da Copel no Rio Iguaçu. Com isso, o Museu Regional do Iguaçu mantém um dos mais expressivos acervos regionais do Paraná. Tem como objetivos, dentre outros:

- Preservar a memória ambiental e histórica do rio Iguaçu, com ênfase nas áreas dos empreendimentos hidrelétricos da Copel;
- Gerar e transmitir informações ao público sobre a bacia do rio Iguaçu como um todo, desde as condições pré-históricas até a utilização dos recursos hídricos;
- Demonstrar a importância da bacia hidrográfica do Iguaçu para o Estado do Paraná, quanto aos aspectos econômicos e ambientais, levando o visitante a refletir sobre sua participação no processo de conservação da energia, dos recursos naturais e na melhoria de sua qualidade de vida;

- Efetuar atividades de Educação Ambiental para estudantes e população em geral.

O Museu abriga exposições temporárias e permanentes. As exposições temporárias permanecem o tempo necessário para que seu conteúdo seja visto e conhecido por professores, pesquisadores e a comunidade local.

Na exposição permanente O rio Iguaçu e a Natureza pode-se conhecer grande parte da bacia do Iguaçu, através de uma apresentação artística com luzes e sons sobre uma maquete topográfica. Essa apresentação demonstra todo o percurso do rio, que tem aproximadamente 1.060 km de extensão, de forma clara e explicativa.

Outra exposição permanente denominada de O homem e a mulher do Iguaçu resguarda a memória cultural da região do médio Iguaçu, por meio da exposição de artefatos líticos para caça, defesa, alimentação e rituais religiosos, que evidenciam a expansão demográfica e a riqueza cultural dos habitantes que ajudaram a formar a identidade paranaense na região. A exposição contempla também peças pertencentes as comunidades nativas Nação Guarani e Nação Kaingáng.

O Museu possui também um espaço que abriga uma biblioteca com mais de 1.700 títulos entre livros, vídeos, CD-ROMs, revistas e periódicos, além do acesso à Internet. Esse acervo fica disponível para consulta local de terça-feira a domingo. Os audiovisuais são reproduzidos nas tardes de sábado, para todos os que demonstrarem interesse em conhecê-los. Os temas tratados são específicos de áreas relacionadas ao Museu: educação ambiental, meio ambiente, arqueologia, história e geografia do Paraná, biologia e museologia.

Casa de Pedra

Construída por tropeiros para defender-se dos ataques indígenas, a casa de pedra possui paredes de quase um metro de espessura. Construída em 1875 está localizada na propriedade da Swedish Match S.A. (antiga Fiat-Lux).

Santuário Passo da Reserva

O Santuário está localizado à 5 km da sede do Município onde existe uma cachoeira com 25m de queda. É roteiro do turismo religioso que atrai muitos devotos de Nossa Senhora Aparecida.

Figura 7: Capela do Santuário.



Fonte: Prefeitura Municipal

Figura 8: Cachoeira.



Fonte: Prefeitura Municipal

Usina Hidrelétrica Governador Ney Aminthas de Barros Braga - Salto Segredo

Conforme descrito no item 8 do presente documento, A Usina Hidrelétrica Governador Ney Aminthas de Barros Braga, anteriormente conhecida como Usina de Salto Segredo, é uma usina da Companhia Paranaense de Energia - COPEL, localizada no Rio Iguaçu, no Município de Mangueirinha. Por estar localizada em um município limítrofe com Reserva do Iguaçu contribui significativamente na questão turística no Município, principalmente devido às belas paisagens.

5.6 ASPECTOS TERRITORIAIS

Neste capítulo desenvolve-se a análise contextualizada dos aspectos territoriais do município de Reserva do Iguaçu em âmbito regional, estabelecendo-se as relações entre a ocupação do solo regional e o municipal.

Uso e Ocupação do Solo

O que se verifica em muitos municípios desta região é uma forma de ocupação do território em sua grande maioria irregular, mesmo passados 10 anos da implantação do Plano Diretor Municipal. Este processo dificulta a viabilidade dos investimentos em infraestrutura em função das distâncias e irregularidade dos terrenos. A ocupação de áreas impróprias é decorrente da expansão de empreendimentos (edificações e loteamentos), o que pressiona a população de baixa renda irem para áreas mais distantes, menos valorizadas e impróprias para habitação. Acrescenta-se a isso, certa conivência do setor público com as ocupações irregulares e a ausência de políticas públicas que supram as demandas desta população de baixa renda.

Regulamentação do Uso do Solo

O uso e ocupação do solo da Região Intermediária em estudo são regulamentados por um conjunto de leis, decretos e resoluções que influenciam as ações municipais nos seus territórios. Estas limitações impostas pelo poder Federal e Estadual estão principalmente relacionadas à proteção ambiental e ao turismo. São elas:

- Lei Federal 6766 de 19/12/1979: dispõe sobre o Parcelamento do Solo Urbano e dá outras providências;
- Lei Federal 6513 de 20/12/1977: dispõe sobre a criação de Áreas Especiais e de Locais de Interesse Turístico;
- Lei Federal 3365 de 21/06/1941: dispõe sobre a desapropriação por utilidade pública;
- Lei Federal 9785 de 29/01/1999: Lei de desapropriação por utilidade pública, registros públicos e parcelamento do solo urbano;
- Lei Federal 10.257 de 10/07/2001: dispõe sobre o Estatuto da Cidade;
- Lei Federal 9985 de 18/07/2000: Regulamenta o art. 225, § 1º, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências.
- Lei Estadual 15.229 de 25/07/2006: dispõe sobre as Diretrizes e bases do planejamento estadual.

O município de Reserva do Iguaçu possui 832,68 km² destinados ao sistema antrópico e ao sistema natural. Verifica-se que a forma de ocupação destas áreas deu-se ao longo dos principais rios do município, os quais denominaram as comunidades rurais.

O município não possui Lei Municipal do macrozoneamento que delimita e norteia o uso e ocupação do solo em todo território do município.

São poucos os imóveis que possuem registros e matrícula junto ao Cartório de Registro de Imóveis competentes. Embora tenha sido informado que algumas atitudes no sentido de sanar estas irregularidades estão sendo realizadas, buscando recursos junto ao Estado para regularização.

De acordo com o mencionado acima, isto significa dizer que formalmente, poucos são os munícipes considerados proprietários de imóvel na sede urbana do município, mas apenas possuidores a título precário, já que a Lei dispõe que somente se adquire a propriedade por meio de registro.



Essa situação em tese não traz nenhum prejuízo para fins de arrecadação de IPTU, visto que, segundo entendimento jurisprudencial pode também ser cobrado dos possuidores, no entanto na prática ocasiona prejuízos, pois uma grande parte dos imóveis do município além de não ter registro junto ao cartório também não estão cadastrados no sistema da prefeitura para o lançamento e cobrança do IPTU, diminuindo a arrecadação. Esta situação não pode subsistir, e obrigatoriamente terá que ser solucionada, com a máxima urgência deverá ocorrer a regularização de todos os imóveis, evitando-se assim problemas futuros com a população e aumentando a arrecadação do município.

O mapa de uso e ocupação do solo da área urbana, mapa 01, foi feito de acordo com levantamento a campo, classificando os usos em: residencial, comercial/residencial, comercial/serviços, equipamentos institucionais, templos religiosos, indústrias, cemitérios e lotes vagos.

Para o planejamento da cidade, as informações contidas na carta de uso do solo permitem o conhecimento da situação atual da cidade, caracterizando-se como uma das fontes utilizadas para a confecção do zoneamento de uso do solo, identificando e definindo as tendências de ocupação e os parâmetros urbanísticos. Segundo PUPPI (1981) estes critérios têm como finalidade a regulamentação urbanística, assegurando o destino adequado a cada parcela do solo, a funcionalidade, a homogeneidade, a regularização do tráfego, a organização e a salubridade ambiental.

De acordo com o mapa, é possível observar que as atividades urbanas na Sede do Município estão bem distribuídas, porém, as áreas vagas no entorno, somam grande parte do perímetro urbano. Na Vila Copel, conforme mapa 02, o uso predominante é o residencial seguido do institucional e o comercial e de serviços. Na Vila percebe-se claramente a separação dos usos.

Nas localidades da área municipal existe apenas ocupação de baixa densidade e pequenas atividades comerciais e de serviços. Do total da área ocupada no Município, o uso predominante é o residencial. Verifica-se a concentração do uso misto comercial e residencial principalmente na Avenida Sebastião Caldas, Rua Pedro Siqueira, Rua Joaquim F. de Oliveira, XV de Novembro e Rua Coronel Lustosa (mapa 01).

As indústrias estão localizadas principalmente nas áreas periféricas do perímetro urbano, o que favorece a qualidade de moradia da cidade, minimizando os inconvenientes decorrentes dos ruídos, poluição, tráfego pesado, dentre outros. Os estabelecimentos comerciais são constituídos em sua maioria por mercearias e armazéns, havendo ainda bares, mercado, farmácias e lojas de pequeno e médio porte.

Quanto aos equipamentos sociais e comunitários, observando o mapa dos equipamentos urbanos, é possível perceber que os equipamentos públicos estão bem distribuídos na área urbana. Esse é um fator positivo, pois são atividades que visam o atendimento à população geral e devem ser implantados nos locais mais acessíveis, principalmente nas áreas residenciais e onde for verificada a demanda.

De acordo com dados da Prefeitura Municipal (2021), o Município possui Legislação de Uso e Ocupação do Solo LEI nº 742/2011 e Parcelamento do solo urbano Nº 741/2011. Mapas 01 e 02.

A Lei do Perímetro Urbano vigente Nº 866/2013 e 748/2011 descreve os limites da área urbana da sede e da Copel, mas não possui os marcos físicos cravados.

O zoneamento, em termos legislativos, é um instrumento do planejamento territorial, o qual foi aprovado pela Câmara Municipal de Vereadores. A importância do zoneamento também nas áreas rurais pode ser evidenciada, na determinação de áreas mais propícias para lavoura ou reflorestamento ou recreações dentro outros usos, são de extrema importância a criação da Lei do Macrozoneamento.

O zoneamento determina, por meio de um estudo detalhado, quais as formas de circulação, principais vias, terminais de transporte, locais com demanda para equipamentos sociais. Através deste instrumento, são determinados para cada zona, as taxas e os índices de ocupação, recuos e afastamentos das edificações, além da definição das atividades a serem implantadas em determinados tipos de vias.

A área urbana do Município está dividida em bairros, com a Lei em votação na câmara e a Vila Copel possui 5 bairros, conforme espacializado nos Mapas 1, 2, 13, 14, 15 e 16, juntados mais adiante, como parte da Fase 3 do documento.

5.7 ASPECTOS SOCIOESPACIAIS

Estrutura Urbana

Neste item são apresentadas às características e as tendências de ocupação do território municipal, analisando-se a evolução da ocupação, o uso do solo, a distribuição da população na área municipal e urbana e a adequação das áreas para a expansão urbana.

A morfologia urbana é um método que almeja estudar os aspectos exteriores do meio urbano e suas relações recíproca e não se ocupando do processo de urbanização. A

análise da forma urbana de uma cidade visa compreender a lógica da formação, Segundo MORGAN, A. a “formação, evolução e transformação dos elementos urbanos, e de suas inter-relações, a fim de possibilitar-nos a identificação das formas mais apropriadas, cultural e socialmente, para intervenção na cidade existente e o desenho de novas áreas”.

Forma urbana e Uso do solo real

A área urbana foi ocupada sem o cuidado de registrar a posse da terra, intensificando as disputas por terra que até hoje são verificadas, com problemas envolvendo ocupação de terras públicas, grilagem e possíveis sobreposições de título.

Iniciou-se a ocupação por meio da Rua João José Ribeiro e Col. Pedro Lustosa seguindo a noroeste acontece um espraiamento ao longo das ruas Pedro Siqueira e Av. Quatro de Setembro, XV de Novembro.

No município de Reserva do Iguaçu, com relação a morfologia urbana, é possível observar dois tipos existentes de morfologia, um na Sede do município iniciado na área mais antiga da cidade possuem uma configuração de plano irregular com o tamanho das quadras não homogêneas na região central da cidade e lotes maiores na 1ª fase do desenho urbano da cidade. Já na 2ª fase meados de 2009 começa a surgir novos loteamentos inclusive industriais, com maior adensamento e área de menor metragem quadrada. Dando início ao espraiamento ao longo da PR 456 em direção a Usina da Copel, sendo esse de características, mas linear. Já o Vila Copel que foi planejada para implantação, tendo uma morfologia plano linear.

Mesmo com o crescimento do plano irregular é possível observar que na sua maioria as quadras possuem uma conectividade espacial entre as vias existentes. Mesmo com a implantação de loteamentos irregular.

Atualmente o município encontra-se na 3ª fase de dinâmica urbana. A configuração das quadras é regular, mas na sua maioria com quadras grandes, e com conexão das vias existentes, mas muitos somente acessados por uma ou duas vias secundárias.

Evolução da Mancha Urbana do Município

Evolução da Mancha Urbana do Município em análise realizada para compreender a evolução do município de Reserva do Iguaçu, foi feita por meio da interpretação de imagens de satélite Via Google Earth dos anos de 2012, 2014, 2016, 2019 e 2020 sendo possível desse modo observar o pequeno crescimento da cidade nos últimos anos. De acordo com o histórico da cidade, a aglomeração inicial do povoado se

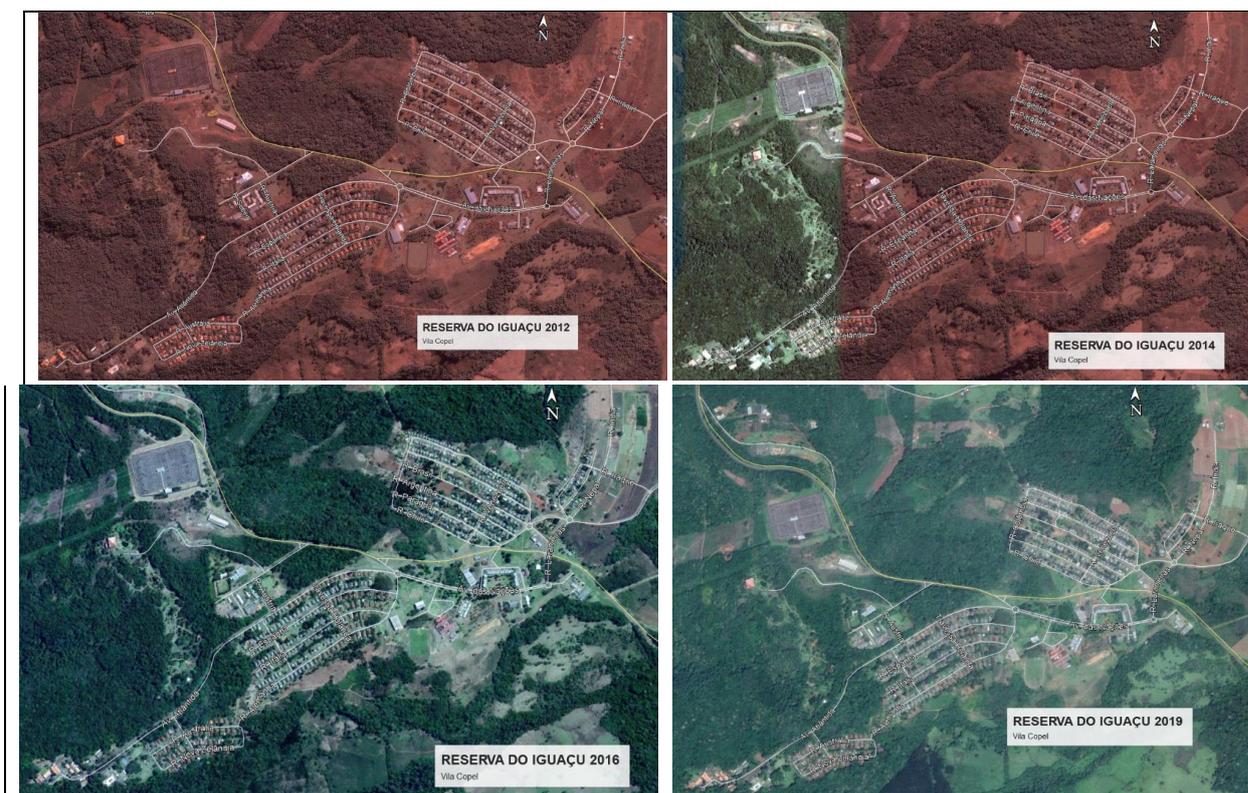
configurou ao longo da Rua João José Ribeiro (continuação da PR 459). Ao longo dos anos a cidade teve um maior espraiamento em direção ao Noroeste. Como mostra as imagens a seguir:

Figura 9: evolução da mancha urbana do município.





Figura 10: Mancha urbana de Reserva do Iguaçu – SEDE de 2012 a 2020



Fonte: Google Earth (2021)



Mancha urbana de Reserva do Iguaçu – Copel de 2012 a 2020

Fonte: Google Earth (2021)

CÁLCULOS DA ÁREA DE EXPANSÃO URBANA

Cálculo 1 – a partir da densidade máxima de um setor

Densidade máxima atual = 14 hab/ha (média da sede e vila Copel)

População urbana prevista para o ano 2030 = 8825 habitantes – dados do IPARDES**

Acréscimo da população urbana (2020-2030) = 756 habitantes – Projeção do IPARDES

Considerando a densidade máxima urbana atual em relação à projeção da população urbana para o ano 2030: $756 \text{ habitantes} / 14 \text{ habitantes por hectare} = 54 \text{ hectares}$

O cálculo foi feito baseado na densidade máxima dos setores censitários, considerando toda a área urbana. Tendo em vista que a área vaga (Vila Copel e Sede) é de 330 hectares, verificou-se que não será necessário ampliar o perímetro urbano, pois o atual é capaz de suprir a possível demanda de habitantes.

De acordo com análise destes dados e considerando ainda a densidade populacional, deve-se considerar a possibilidade de redução de perímetro urbano. Verificou-se que a maioria das áreas consideradas vagas dentro do perímetro urbano, não possui suas áreas cadastradas na Prefeitura Municipal, para efeito de cobrança de IPTU, ou seja, são consideradas pelo Código Tributário Municipal, como áreas rurais ou áreas de chácaras. Na vila Copel também não é cobrado o IPTU.

Vazios Urbanos

Vazios urbanos constituem-se normalmente de espaços não construídos que não cumprem nenhuma função. Eles geralmente são presentes nas áreas centrais das cidades e não qualificados como áreas livres no interior do perímetro urbano de uma cidade. O conceito de vazio urbano pode ser aplicado aos terrenos ociosos que surgem devido a loteamentos criados em áreas distantes, em descontinuidade com o núcleo urbano.

Com a alteração da Lei do perímetro urbano em 2013, verificou-se a criação de vazios urbanos e a interrupção da continuidade e conectividade espacial, possuindo diversos exemplos de loteamentos que são acessados por somente uma ou duas vias principais. No caso de Reserva do Iguaçu a maioria desses vazios encontra-se no entorno do perímetro urbano. Como mostra no mapa 05 e 06.

Em relação aos vazios urbanos, de acordo com Cadastro da Prefeitura Municipal de Reserva do Iguaçu (2021), há 707 construções cadastradas e 520 lotes vazios representando aproximadamente 42,37% de ociosidade do total de 1227 lotes. Ocorre outro problema em relação ao cadastro imobiliário, pode ser constatado que na sua maioria, nos lotes supostamente vazios há edificações, sendo mais uma falha no sistema de cobrança de IPTU.

No sentido mais amplo, é possível analisar os vazios (destacados em amarelo na Figura abaixo) numa escala urbana, macro, que evidencia uma fragmentação urbana associada a ampliação do perímetro urbano em 2013. Para isso basta serem verificados os Mapas 11 e 12 na relação de mapas presente na Fase 3 do presente documento.

Centralidades e Eixos

A centralidade de um município concentra as principais atividades da vida urbana, no caso de Reserva Iguaçu importantes estruturas como a prefeitura, a praça, bancos, escola e as atividades econômicas como comércio e serviços estão localizadas em sua maioria nas Rua XV de Novembro e Rua Pedro Siqueira.

Quadro 5: Loteamentos aprovados.

Loteamentos	Data	Endereço de referência
Cresol 30 casas Interesse social	2011	R. Cândido Ramalho

Áreas irregulares, Regularização fundiária e Expansão urbana

A Regularização Fundiária pode ser definida como um conjunto de medidas e procedimentos jurídicos, ambientais, sociais e urbanístico. Em março de 2018 o governo federal publicou o Decreto 9.310, ficando instituído as normas gerais para os procedimentos da regularização fundiária.

“Art. 1º Ficam instituídos as normas gerais e os procedimentos aplicáveis à Regularização Fundiária Urbana - Reurb, a qual abrange as medidas jurídicas, urbanísticas, ambientais e sociais destinadas à incorporação dos núcleos urbanos informais ao ordenamento territorial urbano e à titulação dos seus ocupantes.”

Nele o processo de transformação que visa a legitimar posse ou propriedade em áreas urbanas ocupadas em desalinho com a lei, de modo a promover o direito social à moradia, a redução de desigualdades, a defesa do meio ambiente e a função social da propriedade e da cidade.

Esse conjunto de medidas e procedimentos devem ser formulados e desenvolvidos pelo poder público competente, de forma a buscar a ocupação do solo de maneira eficiente e combinar o seu uso de forma funcional, de acordo com os princípios da sustentabilidade econômica, social e ambiental e do ordenamento territorial.

O Município através do Termo de Cooperação Técnica Habitacional para a realização de projetos de regularização fundiária instituiu o programa REURB que foi assinado em 22/09/2021. Esse programa tem o objetivo de regularizar aproximadamente 200 unidades, nas localidades denominadas: Carvoeira, São Sebastião, Águas do Iguaçu, Quadra 70, Jaboticabal, Industrial, Alto Boa Vista, D. Pedro II.



Figura 11: Convite Reunião Regularização Fundiária.
Fonte: Adehasc

Apesar de estarem vigentes as Leis de uso do solo na área urbana, ainda existem diversas áreas irregularidades. Na sede do município há dois tipos diferenciados de ocupações irregulares, umas delas não apresentam nenhuma infraestrutura, tal como energia elétrica e abastecimento de água e outras áreas com infraestrutura citada acima. Segue abaixo o levantamento fotográfico, desses locais.

Figura 12: São Sebastião.



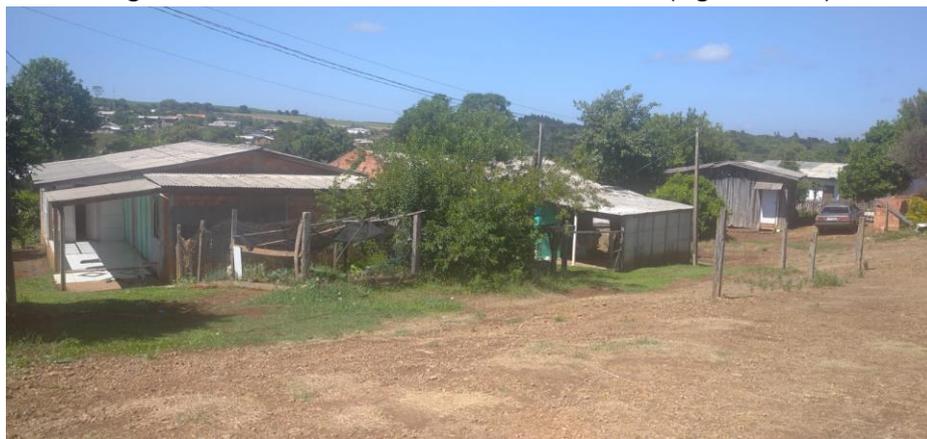
São Sebastião – Fonte Prefeitura Municipal

Figura 13: Ambiente sem infraestrutura.



Ambiente sem infraestrutura

Figura 14: Ambiente com infraestrutura (água e luz).



Ambiente com infraestrutura (água e luz)



Ambiente com infraestrutura (água e luz)



De acordo com o levantamento interno da Prefeitura, os possíveis loteamentos irregulares no Município podem ser visualizados nas figuras acima e mapa abaixo. Dentre esses os loteamentos irregulares com algum tipo de infraestrutura são: Carvoeira, São Sebastião, Águas do Iguaçu, Quadra 70, Jaboticabal, Industrial, Alto Boa Vista, D. Pedro II.

No entanto existem outros bairros dentro da área urbana que estão regularizados, com alguma infraestrutura como água, esgoto, luz, pavimentação e sem o cadastrado no IPTU.

Para sugestão da expansão urbana na cidade de Reserva do Iguaçu será classificada conforme as restrições de ocupação do solo. Os critérios utilizados para essa classificação serão:

- Presença de declividade entre 15% e 30% e superiores a 30%;
- Áreas que dificultam tecnicamente a execução de obras de engenharia onde é proibida a ocupação por serem áreas de preservação permanente e área alagadas;
- Áreas de solo com predominância de Latossolos Roxo e os Latossolos Brumo que são solos profundos e com fertilidade, aptas a ocupação com critérios técnicos que considerem restrições como pequena profundidade do lençol freático;
- Na área de manancial de abastecimento:

Segue posteriormente de acordo com o mapa a seguir, o levantamento das áreas irregulares, as quais merecem prioridade em termos de investimentos de infraestrutura e políticas sociais. Quanto às áreas de expansão urbana, elas estão dispersas pelas extremidades do perímetro urbano da sede.

O Mapa 8, apresentado na Fase 3 deste documento, traz o registro das áreas irregulares no Município de Reserva do Iguaçu.

Com o crescimento do município observou-se que foi criado mais espaços públicos, como academia ao ar livre, praça ambiental, complexo esportivo com pista de caminhada, campo de futebol, playground, quadra de areia. Como mostra as Fotos abaixo.

Com a elaboração e aprovação do Plano Diretor Municipal em meados de 2011, as questões de uso e ocupação do solo urbano, zoneamento, delimitação do perímetro urbano, sendo assim a falta de regulamentação/legislação, que existia no município ficou sanada.

Planta Genérica de Valores

A planta genérica de valores da sede de Reserva do Iguaçu é de 2007 e está desatualizada, ela é usada para nortear o IPTU, de acordo com as informações apresentadas pela Secretaria de Administração e de finanças existem 1227 lotes urbanos, desses 520 lotes, 707 residências e os demais usos não há dados contabilizados. A vila Copel não possui cobrança de IPTU, tão pouco a planta genérica de valores.

Numeração Predial

Em relação à numeração das casas, a prefeitura possui um sistema de numeração predial organizado, muito embora nem todos os municípios procurem a secretaria responsável para colocar a numeração correta em suas residências.

Projeção da população e região

Este estudo se fará de acordo com as cidades da região geográfica Intermediária de Guarapuava e Imediata de Guarapuava segundo a nova divisão do IBGE realizada em 2017, conforme Tabela 01. Cabe destacar que é uma região composta de municípios de grande extensão territorial com destaque para Guarapuava e Pinhão, estes com 3.163,44 km² e 2.003,73 km², respectivamente.

Os municípios abaixo relacionados apresentam uma população estimada total de 426.829 habitantes, distribuídos em 19.287,07Km², o que corresponde a uma densidade de 22,13hab/Km² para região intermediária e à média da Região Geográfica Imediata de Guarapuava com 20,13 hab/Km², muito inferior à média do estado de 57,62 hab/Km².

Os municípios abaixo, entretanto, apresentam comportamentos distintos que oscilam desde densidades elevadas como é o caso de Guarapuava que conta com 57,74 hab/Km² até baixíssimas densidades, destacando como exemplo o município de Campina do Simão, cuja densidade populacional é de 8,57 hab/Km². Já Reserva do Iguaçu, o município em estudo, apresenta uma densidade demográfica de 9,69 hab/Km², também abaixo da média do Estado.

Dentro do contexto nacional de polarização urbana, a Região Imediata de Guarapuava, na qual o município de Reserva do Iguaçu está inserido, possui capacidade para atender a instalação de novas atividades, equipamentos, serviços e possíveis novas malhas rodoviárias e, até mesmo, ferroviárias, pois se situa na porção central do Paraná e desta maneira, consolida o espaço como polo irradiador no âmbito

do Estado e Região Geográfica Intermediária, onde se destacam: Curitiba como metrópole nacional da região sul, Guarapuava como centro da Região Geográfica Intermediária.

Quadro 6: Municípios pertencentes a região geográfica intermediária de Guarapuava.

Municípios pertencentes a Região Geográfica Intermediária de Guarapuava		Área (km) Total	Densidade Demográfica (hab./km ²)	Grau de urbanização (%)	População 2010	População estimada 2020
Região Imediata de Guarapuava	Campina do Simão	450,258	8,57	34,05	4076	3.859
	Candói	1.509,64	10,63	46,89	14983	16.053
	Cantagalo	583,137	22,86	65,7	12.952	13.329
	Foz do Jordão	230,762	19,74	72,45	5.420	4.556
	Goioxim	702,81	10,04	23,40	7053	7053
	Guamiranga	243,55	36,18	28,3	7.900	8.811
	Guarapuava	3.163,44	57,74	91,43	167.328	182644
	Inácio Martins	938,63	11,85	57,46	10.943	11.121
	Pinhão	2.003,73	16,25	50,71	30.208	32.559
	Prudentópolis	2.257,71	23,26	46,04	48.792	52.513
	Reserva do Iguaçu	832,68	9,69	53,44	7.307	8.069
	Turvo	934,82	14,01	36,55	13.811	13.095
Região Imediata de Pitanga	Boa Ventura do São Roque	621,43	10,24	23,56	6.554	6.365
	Laranjal	558,63	10,35	31,93	6.360	5784
	Mato Rico	396,36	8,09	25,07	3.818	3206
	Nova Tebas	545,50	9,99	39,08	7.398	5.448
	Palmital	817,62	15,85	49,77	14.865	12960
	Pitanga	1.664,77	18,02	63,09	32.638	29994
	Santa Maria do Oeste	831,60	11,32	27,92	11.500	9410
Região Intermediária	19.287,07	22,13	45,62	413.906	426.829	
PARANÁ	199.298,07	57,62	85,33	10.444.526	11.516.840	

Divisão da Região, Área Territorial, Densidade Demográfica, Grau de Urbanização, População de 2010 e População estimada de 2020, segundo os municípios em estudo.

Distribuição da População Âmbito Regional

Em que se pesem tais aspectos de ordem geral, verifica-se que os municípios em estudo apresentam o mesmo padrão na dinâmica populacional que o Paraná: decréscimo absoluto e relativo da sua população rural e acentuadas taxas de crescimento em municípios já altamente urbanizados. O que tem de peculiar é um alto crescimento urbano no município de Guarapuava.

E quanto à urbanização, o mesmo acontece em maior escala em Guarapuava com 91,43 %. A urbanização se dá principalmente pelo êxodo rural não só do município como também de outros da Região Imediata. Entre as causas que determinam o êxodo rural estão: as precárias condições de relações de trabalho com desrespeito aos direitos trabalhistas e dispensa de mão-de-obra por crises eventuais;

mecanização e mudança de atividade da agricultura para pecuária liberando a mão-de-obra, divisão da propriedade por herança ou crise financeira tornando-a improdutiva; atração pela cidade e a falta de apoio dos órgãos governamentais para a agricultura familiar.

O município possui uma pequena porção de reflorestamento em virtude da empresa Swedishmatch que é produtora de palitos Fiat Lux;

De acordo com o Censo de 2010, a maior parte de população dos municípios em estudo da Região Imediata de Guarapuava está domiciliada na zona rural e somente conta com uma população superior a 20.000 habitantes os municípios de Guarapuava, Pinhão e Prudentópolis. A população estimada do Município de Reserva do Iguaçú é de 8.069 habitantes segundo dados do IPARDES (2021), distribuindo-se em 4690 habitantes na área urbana e 3379 habitantes na área rural do Município, quadro 7.

Quadro 7: Região imediata de Guarapuava.

Municípios	População 2010			População Estimada 2020			
	Total	Urbana	Rural	Total	Urbana	Rural	
Região Imediata de Guarapuava	Campina do Simão	4.076	1.388	2.688	3.859	1.401	2.458
	Candói	14.983	7.026	7.957	16.053	7.247	8.806
	Cantagalo	12.952	8.509	4.443	13.329	8.639	4.690
	Foz do Jordão	5.420	3.927	1.493	4.556	3.890	666
	Goioxim	7.053	1.756	5.747	7.053	1.749	5.304
	Guamiranga	7.900	2.236	5.664	8.811	2.308	6.503
	Guarapuava	167.328	152.993	14.335	182.644	154.171	28.473
	Inácio Martins	10.943	6.288	4.655	11.121	6.567	4.554
	Pinhão	30.208	15.317	14.891	32.559	15.485	17.074
	Prudentópolis	48.792	22.463	26.329	52.513	22.930	29.583
	Reserva do Iguaçú	7.307	3.905	3.402	8.069	4.690	3.379
Turvo	13.811	5.048	8.763	13.095	5.144	7.951	

População, segundo os Municípios em Estudo

Fonte: IPARDES – 2021

Os demais municípios da região têm apresentado características econômicas predominantes no setor rural, porém com grande demanda para o setor urbanizado dos municípios, causando impacto nos serviços, pressionando as cidades a buscar novas alternativas para o desenvolvimento local.

Em 2020, a partir de dados da Contagem Populacional, pode-se observar que a taxa de crescimento se manteve igual nos últimos 10 anos, tendo crescimento médio de 0,9% e que a população da área urbana superou a população da área rural. Na maioria

dos municípios brasileiros verifica-se a evasão da área rural, principalmente de jovens que abandonam o campo em busca de empregos na área urbana.

Quadro 8: Divisão da Região, Taxa de Crescimento Geométrico

Município		Taxa de Crescimento Geométrico Populacional		
		2000-2010		
		Total	Urbana	Rural
Região Imediata de Guarapuava	Campina do Simão	-0,68%	0,96%	-1,43%
	Candói	0,55%	3,14%	-1,25%
	Cantagalo	0,11%	1,53%	-2,11%
	Foz do Jordão	-1,61%	-0,93%	-3,20%
	Goioxim	-0,75%	-0,42%	-0,84%
	Guamiranga	1,03%	3,22%	0,28%
	Guarapuava	0,76%	0,77%	0,63%
	Inácio Martins	-0,02%	4,43%	-3,84%
	Pinhão	0,62%	1,10%	0,15%
	Prudentópolis	0,52%	2,08%	-0,64%
	Reserva do Iguaçu	0,90%	1,58%	0,19%
Turvo	-0,51%	1,91%	-1,65%	

Divisão da Região, Taxa de Crescimento Geométrico

Fonte: IPARDES – Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social – Caderno Estatístico dos Municípios, 2021.

Na tabela acima, com relação ao crescimento populacional da região entre 2010 e 2020, a maioria dos municípios apresentam taxa de crescimento inferior à média do Paraná de 0,89%. Reserva do Iguaçu se destaca com taxa de crescimento de 0,9%, uma das maiores dentre os municípios analisados. Os demais municípios apresentam taxa de crescimento muito inferior sendo a mais baixa no município de Foz do Jordão com – 1,61%.

A Quadro 8 a seguir apresenta a projeção da população dos municípios relacionados de 2010 a 2020. Deve-se levar em conta que este estudo foi realizado a partir do Censo Demográfico de 2010 e projetado até 2020.

Quadro 9: População projetada 2010 e 2020 dos municípios da Região Intermediária de Guarapuava.

Município	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	
Região Imediata de Guarapuava	Campina do Simão	4.076	4.054	4.033	4.130	4.113	4.096	4.079	4.062	3.917	3.887	3.859
	Candói	14.983	15.045	15.104	15.657	15.741	15.822	15.901	15.978	15.903	15.979	16.053
	Cantagalo	12.952	12.963	12.974	13.396	13.424	13.452	13.478	13.505	13.306	13.317	13.329
	Foz do Jordão	5.420	5.347	5.276	5.346	5.277	5.210	5.144	5.079	4.745	4.650	4.556
	Goioxim	7.503	7.459	7.415	7.590	7.553	7.517	7.482	7.448	7.170	7.111	7.053
	Guamiranga	7.900	7.959	8.016	8.343	8.415	8.484	8.552	8.619	8.664	8.739	8.811
	Guarapuava	167.328	168.349	169.252	175.779	176.973	178.126	179.256	180.364	180.334	181.504	182.644
	Inácio Martins	10.943	10.942	10.940	11.262	11.294	11.307	11.319	11.331	11.129	11.125	11.121
	Pinhão	30.208	30.347	30.480	31.617	31.800	31.978	32.152	32.322	32.219	32.391	32.559
	Prudentópolis	48.792	48.933	49.150	50.983	51.281	51.567	51.849	52.125	51.961	52.241	52.513
	Reserva do Iguaçu	7.307	7.356	7.402	7.697	7.757	7.815	7.872	7.927	7.950	8.010	8.069
	Turvo	13.811	13.717	13.626	13.937	13.860	13.785	13.712	13.640	13.340	13.215	13.095

Fontes: IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – Panorama das Cidades, População estimada 2020. Ministério Público do Paraná: Informações e indicadores municipais, 2021.

Organização municipal e distribuição da população

O município de Reserva do Iguaçu possui uma área territorial de 832,67 km² e com população de 8069 habitantes em 2020, de acordo os dados do IPARDES. E, ainda segundo o Instituto, no ano de 2020, o município constou com 5231 eleitores dentro da área territorial municipal.

Quadro 10: Extensão territorial e população do município.

Município	Área (km ²)		População 2020	
	Total	Percentual	Total	Percentual
Reserva do Iguaçu	832,68	0,42%	8.069	0,070%
Região Imediata	13.851,16	6,95%	353.662	3,071%
Paraná	199.298,07	100%	11.516.840	100%

Fonte: IPARDES – Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social – Caderno Estatístico dos Municípios, 2021.

Mesmo sendo um município pequeno e com base na agropecuária, Reserva do Iguaçu possui um índice de urbanização mediano, na faixa de 53,44%, abaixo da média do estado, como mostrado na Tabela 10.

A urbanização se deu pelo êxodo rural, e em virtude do concurso realizado pela Prefeitura em 2011, muitas pessoas de outros lugares vieram para residir em Reserva

do Iguaçu. Entre as causas que determinam o êxodo rural estão: precárias condições de relações de trabalho com desrespeito aos direitos trabalhistas; dispensa de mão-de-obra por crises eventuais; mecanização e mudança de atividade, ou seja, agricultura para pecuária, liberando mão-de-obra; divisão da propriedade por herança ou crise financeira tornando-a improdutivo; atração pela cidade; falta de apoio dos órgãos governamentais para a agricultura familiar.

Quadro 11: Área Territorial e Taxa de Urbanização do município.

Município	Área (km ²)	Taxa de Urbanização 2020
Reserva do Iguaçu	832,68	53,44%
Região Imediata	13.851,16	-
Paraná	199.298,07	85,33%

Fonte: IPARDES – Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social – Caderno Estatístico dos Municípios, 2021.

Observando a tabela apresentada abaixo com relação a densidade demográfica em 2020, de acordo com o IBGE, é de 9,69 (hab/km²). As localidades de maior densidade populacional na área rural são comunidades que apresentam uma razoável economia produtiva no campo.

Quadro 12: Extensão territorial, densidade e a população.

Município	Área (km ²)	Densidade Populacional (hab/km ²)	População 2020		
	Área (km ²)		Total	Urbana	Rural
Reserva do Iguaçu	832,677	9,69	8.069	4.690	3.379
Região Imediata	13851,158	25,53	353.662	234.222	119.440
Paraná	199.298,07	57,78701219	11.516.840	9.705.922	1.810.918

Fonte: IPARDES – Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social – Caderno Estatístico dos Municípios, 2021.

O crescimento total da população encontra-se positivo, com taxa total de 0,9% entre 2000 e 2010. Reserva do Iguaçu apresenta um crescimento positivo da população na área urbana e rural. Nos próximos anos está para ser assentadas diversas famílias de quilombolas na área rural aumentando consideravelmente a taxa de crescimento da população rural, indo na contramão do que ocorre na maioria dos municípios do estado do paraná, como pode ser observado na Tabela abaixo. Aplicando a taxa de

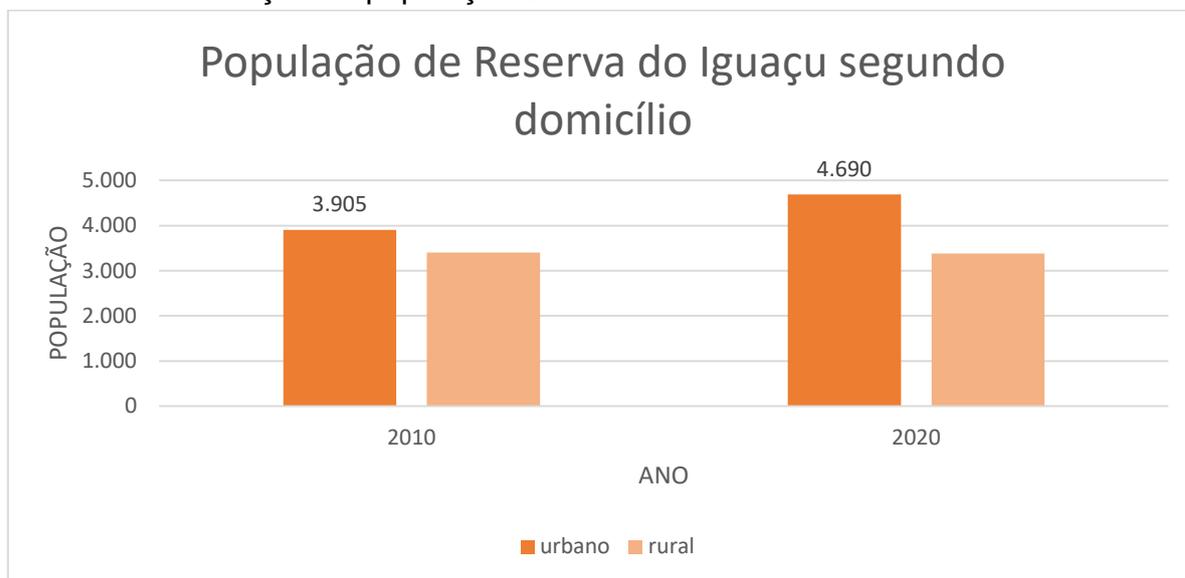
crescimento apresentada pelo IPARDES e traçando um gráfico da população do município com o passar dos anos se pode analisar essa variação, conforme apresentado na figura abaixo.

Quadro 13: População em 2010. Taxa de Crescimento do município.

Município	População 2010	Taxa de Crescimento do município		
		2000-2010		
		Total	Urbana	Rural
Reserva do Iguaçu	7.307	0,90%	1,58%	0,19%
Região Imediata	330.773	-	-	-
Paraná	10.444.526	0,89	1,58	-1,2

Fonte: IPARDES – Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social – Caderno Estatístico dos Municípios, 2021.

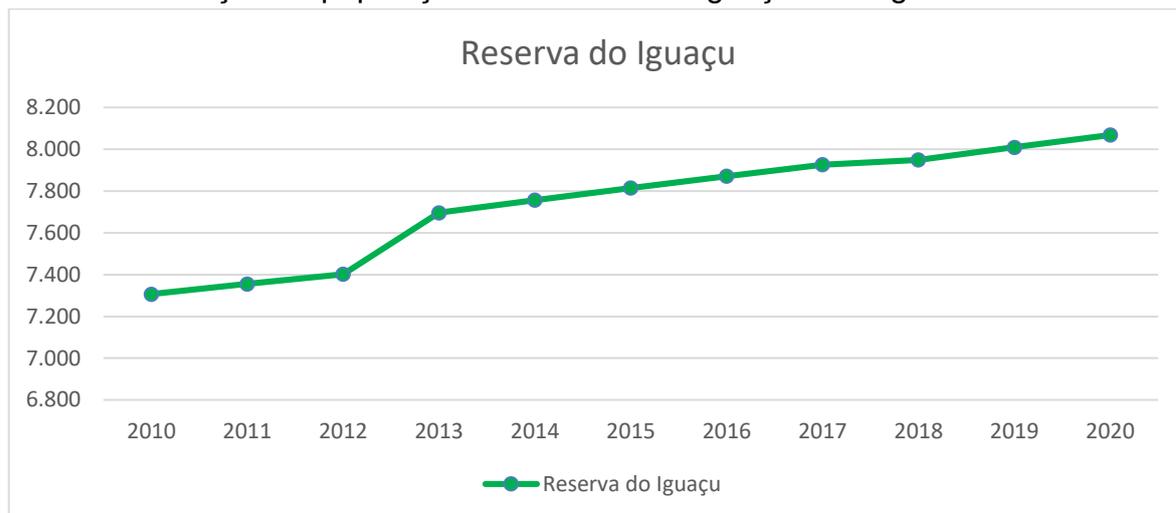
Gráfico 1: Distribuição da população entre rural e urbana



Fonte: IPARDES – Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social – Caderno Estatístico dos Municípios, 2021.

De acordo com a taxa de crescimento de 0,9%, a população estimada para 2020 é de 8069 habitantes. Aplicando a taxa de crescimento apresentada pelo IPARDES e traçando um gráfico da população do município com o passar dos anos se pode analisar essa variação, de 7307 em 2010 para os valores atuais, conforme apresentado na figura a seguir.

Gráfico 2: Variação da população de Reserva do Iguaçu ao longo dos anos.



Fonte: IPARDES – Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social – Caderno Estatístico dos Municípios, 2021.

Com relação ao número de domicílios e tipos de uso, a Copel, empresa que presta serviços de energia elétrica, possui um levantamento atualizado das principais comunidades. A tabela a seguir demonstra a dinâmica do crescimento populacional, identificando o número edificações destinadas à residência, indústria, comércio, poder público, serviços públicos e domicílios rurais.

5.8 ASPECTOS DE INFRA-ESTRUTURA E SERVIÇOS PÚBLICOS

Mobilidade urbana

Com a criação do Ministério das Cidades em 2003, um sistema de mobilidade urbana mais completo e voltado ao desenvolvimento urbano sustentável começou a ser elaborado em nível federal. Neste contexto orientações para o deslocamento de pessoas com prioridade e necessidades especiais foram incluídas no programa de Política nacional de mobilidade urbana. Também a priorização de transportes urbanos com menor impacto ambiental passou a ser discutidos, juntamente com a questão do transporte de cargas. Após anos de discussões, foi sancionada a Lei nº 12.587, em 3 de janeiro de 2012, que estabelece as diretrizes da Política Nacional de Mobilidade Urbana - PNMU.

A Política Nacional de Mobilidade Urbana, no seu artigo 5º, tem como princípios:

7. Acessibilidade universal;
8. Desenvolvimento sustentável das cidades, nas dimensões socioeconômicas e ambientais;
9. Equidade no acesso dos cidadãos ao transporte público coletivo;
10. Eficiência, eficácia e efetividade na prestação dos serviços de transporte urbano
11. Gestão democrática e controle social do planejamento e avaliação da Política Nacional de Mobilidade Urbana;
12. Segurança nos deslocamentos das pessoas;
13. Justa distribuição dos benefícios e ônus decorrentes do uso dos diferentes modos e serviços;
14. Equidade no uso do espaço público de circulação, vias e logradouros; e
15. Eficiência, eficácia e efetividade na circulação urbana.

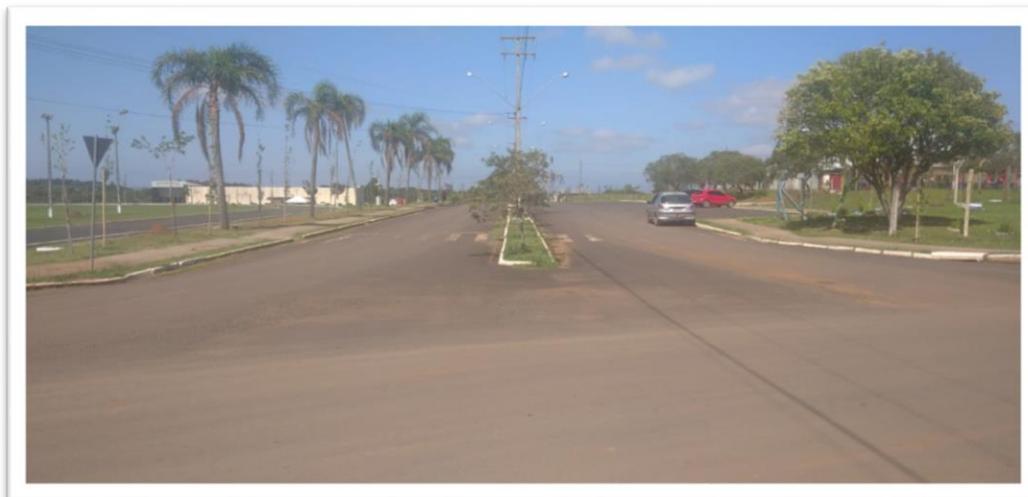
Figura 15: Equipamentos públicos com acessibilidade.



Figura 16: Ruas projetadas com acessibilidade.



Figura 17: Avanços na mobilidade urbana.



Transporte

Transporte Universitário e Intermunicipal

O acesso regular ao município de Reserva do Iguaçu é realizado por via terrestre. Não existe mais as linhas regulares que levava os municípios as cidades vizinhas.

O transporte universitário intermunicipal é realizado através de ônibus regulamentados, desde 1998, em função do município não possuir ensino superior, sendo criada uma linha universitária Reserva do Iguaçu – Guarapuava, de segunda a sexta, para atender os universitários. Em função da política pública de governo, os estudantes universitários recebem esse benefício do transporte, que é ofertado pela Prefeitura Municipal.

Transporte Público Coletivo

Existe apenas uma linha pública, feita pela prefeitura, ligando Faxinal Soares, Santa Luzia, Nossa Sra. de Fátima, Butiá e São Sebastião ao centro da sede de Reserva do Iguaçu, uma vez por semana.

Transporte Escolar

O Estado deve oferecer transporte para os alunos da Rede Estadual de ensino, e os Municípios aos alunos da Rede Municipal, uma vez que a organização, a manutenção



e o desenvolvimento dos órgãos e instituições oficiais são incumbências de estados e municípios. Todos os níveis de ensino devem ter meios de acesso para os estudantes.

No caso do Ensino Fundamental, os sistemas devem oferecer vagas em escolas a até 2 km da residência dos alunos, ou arcar com este transporte. Por meio do FNDE, a União mantém um programa de Transporte Escolar em apoio aos sistemas de ensino, mediante repasse de recursos.

O Município possui convênio de transporte escolar junto ao Governo Federal no PNATE (Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar), e com o Governo Estadual através do PETE (Programa Estadual de Transporte Escolar), segundo a FUNDEPAR esse repasse ocorre mensalmente com um valor aproximado de R\$ 43.839,05. Esses repasses não são suficientes para manter o transporte escolar, sendo assim o município arca com a maior parcela dos custos com ele.

O Transporte Público Escolar Gratuito é um serviço prestado pela Prefeitura do Município de Reserva do Iguaçu, com objetivo de garantir o acesso dos moradores da zona rural às escolas públicas, através de linhas de ônibus com itinerário pré-definido, operadas diretamente ou através de contratação dos serviços. Atendendo os estudantes na totalidade das comunidades rurais, não podendo ser utilizado pela comunidade. Ele é realizado pela Sec. De Educação Municipal. Com a Covid-19 esse tipo de transporte está suspenso com previsão de retomada em julho/2021.

O transporte escolar no Município atende diariamente no período da manhã, tarde, transportando alunos da zona rural até as escolas mais próximas, tanto em localidades quanto na sede, percorrendo aproximadamente 1.500 km diários.

O serviço é disponibilizado aos alunos da educação infantil, ensino fundamental e médio, atendendo 684 alunos, 420 alunos da rede municipal e 264 de rede estadual. No total são ofertadas 25 linhas, sendo parte delas terceirizadas e parte com a frota própria do Município (PMRI, 2021).

Transporte de Cargas

Não há restrição de quaisquer tipos de circulação de veículos ou cargas no Município. Quanto ao transporte de cargas, de acordo com dados da Prefeitura Municipal (2021), na Área Rural, são percorridas principalmente as estradas principais, que ligam as comunidades. Nas demais estradas municipais, o trânsito de caminhões é somente para o escoamento da produção local. Na área urbana é utilizada principalmente a PR 459 como transporte de cargas.

Frota de veículos

Com relação a frota de veículos, segundo dados do Denatran, no município estavam registrados em dezembro de 2020 cerca de 2.871 veículos. Destes, 2.291 eram automóveis e utilitários, enquanto outros 580 eram motocicletas e similares. A frota total de veículos cresceu continuamente ao longo dos anos observados, e a taxa de crescimento foi de 107%, se comparados ao mesmo mês em 2010. Como consequência a taxa de motorização do município também aumentou, em 2010 eram 0,19 automóveis por habitante, chegando a taxa de 0,36 automóveis por habitante em 2020. A relação entre a quantidade de motocicletas/motonetas e a população não mostrou grande crescimento. Em 2010 havia 0,03 motocicletas/motonetas por habitante, e no cenário de 2020 esta relação é de 0,05.

Sistema viário municipal e urbano

O Município apresenta como eixos básicos de acesso, as rodovias federais BR-277 no sentido leste-oeste; a BR 373, que em determinado trecho conjuga-se com a BR-277, no sentido sudoeste; e as rodovias estaduais PR-662 e PR-459 que constituem o eixo de tráfego no sentido norte-sul da região.

Como vias de ligação com os municípios limítrofes a Reserva do Iguaçu, tem-se a PR-662 pavimentada, que liga a Foz do Jordão, Candói, em bom estado de conservação. O Acesso ao Município de Pinhão dá-se pela PR-459 em 10 de junho de 2017, foi inaugurada a pavimentação asfáltica do trecho de quase 26 quilômetros entre o Distrito de Dois Pinheiros e o Município de Reserva do Iguaçu, sendo ambos os trechos em bom estado de conservação.

As estradas vicinais se encontram em condições razoáveis de conservação, sendo que em alguns trechos fica intransitável em períodos de chuva e em função do solo não compactado. Sem acesso aos seus domicílios, moradores percorrem grandes extensões a pé sobre lama e água.

O sistema viário urbano de Reserva do Iguaçu foi instituído com a LEI 742/2012 e alterado o Art. 83º. pela LEI 784/2012. Estabelecendo as classes de vias tais como: regional, arterial, coletora, integração e local, conforme mapa abaixo, embora seja necessário atualizar tal regularização, em virtude do crescimento da cidade. O sistema viário urbano de Reserva do Iguaçu possui 21,36 km de pavimentado asfáltico, sendo esses 14,12 km na vila Copel e 7,24 km na sede e 12,23 km de calçamento em pedra irregular, sendo na sede 7,24 km e Copel 5,68. Em sua maioria apresentam-se em boas condições de uso, com aspecto regular, demandando constante manutenção.



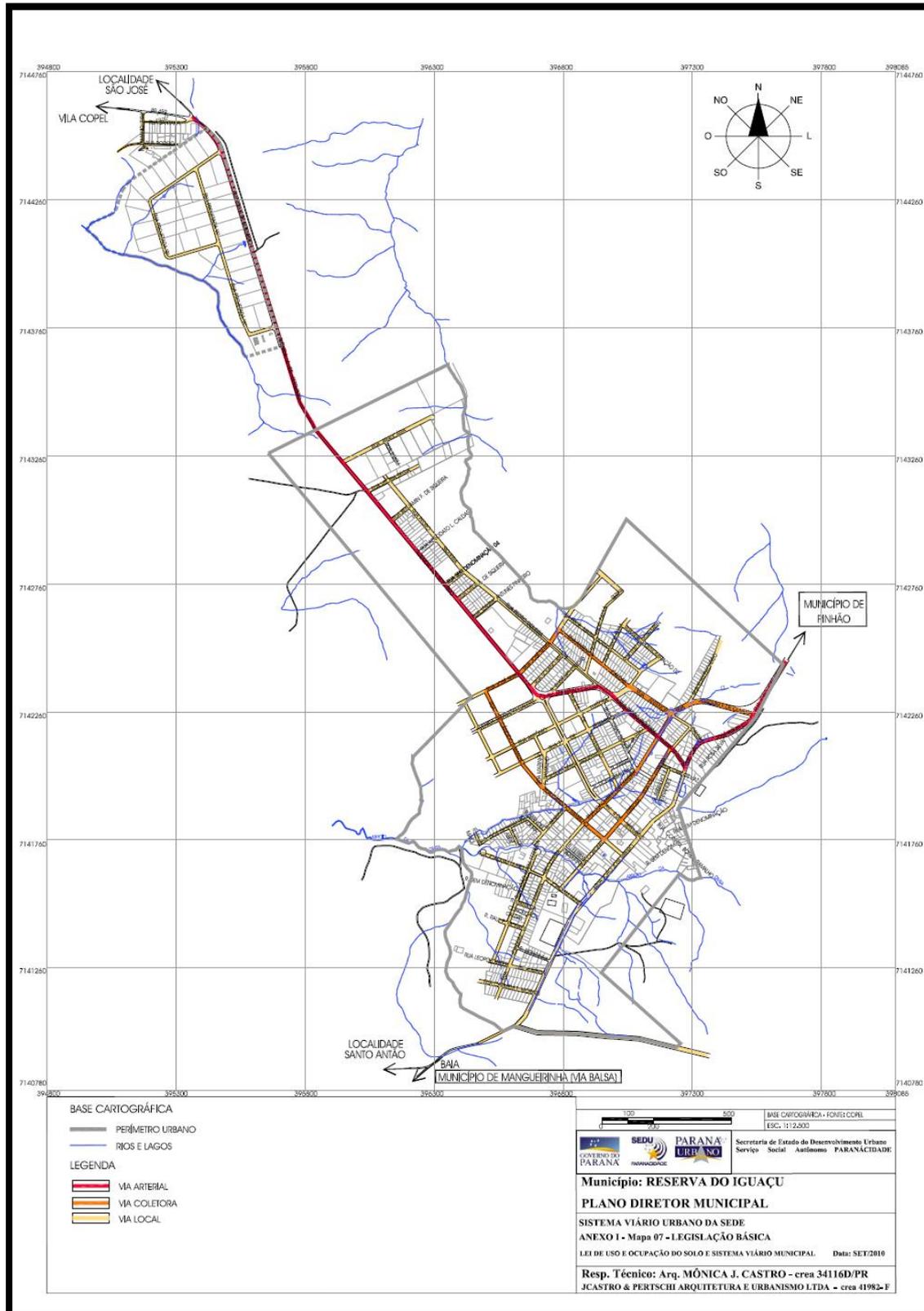
Porém ainda existe diversas ruas sem pavimentação em áreas povoadas de baixa renda, onde se fazem necessários investimentos. Existem calçadas na maior parte das ruas do Centro e algumas vilas adjacentes, porém nota-se pouca qualidade quanto a serem transitáveis e com acessibilidade. Nos locais mais afastados do centro poucas ruas possuem calçadas, e onde elas aparecem são normalmente de iniciativa dos moradores.

Existe no município o Plano de arborização urbana realizado em 2020 e já está sendo atualizado, e não foi lei nem decreto que o instituído.

Esse Plano foi elaborado tendo em vista a necessidade de se ter uma cidade mais arborizada com maior número de áreas verdes, que auxiliam no controle da poluição atmosférica, hídrica e de inundações, favorecendo a permeabilidade e infiltração das águas pluviais. Tendo visto que existem muitas árvores condenadas devido à poda realizada sem critérios, e a substituição de espécies inadequadas, normalmente plantadas por moradores.

O mapa a seguir apresenta o Sistema Viário Urbano da sede de acordo com a situação a LEI de 2012, obtida através de levantamentos e dados coletados.

Figura 18: Sistema Viário Urbano.





Desta configuração básica de vias primárias de tráfego, originam-se vias secundárias com papel de integração intramunicipal. São vias normalmente não asfaltadas e que ocupam função no escoamento da produção e na comunicação da sede município as comunidades.

Quanto à Área Urbana, grande parte das vias públicas possui largura mediana entre 12,00 metros a 15,00 metros.

LARGURA DAS VIAS DA ÁREA URBANA

Quadro 14: Largura das vias da área urbana.

NOME DAS RUAS	LARGURA – CAIXA DA RUA (M)
RUA CARMEM TEREZINHA DE MORAES	13
RUA LEOPOLDINO ALMEIDA	10
RUA RONDINHA	7
RUA RAUL FERREIRA DE MORAES	13
RUA MARIA DA CONCEIÇÃO LUSTOSA CALDAS	15
RUA JOAQUIM FERREIRA DE OLIVEIRA	12
RUA JOÃO MARIA FERREIRA	12
RUA JOAQUIM NUNES	12
RUA LINEU SIQUEIRA	7
RUA JOÃO JOSÉ RIBEIRO	12 A 20
RUA CORONEL LUSTOSA	13
RUA 1º DE MAIO	10
RUA DOS TROPEIROS	10
RUA 21 DE ABRIL	9
RUA MANOEL BANDEIRA	9
RUA RESERVA	11
RUA CÂNDIDO RAMALHO	15
RUA CORINTA BORBA RAMALHO	8
AV. 4 DE SETEMBRO	15
RUA PARAÍLHO V. FERNANDES	10
RUA CARLOS VAZ	10
RUA ROSA SILVA	16
RUA ELIAS PACHECO	11
RUA PEDRO SIQUEIRA	13
RUA MARINHO F. RAMALHO	13
RUA EUGÊNIA SIQUEIRA	12
RUA DONA UBALDINA	12
RUA PARANÁ	12
RUA PINHÃO	12
RUA 7 DE SETEMBRO	12
RUA ANTÔNIO LUSTOSA	12
AVENIDA SEBASTIÃO CALDAS	19
RUA JOSÉ SERPA	12
RUA SOLANO BRITO	15



RUA EUGÊNIO CALDAS	12
RUA ANTENOR CALDAS	10 A 19
RUA PROF. MARIA MOTTA	10
RUA PROF. DALILA SERPA	10
RUA NESTOR BLEM	10
RUA LUIZ GURGIELMINN	15
RUA ELIAS PACHECO	11
RUA IZAURA ANTUNES PINHEIRO	13
RUA OTÍLIA F. DE SIQUEIRA	15
RUA ADEODATO L. CALDAS	15
RUA BENJAMIN F. DE SIQUEIRA	15
RUA VITÓRIA RÉGIA	12
RUA XAXIM	10
RUA ARAUCÁRIA	15
RUA 15 DE NOVEMBRO	12
RUA SEM DENOMINAÇÃO 02	15
RUA SEM DENOMINAÇÃO 04	15
RUA TAMANQUEIRA	5
RUA SANTANA	3
RUA RODEIO	4
RUA PROJETADA "A"	10
RUA PROJETADA "B"	10
Rua José Deodácio da Silva	8
Rua Emigdio Ferreira de Lima	12

FONTE: LEVANTAMENTO DE DADOS – PDM 2009 – Revisado 2021, Blaszkowski.

Analisando a tabela acima, verifica-se que a grande maioria das vias possui boa largura para o fluxo municipal. De acordo com dados da Prefeitura Municipal (2021), o Município possui Lei de Sistema Viário nº 742/2012 que estabelece a largura mínimas das vias.

Quanto à pavimentação das vias municipais, verifica-se que apenas as estradas estaduais possuem pavimentação asfáltica e alguns trechos isolados da malha. Parte das demais estradas municipais possui pavimentação com pedra irregular e na sua maioria não possuem pavimentação, ou seja, são em leito natural, apenas cascalhadas. Analisando a necessidade de pavimentação das vias rurais, verifica-se que algumas vias deveriam receber investimentos em pavimentação, principalmente as vias de escoamento da produção e os trajetos do transporte escolar.

De acordo com pesquisa de campo, quanto ao tipo de pavimentação na Área Urbana, é possível identificar que a maioria das vias é em pedra irregular. Poucas são as vias com pavimentação asfáltica (mapa 08). A Vila Copel tem todas suas vias pavimentadas, cerca de 70% das vias com pavimentação asfáltica e o restante com pavimentação poliédrica, não existe calçadas na maioria das vias.



A grande maioria das vias na Área Urbana não possui passeio o que prejudica a segurança do pedestre. Em locais onde existem calçadas, em geral, elas não são adequadas para portadores de necessidades especiais. Outra carência no Município é a construção de ciclovias. Muitas pessoas caminham nas vias públicas devido à carência dessa infraestrutura.

Projeto de novas ruas, ou seja, o sistema viário de um município deve apresentar boas condições para a implantação das redes hidráulico-sanitárias e outras de serviços públicos, observando sua boa localização quanto às declividades naturais, já que para a drenagem natural e o sistema de esgoto há escoamento por gravidade.

Quanto à acessibilidade universal, a prefeitura realizou diversas readequações nos dos prédios públicos, mas ainda falta adequações a serem realizadas.

A apresentação da situação da Pavimentação Urbano na Sede do Município e na Vila Copel está nos Mapas 17 e 18, presentes na Fase 3.

As calçadas do município são regulamentadas pela Lei Municipal do Sist. Viário nº 742/2012, e nesta dispõe sobre larguras mínimas de passeio e inclinação máxima das rampas.

O município possui em torno de 44% de ruas com calçadas, nem todas as calçadas existem estão dentro das normas de acessibilidade. Devendo a Prefeitura implantar um programa para melhorias e atendimento as normas.

O município avançou muito nos últimos anos em relação aos investimentos em pavimentação urbana. Tendo uma ampliação de aproximadamente 22% das ruas pavimentadas.

Drenagem Urbana

Toda bacia hidrográfica é composta por uma rede de elementos de drenagem constituída por rios, riachos, córregos e pântanos ou várzeas, que naturalmente se formaram e se mantem em função da dinâmica das precipitações e das características do terreno, como tipo de solo, declividades, cobertura vegetal, entre outros. Com o uso urbano intenso do solo, este sistema é alterado substancialmente pela introdução de elementos artificiais e pelo aumento das descargas com impermeabilização do solo.

A impermeabilização é composta, pelos pavimentos das ruas, guias e sarjetas, bocas de lobo, galerias de drenagem, sistemas de retenção, infiltração nos lotes, valas e muitos outros dispositivos relacionados ao sistema viário.

Os custos da drenagem urbana, segundo Mascaró e Yoshinaga¹⁰ (2005) variam de acordo com diversos fatores, entre eles são a declividade das vias, o traçado da rede de drenagem, a trajetória, o tamanho das cidades, a declividade da bacia, entre outros. O sistema de drenagem urbana do município de Reserva do Iguaçu compreende as áreas vazias, edificações, sistema viário, redes de galerias, canalizações e cursos d'água situados em bacias hidrográficas nos limites do território do município. Atualmente, todos os serviços relacionados a drenagem urbana do município estão sob controle direto da Prefeitura Municipal através da Secretaria Municipal de Obras.

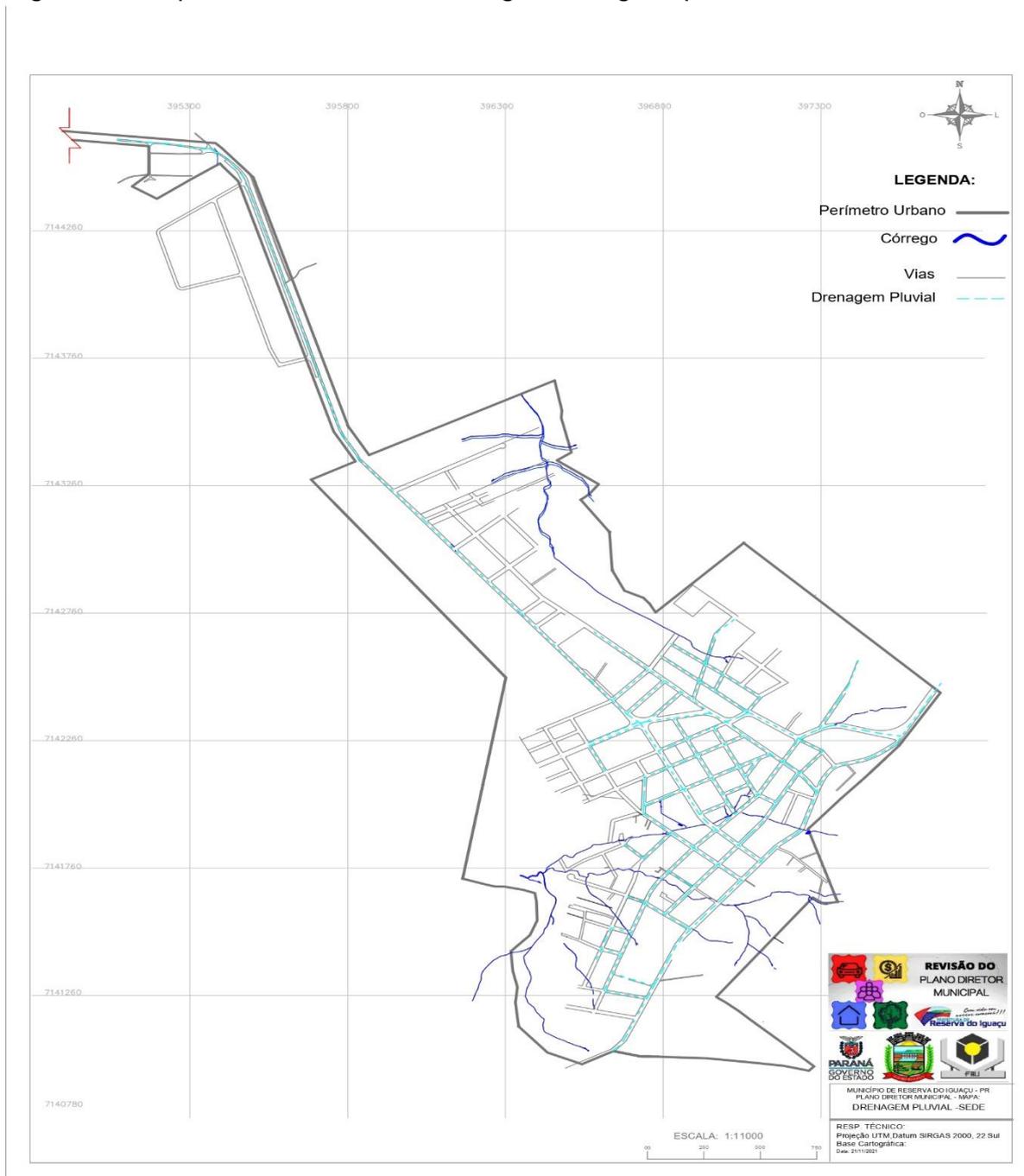
Em um panorama geral, as principais deficiências no Sistema de Drenagem Urbana de Águas Pluviais do município de Reserva do Iguaçu são as seguintes:

- Redução do armazenamento natural das águas de escoamento;
- Falta de maior fiscalização quanto a ligações clandestinas de esgotos sanitários e despejos industriais nas galerias, despejo de águas servidas na sarjeta, lançamento de lixo nas bocas de lobo, preparo de argamassa nas vias públicas;
- Ausência de cadastro das galerias de águas pluviais;
- Falta de dissipadores nos finais das galerias;
- Processos erosivos;
- Ausência de mata ciliar ao longo dos cursos d'água.

No município, a questão da macro e microdrenagem tornaram-se um importante desafio a ser trabalhado no território urbano. De acordo com informações da Defesa Civil Municipal, hoje não possui nenhum ponto de estrangulamento e alagamento no Município.

Ao tratar-se de rede pluvial existente nas ruas com pavimentação asfáltica e poliédrica, considera-se que a canalização das águas servidas ou dos dejetos é ligada a um sistema de coleta que os conduz para o escoadouro geral do município, mesmo que o sistema não tenha estação de tratamento da matéria esgotada. Conforme apresentado no mapa, Rede Coletora de Águas Pluviais abaixo, o município conta com aproximadamente 70% das vias com drenagem.

Figura 19: Mapa das 10 Vias com drenagem de águas pluviais



Energia e iluminação

O Município de Reserva do Iguaçu está interligado a Rede de Distribuição de Energia Elétrica, operado pela COPEL – Companhia Paranaense de Energia. De acordo com dados da COPEL (2021), atualmente no Município estão cadastrados junto à COPEL (2021) 1234 consumidores residenciais, 695 consumidores rurais, 112 consumidores



comerciais, seguidos dos poderes públicos (39), industrial (66) e serviços públicos (8), totalizando 2155 consumidores. O consumo total do Município é da ordem de 6109 Mwh, sendo o mais representativo o uso residencial (1634Mwh) seguido do consumo na Área Rural (1455Mwh).

O Município é atendido pelo circuito Reserva do Iguaçu, que possui tensão nominal de 13.8kv, pertencente à subestação Canteiro Segredo. De acordo com dados da COPEL (2010) não há previsão de extensão de rede até o ano de 2017, por não haver necessidade de acordo com a projeção de consumo.

O sistema de iluminação pública em ruas, praças, avenidas, jardins, vias, estradas e outros logradouros de uso comum a Secretaria de Obras da prefeitura é responsável pela manutenção.

A energia elétrica atinge 72 % da população ficando 28 % da população sem energia elétrica.

Sistema de Telecomunicação

Há uma emissora de rádio, Iguaçu FM, e antenas repetidoras de televisão e há rede de telefonia fixa da Oi e rede de telefonia celular, Tim, Vivo, Claro, Oi. A rede de telefonia pública não atende a demanda da população na área rural.

Internet: as empresas que oferecem este serviço no município são - Oi, Copel, Conecta BR e Digiplus.

Telefonia e Correio

A empresa que disponibiliza os serviços de telefonia fixa é a Oi Telecomunicações que atende a todas as solicitações de novas ligações, dentro da área urbana e rural, para a disponibilização do serviço. Quanto à rede de telefonia todas as regiões da Área Urbana são atendidas. A Área Rural é atendida pelo sistema de celular rural. Atualmente o Município é atendido pela telefonia celular através da empresa Oi, Tim, Claro e Vivo. O Município possui uma Agência de Correio localizada na área central do perímetro urbano.

Imprensa

Atualmente com a era digital o jornal de Reserva do Iguaçu é online Diário Reservense, e suas publicações são realizadas no AMP - diário oficial dos municípios, Diário Reservense. O Município possui uma Rádio Comunitária denominada Iguaçu FM 89.7, localizada na Rua Marinho Ramalho, 385.

Habitação

O Governo do Paraná, juntamente com a Cohapar, em 2019 realizou uma atualização no banco de dados, do déficit habitacional estadual foram coletadas algumas informações pertinentes ao município de Reserva do Iguaçu. Abaixo um quadro demonstrativo do déficit habitacional do Estado do Paraná.

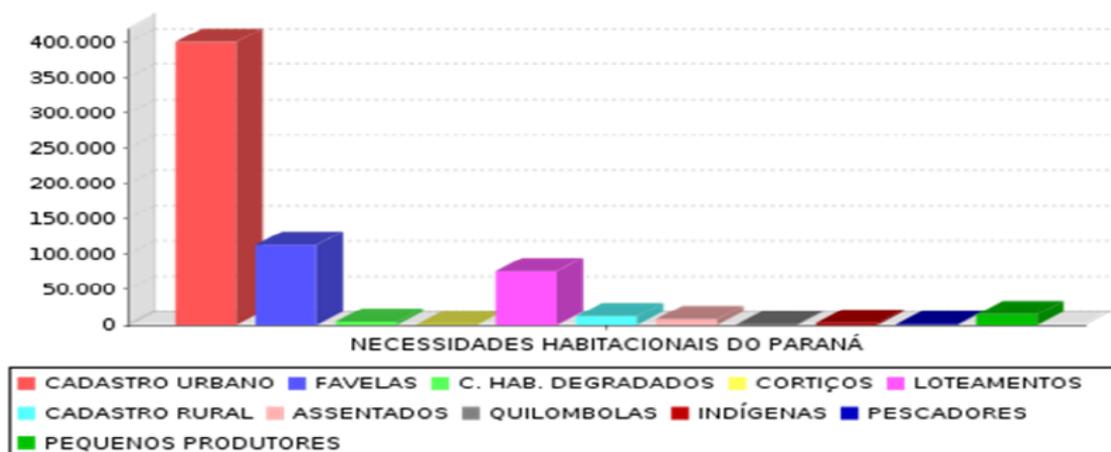
Tabela 1: geral das necessidades habitacionais.

NECESSIDADES HABITACIONAIS – PARANÁ – 2019	
URBANO	
Cadastro Urbano	400.834
Assentamentos Precários	194.075
Ocupações Irregulares/ Favelas	114.130
Conjuntos Habitacionais Degradados	4.055
Cortiços	220
Loteamentos Irregulares	75.670
Total Urbano	594.909
RURAL	
Pequenos Produtores	15.260
Cadastro Rural	12.435
Assentados	8.376
Quilombolas	672
Indígenas	2.878
Pescadores	1.164
Total Rural	40.785
TOTAL	635.694

Fonte: Pehis-2019 – COHAPAR

A seguir, o gráfico demonstra o elevado número do déficit habitacional em nosso estado, principalmente na área urbana, com grande número de favelas e loteamentos irregulares.

Gráfico: Necessidades habitacionais do Paraná



Fonte: Pehis - 2019 – COHAPAR



Segundo informações da Secretaria de Ação Social do município, o déficit habitacional urbano é em torno de 400 famílias, que vivem em situação de extrema pobreza, e outras 300 famílias que residem em casas cedidas pela Copel. O município ainda não possui o PLHIS – Plano Local Habitacional de Interesse Social.

No estudo feito pela Cohapar o município possui uma favela com 38 domicílios construídos ao longo de rios e em área de APP. O padrão médio de construção e o estado de conservação são precários em sua maioria edificações de madeira.

Essas propriedades ocupam áreas de propriedade pública municipal. Segue abaixo algumas tabelas retiradas do PEHIS – Plano Estadual de Habitação de Interesse Social, relacionada ao município de Reserva do Iguaçu.

Tabela 2: FAVELAS/OCUPAÇÕES IRREGULARES CONFORME AS CONDIÇÕES DE LOCALIZAÇÃO POR MUNICÍPIO – COHAPAR – PARANÁ – 2019

MUNICÍPIOS	Embaixo de rede de alta tensão		Embaixo de ponte ou viaduto		Sobre ou próximo a lixão/laterro		Sobre Área de Preservação Ambiental		Sobre ou margeando leito de curso de água		Sobre ou próximo a faixas de domínio de sistema ferroviário ou rodoviário		Em áreas de cavas, pântanos ou sistemas de lagos		Sobre encosta íngreme		Outros	
	Favelas	Domicílios	Favelas	Domicílios	Favelas	Domicílios	Favelas	Domicílios	Favelas	Domicílios	Favelas	Domicílios	Favelas	Domicílios	Favelas	Domicílios	Favelas	Domicílios
BOA VENTURA DE SÃO ROQUE	0	0	0	0	0	0	0	0	1	178	0	0	0	0	0	0	0	0
CAMPINA DO SIMÃO	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
CÂNDIDO DE ABREU	0	0	0	0	0	0	1	50	1	50	0	0	0	0	1	50	0	0
CANDÓI	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
CANTAGALO	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
FÓZ DO JORDÃO	0	0	0	0	0	0	2	57	2	57	0	0	0	0	0	0	0	0
SOIOXIM	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
GUARAPUAVA	1	40	0	0	0	0	5	388	5	388	4	285	2	252	0	0	2	192
INÁCIO MARTINS	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	21	1	21
RATI	0	0	0	0	0	0	1	44	1	44	1	44	1	44	0	0	0	0
LARANJAL	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
LARANJEIRAS DO SUL	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
MANOEL RIBAS	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
MARQUINHO	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
NOVA LARANJEIRAS	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
NOVA TEBAS	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
PALMITAL	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
PINHÃO	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
PITANGA	0	0	0	0	0	0	0	0	1	157	1	22	1	157	1	157	3	262
PORTO BARREIRO	1	10	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	50
PRUDENTÓPOLIS	1	230	0	0	0	0	3	533	3	533	0	0	3	533	0	0	0	0
REBOUÇAS	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
RESERVA DO IGUAÇU	0	0	0	0	0	0	1	38	1	38	0	0	0	0	0	0	0	0
SANTA MARIA DO OESTE	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
TURVO	0	0	0	0	0	0	1	46	0	0	0	0	0	0	1	46	1	46
VIRMOND	0	0	0	0	0	0	1	17	1	17	0	0	0	0	0	0	0	0
SUBTOTAL REGIONAL	3	260	0	0	0	0	15	1173	16	1462	6	351	7	986	4	274	8	571

Fonte: Pehis-2019 – COHAPAR



REGIONAL: ERGP													PESQUISA: 2019												
MUNICÍPIOS	PADRÃO MÉDIO DE CONSTRUÇÃO DOS DOMICÍLIOS												ESTADO DE CONSERVAÇÃO DOS DOMICÍLIOS												
	Madeira			Alvenaria (Um Pavimento)			Alvenaria (2 ou Mais Pavimentos - Lajes)			Materiais reaproveitados de construção			Lonas, plásticos, arames			Inabitável			Precário			Bom estado			
	Não	Até 30%	De 30% a 60%	Mais de 60%	Não	Até 30%	De 30% a 60%	Mais de 60%	Não	Até 30%	De 30% a 60%	Mais de 60%	Não	Até 30%	De 30% a 60%	Mais de 60%	Não	Até 30%	De 30% a 60%	Mais de 60%	Não	Até 30%	De 30% a 60%	Mais de 60%	
REBOUÇAS	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
RESERVA DO IGUAÇU	0	0	0	1	0	1	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	1	0	0	0	0	1	0
SANTA MARIA DO OESTE	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
TURVO	0	0	0	1	0	1	0	0	0	0	1	0	0	0	1	0	0	0	0	1	0	0	0	1	0
VIRMOND	0	1	1	0	0	2	0	0	0	2	0	0	0	1	1	0	2	0	0	0	0	2	0	0	1
SUBTOTAL REGIONAL	0	8	15	6	4	19	6	0	25	3	0	0	3	18	6	2	9	14	5	0	4	17	7	1	

FAVELAS/OCUPAÇÕES IRREGULARES CONFORME PADRÃO E ESTADO DE CONSERVAÇÃO DOS DOMICÍLIOS, POR MUNICÍPIO – COHAPAR – PARANÁ – 2019.

Fonte: Pehis-2019 – COHAPAR

Existem também duas áreas de loteamentos irregulares com 97 domicílios localizados em área de preservação permanente.

Tabela 3: Loteamentos Irregulares Conforme As Condições De Localização Por Município E Er – Cohapar – Paraná – 2019.

REGIONAL: ERGP													PESQUISA: 2019											
MUNICÍPIOS	Embaixo de rede de alta tensão		Embaixo de ponte ou viaduto		Sobre ou próximo a lixão/aterro		Sobre Área de Preservação Ambiental		Sobre ou margeando leito de curso de água		Sobre ou próximo a faixas de domínio de sistema ferroviário ou rodoviário		Em áreas de cavas, pântanos ou sistemas de lagos		Sobre encosta íngreme		Outros							
	Loteamentos	Domicílios	Loteamentos	Domicílios	Loteamentos	Domicílios	Loteamentos	Domicílios	Loteamentos	Domicílios	Loteamentos	Domicílios	Loteamentos	Domicílios	Loteamentos	Domicílios	Loteamentos	Domicílios						
	BOA VENTURA DE SÃO ROQUE	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-					
CAMPINA DO SIMÃO	4	315	0	0	0	0	1	8	1	8	2	162	1	8	0	0	0	0						
CÂNDIDO DE ABREU	0	0	0	0	0	0	1	46	1	46	0	0	0	0	0	0	0	0						
CANDÓI	1	146	0	0	0	0	3	390	3	390	4	530	0	0	0	0	0	0						
CANTAGALO	0	0	0	0	0	0	4	120	5	170	1	55	0	0	2	50	0	0						
FOZ DO JORDÃO	1	51	0	0	0	0	2	141	5	2.122	4	2.113	5	2.122	0	0	0	0						
GOIOXIM	0	0	0	0	0	0	0	0	3	102	1	44	1	18	0	0	0	0						
GUARAPUAVA	0	0	0	0	0	0	1	36	3	146	0	0	0	0	0	0	0	0						
INÁCIO MARTINS	0	0	0	0	0	0	0	0	1	195	3	242	0	0	3	492	0	0						
IRATI	1	280	0	0	0	0	1	110	1	110	0	0	0	0	1	78	1	80						
LARANJAL	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0						
LARANJEIRAS DO SUL	0	0	0	0	0	0	2	190	1	160	0	0	0	0	1	30	2	230						
MANOEL RIBAS	0	0	0	0	0	0	2	63	1	26	0	0	1	26	2	63	1	26						
MARQUINHO	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0						
NOVA LARANJEIRAS	1	30	0	0	0	0	1	30	1	30	1	30	1	30	1	30	0	0						
NOVA TEBAS	0	0	0	0	0	0	1	53	1	53	0	0	0	0	0	0	0	0						
PALMITAL	3	364	0	0	0	0	5	290	4	270	1	12	3	210	2	80	1	340						
PINHÃO	0	0	0	0	0	0	0	0	3	318	4	418	0	0	0	0	2	51						
PITANGA	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	23	1	49	0	0	2	115						
PORTO BARREIRO	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0						
PRUDENTÓPOLIS	1	43	0	0	0	0	1	10	1	10	1	43	1	10	1	10	0	0						
REBOUÇAS	0	0	0	0	0	0	4	111	6	210	4	89	3	54	2	99	0	0						
RESERVA DO IGUAÇU	0	0	0	0	0	0	2	97	2	97	0	0	0	0	0	0	0	0						
SANTA MARIA DO OESTE	0	0	0	0	0	0	0	0	2	110	2	150	1	20	0	0	0	0						
TURVO	0	0	0	0	0	0	2	320	4	353	4	196	1	28	1	240	7	461						
VIRMOND	0	0	0	0	0	0	1	58	1	58	0	0	0	0	0	0	0	0						
SUBTOTAL REGIONAL	12	1229	0	0	0	0	34	2073	50	4984	33	4107	19	2575	16	1172	16	1303						

Fonte: Pehis-2019 – COHAPAR

O estudo da Cohapar demonstra que a necessidade de novas moradias no município de Reserva do Iguaçu com cadastro nos programas habitacionais é de 369 unidades, e mais 38 unidades em favelas e 97 unidades em loteamentos irregulares, totalizando 504 unidades de déficit habitacional na área urbana.

Também possui seis cadastros em área rural, 25 em assentamentos, 100 nos quilombolas, total rural de 131 famílias que necessitam de casas. Com um total geral de 635 unidades.

Mesmo com o elevado número do déficit habitacional o município somente foi contemplado em 2011 com 30 casas, um convênio com a Cresol.

Tabela 4: Déficit Habitacional do Paraná em nº de Domicílios por Município.

REGIONAL: ERGP													PESQUISA: 2019	
MUNICÍPIOS	Urbano						Rural						Total Geral	
	Cadastro	Favelas	C. Hab. degradados	Cortiços	Loteam. irregulares	Total	Cadastro	Assentados	Quilombolas	Indígenas	Pescador	Pequenos Produtores		Total
BOA VENTURA DE SÃO ROQUE	88	178	10	-	-	276	46	46	-	-	-	60	152	428
CAMPINA DO SIMÃO	235	-	-	-	514	749	14	4	-	-	-	-	18	767
CÂNDIDO DE ABREU	561	50	-	-	88	699	168	150	-	40	-	-	358	1.057
CANDÓI	846	-	-	-	687	1.533	0	125	38	-	-	95	258	1.791
CANTAGALO	466	57	-	-	455	978	2	8	-	-	-	150	160	1.138
FOZ DO JORDÃO	139	-	-	-	3.057	3.196	15	-	-	-	-	27	42	3.238
GOIOXIM	0	-	-	-	334	334	0	80	-	-	-	100	180	514
GUARAPUAVA	3.089	588	-	-	1.431	5.108	0	-	5	-	-	-	5	5.113
INÁCIO MARTINS	757	21	-	-	724	1.502	109	105	-	25	-	126	365	1.867
IRATI	2.638	44	-	-	669	3.351	62	-	-	-	-	150	212	3.563
LARANJAL	382	-	31	-	15	428	204	100	-	-	-	130	434	862
LARANJEIRAS DO SUL	730	310	-	-	485	1.525	1	135	-	60	-	-	196	1.721
MANOEL RIBAS	912	-	145	-	63	1.120	11	130	-	50	-	50	241	1.361
MARQUINHO	258	-	-	-	30	288	31	20	-	-	-	-	51	339
NOVA LARANJEIRAS	69	-	-	-	30	99	48	100	-	500	-	-	648	747
NOVA TEBAS	575	-	-	-	91	666	46	-	-	-	-	42	88	754
PALMITAL	1.100	-	40	-	1.176	2.316	151	70	-	-	-	-	221	2.537
PINHÃO	841	-	-	-	2.219	3.060	9	100	35	-	-	300	444	3.504
PITANGA	953	262	-	-	194	1.409	26	40	-	-	-	35	101	1.510
PORTO BARREIRO	144	60	-	-	8	212	1	307	-	-	-	-	308	520
PRUDENTÓPOLIS	1.199	533	-	-	119	1.851	89	15	-	1	-	252	357	2.208
REBOUÇAS	481	-	-	-	210	691	20	8	-	-	-	134	162	853
RESERVA DO IGUAÇU	369	38	-	-	97	504	6	25	100	-	-	-	131	635
SANTA MARIA DO OESTE	48	-	-	-	448	496	1	400	-	-	-	-	401	897
TURVO	418	46	-	-	731	1.195	17	10	5	24	-	30	86	1.281
VIRMOND	53	31	-	-	58	142	11	-	-	-	-	50	61	203
TOTAL	17.351	2.218	226	0	13.933	33.728	1.088	1.978	183	700	0	1.731	5.680	39.408

Fonte: Pehis-2019 – COHAPAR

Na Área Urbana existem ainda 30 famílias residindo em áreas de preservação do Arroio Monjolo e Arroio da Divisa. O Município conseguiu recursos do Programa Minha Casa Minha Vida do Governo Federal para auxiliar nos custos de relocação dessas famílias. Como contrapartida, o Município deverá doar a área e executar a infraestrutura. Está prevista a relocação de 11 famílias no ano de 2011. A previsão de relocação das demais famílias é para o ano de 2012. (Essas famílias foram realocadas no conjunto da Cresol, mas uma grande parte retornou na área de invasão).

Quanto à rede do sistema de abastecimento d'água, verificou-se que, toda a área habitada do Município tem acesso ao abastecimento, seja através de rede vinculada a SANEPAR ou através de poços artesianos, fontes e rios.

A área urbana é totalmente atendida pela coleta de resíduos sólidos. A iluminação pública é deficiente em alguns pontos. A Vila Copel possui rede de esgotamento sanitário de efluentes, sendo atendido 100%, a sede possui 60,51% de rede de esgoto.



De uma forma geral, o saneamento no meio rural, necessita de ações e extensão dos serviços de água (implantação de poços artesianos e recuperação de nascentes), lixo e fossa séptica e sumidouro. As consequências do padrão atual de uso da terra sobre a qualidade das águas tendem a ser agravadas por condições inadequadas de esgotamento doméstico, com riscos crescentes para as condições de saúde da população.

Observam-se no quadro urbano, algumas regiões de densidade muito baixa ou pouco ocupada, que de acordo com PUPPI (1981), geram gastos excessivos com a extensão da infraestrutura urbana (rede viária, saneamento, iluminação pública entre outros). Para a determinação da necessidade de áreas de expansão, deverão ser utilizadas primeiramente as regiões com baixas densidades já existentes, buscando uma ocupação mais homogênea e a otimização da infraestrutura urbana.

Quanto aos equipamentos públicos de educação, saúde, esporte, cultura e lazer, estão disponibilizados em toda a Área Urbana. De uma maneira geral não são verificadas áreas precárias ou com infraestrutura ociosa no Município.

Abastecimento de Água

Segundo o antigo PDM, onde os dados do IPARDES 2009 apontavam que 862 ligações eram pela atendidas pela rede de água. Esse número cresceu consideravelmente nos últimos anos, cerca de 75%, totalizando hoje 1512 ligações de água no perímetro urbano. Desse total, cerca de 130 ligações de água como tarifa social.

A captação de água para abastecimento do município encontra-se no Rio Jordão. Segundo informações da SANEPAR, o sistema de abastecimento foi revisto nos últimos anos, devido à crescente demanda no perímetro urbano desde o último PDM. O Rio Jordão possui uma das maiores vazões de água da região, além de um bom índice de potabilidade.

A população que reside na Vila COPEL, é atendida através de uma Estação de Tratamento de Água – ETA, disponibilizando taxa de cobertura de água tratada em 100% do perímetro.

Esgotamento Sanitário

Quanto ao sistema de tratamento esgoto, no antigo PDM a informação era de que o município não possuía rede instalada para o atendimento da demanda na sede ou

vilas adjacentes, com a utilização de fossas sépticas, havia apenas na Vila COPEL, uma rede que atendia cerca de 462 ligações, no entanto, os efluentes eram lançados no rio Jordão, após tratamento preliminar a base de cal. Atualmente, a taxa de cobertura no perímetro urbano é de 60,51%, contemplando aproximadamente 1140 ligações, sendo 100 dessas ligações como tarifa social. Hoje em dia 100% do esgoto recolhido é tratado.

Resíduos Sólidos

O PDM anterior previa um aterro sanitário para o município, onde a área destinada ao aterro sanitário era localizada à quatro quilômetros da sede, e estava em processo de implantação, de acordo com a Licença de Instalação emitida pelo Instituto Ambiental do Paraná (IAP). O aterro seria construído na modalidade de células com medidas médias de 500m² recobertas com uma camada de geomembrana com espessura de 1 mm (PMRI, 2010).

Atualmente o aterro sanitário do município já está operando com licenciamento vigente até o ano de 2023. A coleta convencional é realizada em média duas vezes por semana, utilizando caminhão compactador.

Anteriormente o volume de resíduos sólidos urbanos gerados na Sede e na Vila Copel totalizam aproximadamente 13.230 quilos semanais e no interior aproximadamente 1890 quilos (PMRI, 2010). Esse número se mantém muito próximo, tendo em vista que hoje em dia a geração média é de 2 toneladas diariamente.

Atualmente a coleta dos resíduos de serviço e saúde é realizada por empresa terceirizada, que de acordo com informações da prefeitura municipal, está devidamente licenciada pelo órgão ambiental para realizar a coleta, transporte e destinação final dos resíduos.

Equipamentos sociais e comunitários

Os equipamentos sociais e comunitários possuem dois portes - os com área de abrangência local e os com área de abrangência regional.

Os equipamentos sociais e comunitários com Área de Abrangência Local são aqueles em que suas dimensões e/ou atividades e/ou características não extrapolam aos níveis do cotidiano com ligações diretas, funcionais ou espaciais, com uso residencial, sendo que sua demanda de atendimento é composta apenas pela comunidade do entorno imediato, como é o caso das Centro de Educação Infantis, escolas, postos de saúde, praças.



Os Equipamentos Comunitários com Área de Abrangência Regional, como é o caso, por exemplo, dos cemitérios, parques, rodoviárias, hospitais, universidades, são aqueles que, por suas dimensões e/ou atividades e/ou características, implicam em maior concentração de pessoas ou veículos, e níveis altos de ruído. A abrangência regional pode ir além dos limites da Região Administrativa, podendo, inclusive, englobar mais de uma cidade. A localização dos equipamentos sociais e comunitários constitui um importante fator dentro da composição urbanística, uma vez que deve prestar atendimento a toda área definida pelo seu raio de abrangência.

As informações a respeito dos equipamentos urbanos foram obtidas através de pesquisa de campo e dados fornecidos pela Prefeitura Municipal (2021). Os equipamentos sociais e comunitários estão representados em mapa. De acordo com a Divisão de Administração da Rede Física do Instituto de Desenvolvimento Educacional do Paraná a área de abrangência de equipamentos de abrangência local deve ser de 1,5 km (de raio).

Escolas e Centros de Educação Infantil

De acordo com as informações da Prefeitura Municipal (2009), atualmente no Município existem 09 estabelecimentos destinados a atender a demanda educacional, entre Escolas municipais, estaduais e Centros de Educação Infantil. Associação de pais e Amigos do Excepcionais - APAE Vila Copel. Os equipamentos de educação atendem 1693 alunos que são acompanhados por 146 professores – sendo 85 da rede municipal e 61 da rede estadual.

Saúde e Assistência Social

O Município de Reserva do Iguaçu disponibiliza atendimento médico à população em 10 postos de saúde, sendo oito deles localizados na Área Rural, uma unidade central na sede do Município e um ambulatório mantido pela Prefeitura, na Vila COPEL.

Cultura, Esporte e Lazer

O Município de Reserva do Iguaçu possui os seguintes equipamentos de cultura, esporte e lazer: Centro Esportivo João Luiz Nunes Felix, Campo de Futebol 2 Irmãos, Parque dos Tropeiros, Museu Regional do Iguaçu, Praça Ecológica João Siqueira, Complexo esportivo e Biblioteca Cidadã.

Equipamentos e Serviços Institucionais

O Município de Reserva do Iguaçu possui os seguintes equipamentos de cultura, esporte e lazer: Centro Esportivo João Luiz Nunes Felix, Campo de Futebol 2 Irmãos,



2 Centros de Bolão e Bocha (Vila COPEL e SEDE), 1 Complexo Esportivo (Campo de Futebol Suíço, Pista de Atletismo, Academia ao Ar Livre – Sede do Município), 1 Mini-Ginásio da Escola Municipal Pedro Siqueira, 2 Quadras Poliesportiva no Colégio Estadual Prof. Isabel Siqueira, 01 Quadra Poliesportiva na Escola Municipal Monteiro Lobato e Colégio Michel Reydamas na Vila COPEL, diversas quadras de vôlei, tênis e campos de futebol suíço na Vila COPEL, além de grande ginásio poliesportivo do COPEL Clube Segredo. Também, 1 Parque dos Tropeiros, Museu Regional do Iguaçu, Biblioteca Cidadã e ainda, diversos campos de futebol no interior do Município, públicos e particulares.

As informações sobre Equipamentos Públicos Municipais, tanto na Sede quanto na Vila Copel, se encontram dispostas nos Mapas 19 e 20, que fazem parte da Fase 3, próximo item deste relatório.

5.9 ASPECTOS INSTITUCIONAIS

UNIDADES ADMINISTRATIVAS

A estrutura organizacional é regida pelas leis 210/2001, 221/2001, 459/2007, 561/2008. A Estrutura Administrativa da Prefeitura de Reserva do Iguaçu é constituída pelos Órgãos de Assessoramento Direto: Chefia de Gabinete, Assessoria Jurídica, Assessoria de Planejamento; Órgão Administrativo Financeiro: Secretaria da Administração e Finanças e pelos Órgãos Operacionais: Secretaria de Obras e Desenvolvimento, Secretaria de Educação, Secretaria de Saúde e Vigilância Sanitária, Secretaria da Agropecuária e Meio Ambiente, Secretaria da Assistência Social e Secretaria de Indústria, Comércio e Desenvolvimento.

A estrutura do Órgão e Unidades Orçamentárias do Executivo Municipal compreende: Executivo Municipal: Gabinete do Prefeito, Chefia de Gabinete, Assessoria Jurídica, Assessoria de Planejamento e Controladoria Interna.

A Secretaria de Obras e Desenvolvimento compreende: Gabinete da Secretaria, Departamento do Desenvolvimento, Seção de Planejamento Urbano, Departamento de Obras e Serviços, Seção de Serviços Urbanos, Seção de Serviços Rurais, Departamento de Máquinas e Transportes e Seção de Manutenção.

A Secretaria da Administração e Finanças se subdivide em: Gabinete da Secretaria, Departamento de Contabilidade, Seção de Tesouraria, Departamento de Compras e Licitações, Seção de Compras e Licitações, Seção de Patrimônio e Serviços Gerais,



Departamento de Fiscalização e Tributação, Seção de Fiscalização e Seção de Tributação, Departamento de Recursos Humanos.

A Secretaria da Educação compreende: Direção da Secretaria, Seção Administrativas e Matrículas, Departamento Pedagógico, Departamento Ensino Fundamental (primeira a quarta séries), Departamento Ensino Especial e Centros de Educação Infantis, Departamento de Cultura e Turismo, Departamento de Esportes e Recreação, Seção de Merenda Escolar e Seção de Transporte escolar.

A Secretaria de Saúde e Vigilância Sanitária está subdividida em: Gabinete da Secretaria, Departamento de Saúde, Seção de Controle Administrativo, Departamento Vigilância Sanitária e Fundo Municipal de Saúde.

A Secretaria de Agropecuária e Meio Ambiente é composta por: Departamento de Assistência Agropecuária, Seção de Projetos e Fomento, Departamento de Desenvolvimento Ambiental e Seção de Projetos, Pesquisa e Fomento.

A Secretaria de Assistência Social compreende: Gabinete da Secretaria, Departamento da Criança e Assuntos da Família, Seção de Projetos e Cadastro Comunitário, Departamento de Desenvolvimento Comunitário, Seção de Promoção e Associações Comunitária e Fundo Municipal de Assistência Social.

Fazem parte da Secretaria de Indústria, Comércio e Desenvolvimento: Gabinete da Secretaria, Departamento de Indústria, Comércio e Desenvolvimento.

A Prefeitura Municipal dispõe em seu quadro de pessoal de um engenheiro civil, servidor efetivo municipal para acompanhamento de serviços referentes ao planejamento urbano, trâmites de Alvará de Construção e Conclusão de Obras, aprovação de parcelamentos e projetos de obras realizadas pelo Município.

Análise da legislação vigente

No âmbito das condições/limitações para a elaboração do Plano Diretor do Município de Reserva do Iguaçu, vale ressaltar a Lei Federal nº6.766/79, que dispõe sobre o parcelamento de solo urbano e o Decreto Lei Federal 271/67, referente ao loteamento urbano, ambas se caracterizam como sendo diretrizes norteadoras a nível federal.

Outro ponto a ser considerado quanto à revisão do Plano refere-se ao Estatuto da Cidade, regido pela Lei nº 10.257/2001 o qual concerne às normas gerais federais para a elaboração do Plano Diretor do Município, discorrendo principalmente sobre

políticas urbanas e a devida regulamentação do uso e ocupação do solo. Ainda nessa análise, não há nenhum impedimento legal para que o município venha a regulamentar o uso e ocupação e parcelamento do solo em zona rural de seu território, assim como realiza para as áreas urbanas, desde que mantidas as normas gerais baixadas pela União.

O Estatuto surge como um novo ponto a ser analisado pela administração do município, de modo que atenda os interesses públicos e privados sobre a área urbana, sempre observando os princípios a serem aplicados, podendo se destacar a função social da propriedade e da cidade, onde se estabelece limitações ao interesse privado para atender ao interesse público, o desenvolvimento social, econômico e ambiental sustentável e a Gestão Democrática da Cidade.

Dentro dos parâmetros da Política Urbana, destacam-se instrumentos que devem ser considerados durante a elaboração do Plano Diretor Municipal, tais como:

- a) Instituição das unidades de conservação;
- b) Instituição de zonas especiais de interesse social;
- c) Concessão de direito real de uso;
- d) Concessão de uso especial para fins de moradia;
- e) Parcelamento, edificação ou utilização compulsórios;
- f) Usucapião especial de imóvel urbano;
- g) Direito de superfície;
- h) Direito de perempção;
- i) Outorga onerosa do direito de construir e de alteração de uso;
- j) Transferência do direito de construir;
- k) Operações urbanas consorciadas;
- l) Regularização fundiária.

Na perspectiva do Governo Estadual, quanto a legislação ambiental, este surge para complementar as legislações federais já estabelecidas, limitando as atividades econômicas de modo a proteger cabeceiras de rios e mata ciliar, tendo como meio de cumprimento de tais leis a ação do Instituto de Água e Terra - IAT.

A Legislação Ambiental Estadual acaba sendo a grande fonte de normatização destas questões no município, uma vez que são poucas as normativas ambientais oriundas de Reserva do Iguaçu que visem a proteção ambiental e o desenvolvimento sustentável.

Quando se volta a análise da legislação relativa ao Plano Diretor para a esfera municipal, vale destacar seus principais componentes: a Lei Orgânica não possui

numeração (06 de dezembro de 2005), Código de Posturas (Lei 745/2011), Lei do Perímetro Urbano da Sede, regido originalmente pela lei 740/2011 e com duas alterações posteriores consideradas relevantes, constantes nas leis 828/2013 e 866/2013. Quanto a Lei do Perímetro Urbano da Copel, esta é representada pela Lei 748/2011.

O Zoneamento de Uso e Ocupação do Solo Urbano e Sistema Viário é definido pela Lei 742/2011 e sua alteração, apresentada na Lei 784/2012, onde a mudança proporcionada refere-se ao Sistema Viário do Município. A Lei 741/2011 institui a Lei do Parcelamento do Solo Urbano do Município. Já o Código de edificações e obras é estabelecido pela Lei 743/2011 e normatizado pela Lei 744/2011, a qual apresenta normas para elaboração de projetos e execução de obras.

Lei de Urbanização específica da Vila Rural (279/2003), devidamente aprovadas. Neste levantamento do histórico da legislação, foram consideradas as leis que formam o conjunto do Plano Diretor vigente e suas alterações ao longo dos últimos 10 anos, baseado em informações obtidas no site da Prefeitura Municipal/Portal da Legislação¹. Abaixo é apresentado um quadro-resumo destas alterações.

Quadro 15: Leis pertencentes ao conjunto do Plano Diretor que não passaram por alterações.

LEI	SÚMULA
739/2011	Institui a lei do Plano Diretor Municipal (PDM) do Município de Reserva do Iguaçu, Estado do Paraná.
741/2011	Institui a Lei de Parcelamento do Solo Urbano do Município de Reserva do Iguaçu, Estado do Paraná.
743/2011	Institui o Código de Edificações e Obras do Município de Reserva do Iguaçu, Estado do Paraná.
744/2011	Institui normas para aplicação da Lei nº 743 - Código de Obras e Edificações do Município de Reserva do Iguaçu, que estabelece normas para elaboração de projetos e execução de obras e instalações em seus aspectos técnicos, estruturais e funcionais.
745/2011	Dispõe sobre a Lei do Código de Posturas do Município de Reserva do Iguaçu, Estado do Paraná.

Fonte: Portal da Legislação Município de Reserva do Iguaçu: Legislações. Disponível em: <https://www.reservadoiguacu.pr.gov.br/leis.php>

Quadro 16: Leis pertencentes ao conjunto do Plano Diretor que sofreram alterações.

LEI	SÚMULA	ALTERAÇÕES	
		LEI	SÚMULA
742/2011	Institui a Lei de Zoneamento, Uso e Ocupação do Solo e Sistema Viário do Município de Reserva do Iguaçu, Estado do Paraná.	784/2012	Altera a Lei 742/2012 que trata do Sistema Viário em seu artigo 83.
740/2011	Institui a Lei de Perímetro Urbano do Município de Reserva do Iguaçu, Estado do Paraná.	748/2011	Dispõe sobre a área do Perímetro Urbano da Vila Copel no Município de Reserva do Iguaçu e dá outras providências.
		828/2013	ALTERA O PERÍMETRO URBANO DO MUNICÍPIO DE RESERVA DO IGUAÇU E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS
		866/2013	ALTERA O PERÍMETRO URBANO DO MUNICÍPIO DE RESERVA DO IGUAÇU E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS
354/2005	INSTITUI O CÓDIGO TRIBUTÁRIO DO MUNICÍPIO DE RESERVA DO IGUAÇU E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS	470/2007	ALTERA DISPOSITIVOS DA LEI MUNICIPAL Nº 354/05 - CÓDIGO TRIBUTÁRIO MUNICIPAL
		971/2017	ALTERA DISPOSITIVOS DO CÓDIGO TRIBUTÁRIO MUNICIPAL (LEI N. 354/2005), PARA ADEQUAÇÕES À LEI COMPLEMENTAR FEDERAL N. 157/2016 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Fonte: Portal da Legislação Município de Reserva do Iguaçu: Legislações. Disponível em: <https://www.reservadoiguacu.pr.gov.br/leis.php>

Código Tributário do Município (Lei 354/2005 e alterações)

Esta Lei, denominada “Código Tributário do Município de Reserva do Iguaçu – CTM”, regula e disciplina, com fundamento na Constituição Federal, no Código Tributário Nacional, Leis Complementares e Lei Orgânica do Município, os direitos e as obrigações que emanam das relações jurídicas referentes a tributos de competência municipal e às rendas deles derivadas que integram a receita do Município.

A Lei da Planta Genérica de Valores vigente é a 469/2007, nela estão estabelecidos os valores imobiliários do m² das edificações e dos terrenos para fins de cobrança do IPTU. A referida base de cálculo está desatualizada, o que gera menor valor de arrecadação no Município. A Lei 470/2007, alterou as alíquotas referentes ao valor de IPTU dos imóveis edificados, fixado em 0,30% e dos imóveis não edificados em 1%.

A lei 494/2007, que institui o regime jurídico tributário diferenciado para microempresas e de pequeno porte, uma lei em paralelo ao Código tributário. Para favorecer e dar um tratamento diferenciado a essas empresas.

No segundo semestre de 2021, quando da realização do processo revisional do PDM, o Executivo de Reserva do Iguaçu fez a contratação de consultoria externa para rever também toda a legislação tributária atual, serviço com previsão de término para o primeiro trimestre de 2022.



Lei 742/2011 Zoneamento, Uso e Ocupação do Solo e Sistema Viário

O zoneamento de Uso e Ocupação do Solo Urbano da Sede do Município de Reserva do Iguaçu é regido pela Lei complementar nº742/2011, que dispõe sobre a divisão do território do município em zonas e setores e estabelece critérios e parâmetros de uso e ocupação do solo, com o objetivo de orientar e ordenar o crescimento das áreas urbanas.

A lei prevê ainda a obrigatoriedade da concessão de alvará de licença de construção, de localização e funcionamento de usos e atividades urbanas, a execução de planos, programas projetos e obras referentes a infraestrutura e das edificações de qualquer natureza, a urbanização de áreas e o parcelamento do solo.

Possui também como objetivo prever a hierarquização do sistema viário, de forma a garantir o efetivo deslocamento de veículos, atendendo as necessidades da população, do adensamento habitacional e das atividades comerciais e de serviços.

Dentre outros pontos levantados pela lei destacam-se a organização do espaço rural, a identificação e proteção de áreas verdes, a delimitação das áreas de interesse social e o estímulo a ocupação das áreas consideradas como vazios urbanos, além de caracterizar os pontos de interesse turístico e dos locais de lazer.

Lei nº 740/2011 Perímetro Urbano do Município de Reserva do Iguaçu

A referida Lei institui o perímetro urbano do município, sendo complementada pela Lei nº 748/2011 que dispõe sobre a área do perímetro urbano da Vila Copel e que têm por objetivo a definição e descrição dos limites das áreas urbanas do município. Todas as demais áreas que não se encontram dentro do perímetro descrito serão consideradas áreas rurais.

Além da complementação legislativa do perímetro da Vila Copel, a Lei do Perímetro Urbano, até o presente momento, passou por duas novas atualizações relevantes, sendo regidas pela Lei nº 826/2013 e 866/2013.

Lei nº 741/2011 do Parcelamento do Solo Urbano

A presente Lei tem por objetivo disciplinar o parcelamento do solo a ser efetuado na área urbana do Município de Reserva do Iguaçu e assegurar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade, observando as normas federais e estaduais relativas à matéria.



A Lei diz que só será permitido o Parcelamento do solo, para fins urbanos, de imóvel situado no perímetro urbano do Município, observando-se a Lei de Zoneamento, Uso e Ocupação do Solo e Sistema viário Municipal e que a forma de parcelamento do solo pode ser feita mediante loteamento, desmembramento ou unificação de lotes urbanos.

Lei nº 743/2011 Código de Edificações e Obras do Município de Reserva do Iguaçu

Esta lei dispõe sobre definição de direitos e responsabilidades tanto do município quanto do proprietário do imóvel e seu responsável técnico, além dos termos da licença para construção e demolição, avaliação dos parâmetros urbanísticos e da aprovação de projetos e alvarás.

Toda execução de obra, construção, reforma, ampliação ou demolição no Município, será regida por este Código, cujo objetivo é orientar a construção, determinar os processos de aprovação, construção e fiscalização, assim como, as condições mínimas que proporcionem a segurança, o conforto e a higiene dos usuários e demais cidadãos. Diz ainda que não será permitido construir, reconstruir, ampliar, reformar ou demolir, sem prévia autorização da Prefeitura Municipal.

Toda edificação, espaço, mobiliário e equipamento urbano, destinados ao uso público, mesmo que de propriedade privada, tais como para fins educacionais, culturais, religiosos, esportivos, de saúde, de lazer, de comércio e serviços industriais, de hospedagem, de trabalho, de reunião e de uso multifamiliar, nas áreas comuns de circulação, deverão estar em condições adequadas e seguras ao que se refere a acessibilidade.

Com atuação conjunta a esta lei, têm-se a Lei nº 744/2011, que apresenta as normas para a aplicação do código de obras e edificações e estabelece diretrizes para a elaboração de projetos em seus aspectos técnicos, estruturais e funcionais.

Constatou-se que na legislação vigente, após elaboração e aprovação do Plano Diretor Municipal iniciou uma nova visão sobre o uso e ocupação do solo e de proteção ambiental no município de Reserva do Iguaçu, mas nem todas as leis que foram elaboradas e/ou aprovadas, estão sendo aplicadas e colocadas em prática. Entre elas a planta genérica da valores e cobrança do IPTU na área urbana do município. A Prefeitura não tem lançado IPTU sobre todas as residências existentes no município, chegando num déficit muito alto de casas na área urbana. E nem atualizou os valores nos últimos 14 anos conforme a Lei 470/2007 da planta genérica de valores.

5.10 ESTADO ATUAL DE ARRECADAÇÃO DO MUNICÍPIO E CAPACIDADE DE INVESTIMENTO

Os dados quanto ao estado atual de arrecadação do Município e a capacidade de endividamento ou capacidade para angariação de investimentos foram fornecidos através do portal da transparência da Prefeitura Municipal (2021).

As Receitas Públicas são consideradas ingressos financeiros no patrimônio público e podem ser classificadas, em receitas originárias – são receitas originadas da cobrança por serviços prestados pelo Estado ou pela venda de bens ou direitos do patrimônio público ou receitas derivadas – as receitas derivadas, como o próprio nome diz, são derivadas de outros, ou seja, do patrimônio dos contribuintes, sem nenhuma contraprestação específica, como no caso dos impostos ou com alguma contraprestação, mas de caráter obrigatório, independentemente do uso do serviço, como no caso das taxas.

Além disto, enquadram-se na definição os demais tipos de tributos de caráter compulsório, como a contribuição de melhoria, as contribuições sociais ou econômicas e os empréstimos compulsórios. O ingresso das receitas nos cofres públicos pode ocorrer por meio de Lançamento – ato na repartição competente (que pode ser a Receita Federal ou qualquer outro órgão público que receba recursos) que reconhece o crédito e inscreve o débito, identificando o devedor, valor; Arrecadação – pagamentos dos contribuintes à rede bancária ou repartição competente; Recolhimento – entrega da arrecadação pelas repartições ou bancos ao Tesouro Nacional.

A receita por categoria econômica divide em receitas correntes as receitas derivadas de tributos, contribuições, ou receitas originárias da venda do patrimônio, receitas industriais, e em receitas de capital: aquelas decorrentes de operações de crédito ou empréstimos, originárias da venda ou alienação de bens.

A despesa compreende os recursos gastos na gestão, a serem computados na apuração do resultado do exercício. São os gastos realizados pelos órgãos públicos em bens e serviços, com a dotação autorizada pelo orçamento. As despesas, para serem incorridas no serviço público, precisam estar autorizadas na lei orçamentária. As despesas correntes compreendem as de Pessoal e Encargos Sociais, Juros e Encargos da Dívida Interna e Externa e Outras Despesas Correntes, observadas as conceituações existentes nos dispositivos legais e normas pertinentes em vigor. As



despesas de capital correspondem às de Investimentos, Inversões Financeiras, Amortização da Dívida Interna, Amortização da Dívida Externa e Outras Despesas de Capital, observadas as conceituações legais pertinentes em vigor.

Podemos observar conforme tabela abaixo o orçamento previsto para o ano de 2021 no Município de Reserva do Iguaçu, o qual apresenta sua composição das receitas bem como a previsão das despesas, conforme segue:

Tabela 5: Orçamento previsto para o ano de 2021 no Município de Reserva do Iguaçu.

		LEI Nº 4.320/64, ARTIGO 2º, PARÁGRAFO 1º, ITEM I		Exercício 2021
SUMÁRIO GERAL DA RECEITA POR FONTES E DESPESA POR FUNÇÕES DO GOVERNO				
Unidade gestora: Município de Reserva do Iguaçu				Página: 1
RECEITAS POR SUAS FONTES		DESPESAS POR FUNÇÕES DE GOVERNO		
RECEITAS CORRENTES				
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	1.201.487,50	LEGISLATIVA	1.590.000,00	
CONTRIBUIÇÕES	224.202,00	ADMINISTRAÇÃO	3.754.878,00	
RECEITA PATRIMONIAL	10.750,00	ASSISTÊNCIA SOCIAL	1.972.150,00	
RECEITA DE SERVIÇOS	28.930,00	SAÚDE	5.334.945,00	
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	28.257.630,50	EDUCAÇÃO	9.876.875,00	
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	17.000,00	URBANISMO	5.975.502,00	
TOTAL DE RECEITAS CORRENTES	29.740.000,00	GESTÃO AMBIENTAL	1.149.500,00	
		AGRICULTURA	1.227.000,00	
		ENCARGOS ESPECIAIS	2.471.150,00	
		RESERVA DE CONTINGÊNCIA	155.000,00	
RECEITAS DE CAPITAL				
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	4.000.000,00			
TOTAL DE RECEITAS DE CAPITAL	4.000.000,00			
TOTAL GERAL DAS RECEITAS:	33.740.000,00	TOTAL GERAL DAS DESPESAS:	33.507.000,00	

No tocante aos investimentos, o plano plurianual que tem vigência de 2018 a 2021 apresenta significativos valores em todas as áreas prioritárias do município, conforme observamos nas planilhas incluídas neste documento.

PARTICIPAÇÃO POPULAR

Nesta fase da ATI, a população (ou seus representantes públicos) de Reserva do Iguaçu teve a oportunidade de participar novamente de distintas formas, a saber: a segunda audiência pública, bem como as Reuniões técnicas, cujas atas e relatórios, como já mencionado neste documento, estão sob guarda da Prefeitura Municipal.

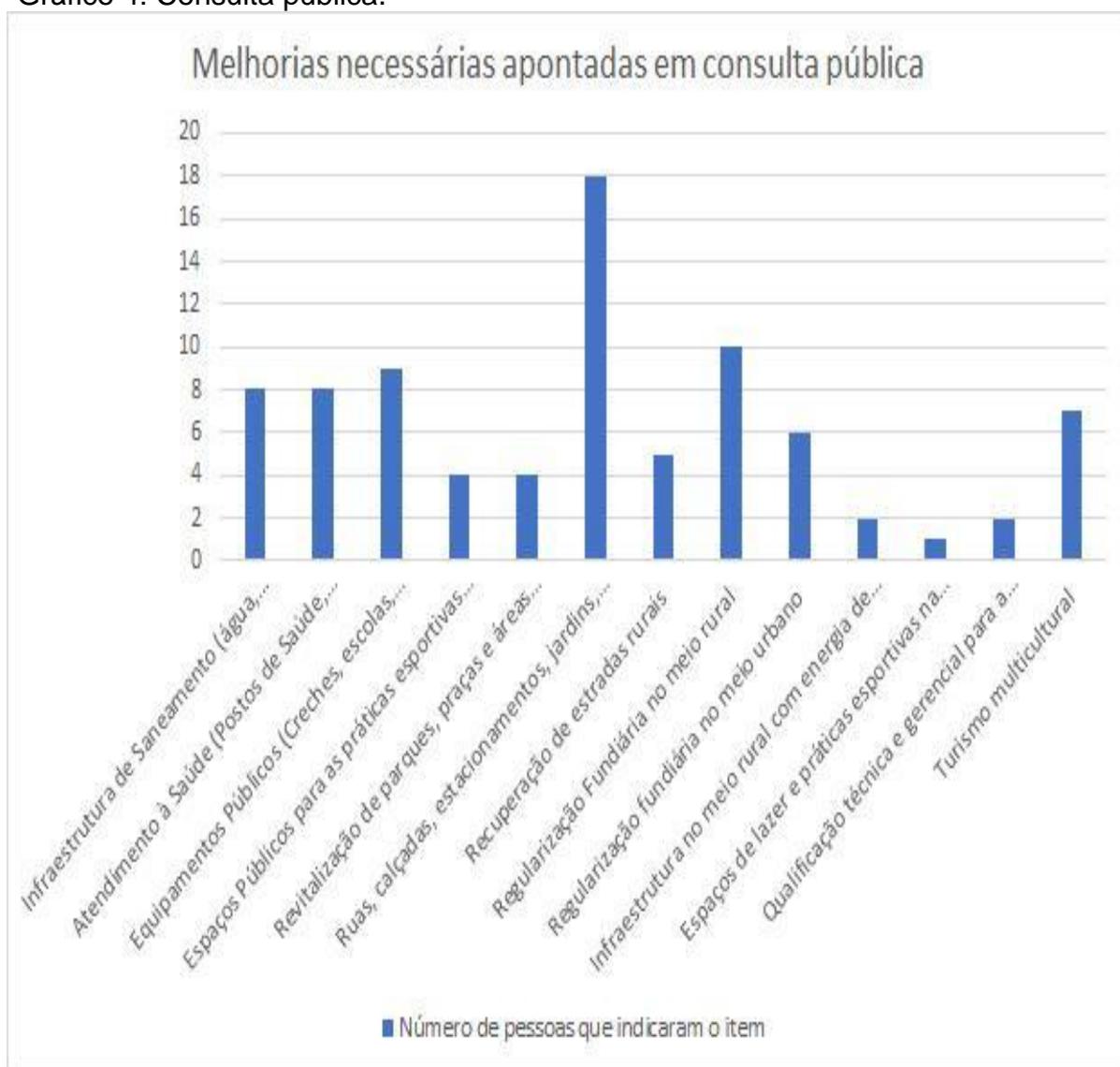


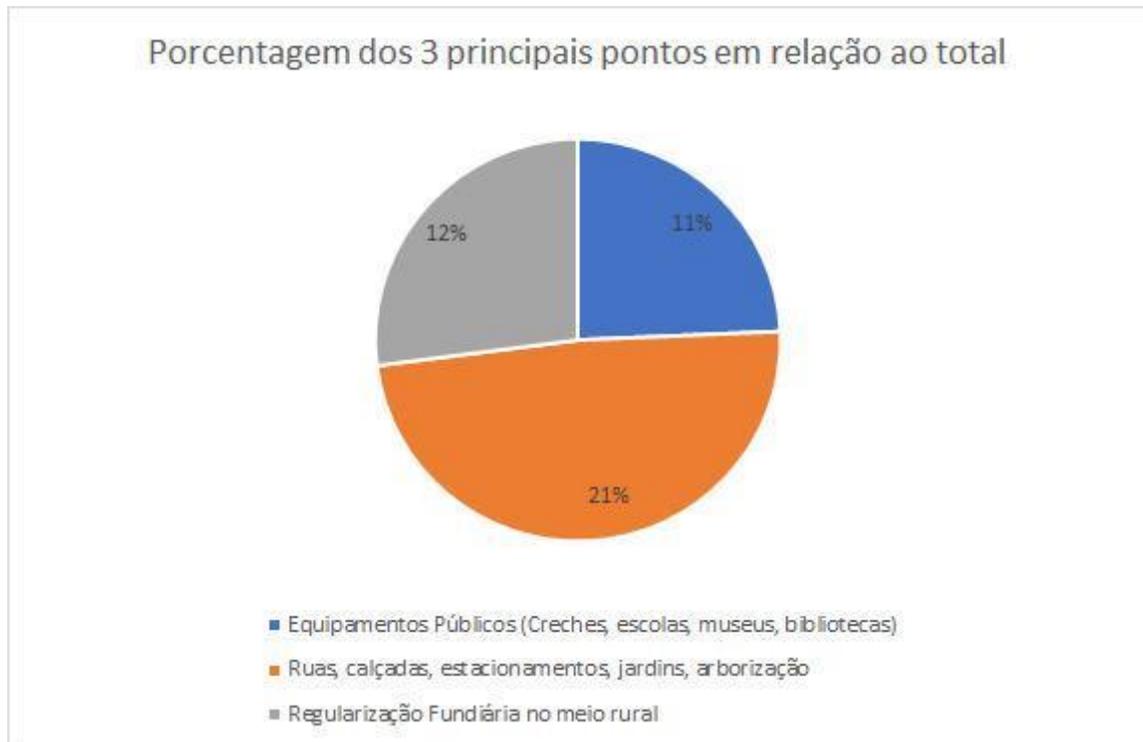
Hotsite da Prefeitura Municipal: [Prefeitura Municipal de Reserva do Iguaçu \(reservadoiguacu.pr.gov.br\)](http://reservadoiguacu.pr.gov.br);

Consulta pública, conforme evidenciado na página seguinte:

1	Infraestrutura de Saneamento (água, esgoto, drenagem, lixo)
2	Atendimento à Saúde (Postos de Saúde, Hospital, Consultas)
3	Equipamentos Públicos (Creches, escolas, museus, bibliotecas)
4	Espaços Públicos para as práticas esportivas e recreação
5	Revitalização de parques, praças e áreas histórico-culturais
6	Ruas, calçadas, estacionamentos, jardins, arborização
7	Recuperação de estradas rurais
8	Regularização Fundiária no meio rural
9	Regularização fundiária no meio urbano
10	Infraestrutura no meio rural com energia de qualidade, telefonia e internet
11	Espaços de lazer e práticas esportivas na área rural
12	Qualificação técnica e gerencial para a produção familiar
13	Turismo multicultural

Gráfico 4: Consulta pública.





Finalmente, destaca-se que esses 13 itens deverão ser objeto de debates ao longo da Fase 03 (prevista para o primeiro trimestre de 2022).



CAPÍTULO 3

FASE 03 - DIRETRIZES E PROPOSIÇÕES



APRESENTAÇÃO

O presente documento técnico compõe o **PRODUTO 03 - DIRETRIZES E PROPOSIÇÕES**, produzido como parcela das atividades da **3ª FASE** da Revisão do Plano Diretor do Município de Reserva do Iguaçu - Paraná - Brasil, decorrente do Contrato de Prestação de Serviços Nº 142/2021, celebrado entre o Município de Reserva do Iguaçu e a Equipe Técnica da Fundação de Apoio ao Desenvolvimento da Unicentro (FAU Unicentro).

As diretrizes e proposições estão baseadas nos dados obtidos por meio da Leitura Técnica e agendas com a equipe técnica municipal, além de audiência pública, no período de dezembro de 2021 a fevereiro de 2022. Foram analisados os elementos positivos, negativos e limitantes do Município, visando a transformação das realidades identificadas nas áreas institucionais, socioeconômicas, ambientais, físico-territoriais e de infraestrutura de serviços públicos.

A reunião técnica ocorreu no dia 02/12/21, 17h, no Centro de Convivência Municipal, com a presença da Equipe técnica Municipal e representante da FAU. A leitura técnica ocorreu de forma on line em 15 de dezembro do mesmo ano, 17h, e, ato contínuo, aconteceu a audiência pública da terceira fase, em 16 de dezembro, 19h. Os comprovatórios devidos se encontram em em poder da Prefeitura Municipal.

Os direcionamentos do Plano Diretor Municipal são decorrentes das diretrizes e proposições que geram propostas ou ações que serão divididas em intervenções de curto, médio e longo prazo, tendo sido definido como propostas de curto prazo aquelas a serem executadas nos próximos três anos; de médio prazo, no prazo de até 5 anos; e as propostas de longo prazo de execução ao longo do próximo decênio.

Já as diretrizes para o Município estão divididas em: Diretrizes para o estabelecimento de uma Política de Desenvolvimento Urbano e Rural (i); Diretrizes para o estabelecimento de uma sistemática permanente de planejamento (ii); Diretrizes para a dinamização e ampliação das atividades econômicas (iii); Diretrizes para Ações Sociais (iv); Diretrizes para Ações Ambientais (v); Diretrizes para o ordenamento do solo - Macrozoneamento Urbano e Rural (vi); Proposta de projetos estruturais dos diversos setores estratégicos a serem executados a: curto, médio e longo prazo, considerando a estimativa de seus custos e as estimativas e projeções orçamentárias municipais (vii).

DIRETRIZES PARA O ESTABELECIMENTO DE UMA POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO URBANO E RURAL



As políticas de desenvolvimento municipal devem ser consideradas enquanto processo contínuo, dependente de diretrizes mais amplas, de nível nacional ou estadual que permitam orientar o desenvolvimento de cada núcleo urbano, de forma a atender também os interesses do desenvolvimento regional e nacional. A política de desenvolvimento deve ater-se à realidade urbana, diferentemente de muitas propostas feitas anteriormente que não traduziam a realidade ou não alcançaram os resultados esperados. As proposições da política a nível local são parte integrante do processo de planejamento, ou seja, é a leitura da realidade local, identificando os objetivos que se pretende atingir, as possibilidades de alcançá-los e os resultados das ações propostas.

A Constituição do Brasil, em seu artigo 182, prevê que a política de desenvolvimento urbano deverá atender as funções sociais da cidade e ao bem-estar de seus habitantes. O Plano Diretor é o instrumento de política de desenvolvimento e de expansão urbana, que deve controlar a expansão e os vazios urbanos, proteger e recuperar o ambiente cultural, manter as características do ambiente natural, criar áreas de especial interesse social, ambiental, turístico ou de utilização pública, eliminar obstáculos arquitetônicos às pessoas portadoras de necessidades especiais, incentivar a participação da comunidade na elaboração, na implementação e nas propostas de sugestões de planos e projetos, identificar e auxiliar nos problemas das áreas ocupadas por população de baixa renda.

O Município é o espaço preferencial da política de desenvolvimento urbano e rural, onde a sociedade se organiza social e economicamente. É no município que se situam as atividades produtivas que contribuem de forma decisiva para a formação do Produto Interno Bruto e onde o cidadão se reconhece como agente político no sistema democrático. No entanto, os municípios brasileiros enfrentam enormes desafios. Num mundo de crescente competitividade e complexidade, ficaram delegadas aos governos municipais responsabilidades para as quais não possuem a respectiva autonomia institucional e financeira que lhes permita responder às demandas criadas e tratar dos problemas urbanos.

DIRETRIZES PARA O ESTABELECIMENTO DE UMA SISTEMÁTICA PERMANENTE E PARTICIPATIVA E PLANEJAMENTO E GESTÃO MUNICIPAL

Um processo de planejamento e gestão pública municipal compreende um conjunto de órgãos, normas, regulamentações, recursos humanos e técnicos, coordenados pela Prefeitura Municipal, o qual visa a integração entre os diversos setores e ações municipais, para a aplicação das diretrizes e proposições estabelecidas no Plano Diretor Municipal.

No Município de Reserva do Iguaçu, serão necessários cinco instrumentos para implantação do processo de planejamento e gestão municipal que são:

- Readequação e estruturação das Secretarias e o fortalecimento institucional;

- Organização do sistema de informações para o planejamento e gestão pública municipal;
- Reativação do Conselho de Desenvolvimento Municipal;
- Participação popular amplificada;
- Construção de indicadores de monitoramento.

Readequação e estruturação das Secretarias e fortalecimento insitucional

Para que o Plano Diretor Municipal possa ser implementado, a reestruturação organizacional deverá ocorrer sob forma de modernização administrativa, através da:

- Integração dos serviços da administração, de forma que seja implantado um sistema de informações municipais, interligado, com o mesmo software, onde cada funcionário tenha acesso às informações do Município;
- Treinamento, reciclagem e melhoria da qualidade e da produtividade do seu quadro de pessoal;
- Informatização de todos os serviços municipais;
- Padronização e simplificação dos procedimentos administrativos.

Serão novas tarefas, dentre outras, dos departamentos determinados para a implantação do Plano Diretor Municipal:

- Assessorar o Prefeito Municipal nas decisões relativas ao planejamento municipal;
- Acompanhar a aprovação da legislação municipal urbanística junto à Câmara de Vereadores;
- Coordenar a aplicação da legislação urbanística municipal;
- Promover a busca de recursos para as obras previstas no Plano de Ação e Investimentos;
- Acompanhar a implementação do Plano Diretor Municipal bem como providenciar meios de atualizá-lo;
- Coordenar a atualização das informações relativas ao Sistema de Informações Municipal;
- Garantir a participação da comunidade no processo de implementação do Plano Diretor Municipal e de sua atualização.
- Convocar o Conselho de Desenvolvimento Municipal quando houver necessidade;
- Coordenar a elaboração das propostas dos orçamentos anuais e plurianuais em conjunto com as demais secretarias.

Cumprir destacar que, no momento de elaboração do presente documento, a Prefeitura estava em fase de readequação do Plano de Cargos e Salários (Quadro Geral e de Educação).

Capacitação, treinamento e reciclagem dos funcionários para o constante monitoramento da comunidade

Para que tal proposta se concretize, o instrumento proposto é a organização, instalação e monitoramento de atividades ligadas à gestão territorial, a saber: cadastro imobiliário, licenciamento, fiscalização e controle do crescimento populacional e do uso e ocupação do solo, tributação, saneamento e obras públicas, o zoneamento e o macrozoneamento.

A população de Reserva do Iguaçu distribuída igualmente em comunidades rural e urbana será atendida e esclarecida de forma justa e igualitária nas questões territoriais. Desde as comunidades mais afastadas da sede, por exemplo, terão onde buscar informações sobre os instrumentos ligados à gestão territorial. Para que esta proposta se realize serão necessárias políticas públicas municipais, cujas ações estejam voltadas para a capacitação de funcionários e a implementação do novo desenho da organização territorial.

Organização do Sistema de Informações do Município para o Planejamento e Gestão Pública Municipal – Implementação de Geoprocessamento e Sistema de Informação Geográfica - SIG

A criação de sistema de informação unificado no município constitui uma importante proposição no âmbito do desenvolvimento político-institucional, uma vez que esse sistema deve ter como finalidade estabelecer uma base de informações padronizada e confiável na Administração Municipal, capaz de subsidiar o planejamento e a gestão democráticos, em especial a elaboração e revisão do Plano Diretor Municipal.

Considerando que o planejamento de uma cidade é um processo dinâmico que exige monitoramento constante, verifica-se a necessidade da implantação de um sistema de informações georreferenciado, o qual permite controle da ocupação do território, bem como uma gestão integrada, cruzando informações referentes às finanças públicas e a área técnica.

O sistema de informações do Município deverá compreender a atualização constante dos dados municipais, sejam eles, *geo-ambientais*: compreendendo o solo, o subsolo, relevo, hidrografia e cobertura vegetal; *cadastros urbanos*: em especial equipamentos sociais, equipamentos urbanos públicos, cadastro imobiliário, áreas vazias, sistema viário, arruamento, infra-estrutura d'água, esgoto, energia elétrica e telefonia, estabelecimentos industriais, de comércio e serviços; *legislações urbanísticas*: em especial uso e ocupação do solo, zoneamento, parcelamento, código de obras, posturas e tributação e áreas especiais de atividades econômicas, preservação ambiental, histórica e cultural; *sócio-econômicas*: em especial demografia, emprego e renda.

O acompanhamento envolve a obtenção de dados gerados por diversos departamentos, a interpretação dos mesmos e verificação junto às propostas do Plano Diretor Municipal quanto a: alteração nos índices de crescimento do Município, modificação das principais atividades econômicas e verificação do cumprimento das



Leis Propostas pelo Plano Diretor Municipal. Este acompanhamento técnico envolve prioritariamente as seguintes ações:

- Fiscalização preventiva e punitiva de Posturas, de Obras, Parcelamento do Solo e de Funcionamento de Atividades Econômicas. Atualmente esta função não é ocupada por nenhum funcionário. Para a obtenção dos resultados esperados pelo Município existe a necessidade de se verificar o cumprimento da legislação proposta objetivando um planejamento efetivo. De nada adianta existirem normas se elas não forem cumpridas, as notificações e embargos de obras e atividades não são somente para arrecadação de emolumentos ao Município, mas sim uma forma de orientar e de organizar o Município.
- Acompanhamento da execução de obras e atividades no Município, quanto ao cumprimento às Licenças emitidas pela Prefeitura Municipal.
- Verificação do Cadastro Imobiliário Municipal, com relação às edificações a serem cadastradas. As edificações que não possuírem Habite-se ou Certificado de Vistoria de Conclusão de Obras, certificando o cumprimento da legislação vigente, não poderão ter seus imóveis cadastrados como predial para fins de lançamento de impostos, tendo que arcar com a alíquota mais alta até o momento da regularização, quando o imóvel passaria a ser cadastrado pela Prefeitura Municipal, obtendo uma alíquota de imposto predial. Desta forma pode-se privilegiar os munícipes que cumprem a legislação urbana e facilitar o cadastramento municipal.
- Acompanhamento junto à execução das obras municipais e verificação da correta aplicação das verbas disponíveis no Município conforme as necessidades propostas no Plano Diretor.

Todas as informações coletadas deverão ser tabuladas e analisadas e, sempre que possível, espacializadas em escala apropriada. Essas informações servirão de base para as revisões do Plano Diretor Municipal. Todas as possíveis alterações do Plano Diretor Municipal deverão ser submetidas à apreciação e aprovação da comunidade, ou seja, deverão ser feitas Audiências Públicas, Conferências Municipais ou eventos semelhantes, para que as alterações tenham legitimidade e atendam as premissas da legislação federal – tal qual vem ocorrendo no biênio 2021-2022.

Ponderamos que o Município, após a última Audiência Pública, deverá elaborar a Conferência da revisão do Plano Diretor Municipal – “Pactuação do Plano Diretor Municipal”. Durante a Conferência, serão tratados os seguintes assuntos: garantia a continuidade a implantação de um planejamento, visando obter comprometimento do Poder Público Municipal com a continuidade da implantação do PDM construído coletivamente e na sua atualização permanente; reativação do Conselho de Desenvolvimento Municipal, o comprometimento da Câmara de Vereadores com a aprovação do PDM construído coletivamente.

Conselho de Desenvolvimento Municipal

Com base na Constituição Federal de 1988, o Executivo de Reserva deverá manter ativo seu Conselho de Desenvolvimento Municipal (CDM). Este Conselho é responsável pelas disposições referentes à democratização da gestão municipal e à



participação da sociedade no processo de planejamento, pelas orientações do Plano Diretor Municipal para a elaboração da legislação complementar e adequação da legislação municipal em decorrência de suas disposições.

Na Conferência, será aprovada a nova composição do Conselho de Desenvolvimento Municipal, definido na Lei do Plano Diretor Municipal.

Participação popular

Como proposta da participação popular no acompanhamento da implementação do Plano Diretor Municipal, são propostas Conferências Públicas. Elas têm por objetivo a mobilização do Poder Público Municipal e da sociedade civil na elaboração e avaliação das políticas públicas, em que serão discutidas as metas e prioridades para o Município.

Construção de Indicadores de Monitoramento

Indicadores e índices são números que procuram descrever um determinado aspecto da realidade, ou apresentam uma relação entre vários aspectos. Os indicadores podem ser simples ou compostos. Os indicadores simples normalmente são autoexplicativos: descrevem imediatamente um determinado aspecto da realidade (número de alvarás expedidos, por exemplo) ou apresentam uma relação entre situações ou ações (como a relação entre o número de alvarás expedidos e o número de lançamentos do IPTU, numeração predial).

É importante utilizar indicadores que relacionem a situação de um grupo social, um bairro específico, ou ainda, um distrito, com outros existentes no Município. Estas informações sobre políticas públicas requerem indicadores que sejam o reflexo do que a sociedade compreende como condições de vida adequada e possibilitem ao próprio governo prestar contas de suas realizações à mesma sociedade.

O ambiente de construção dos indicadores deve estar vinculado diretamente ao Sistema de Informações – SIG.

O Conselho de Desenvolvimento Municipal (CDM) será o órgão responsável pelo acompanhamento dos indicadores propostos para o Município de Reserva do Iguaçu. Os indicadores deverão ser apresentados nas Conferências Públicas programadas para ocorrer a cada três anos.

Na sequência, estão apresentados os Indicadores de Monitoramento propostos para acompanhar a implementação do Plano Diretor Municipal.



	INDICADOR	AVALIAÇÃO	META
SISTEMA NATURAL	Qualidade Hídrica do Manancial de Abastecimento Público: Acompanhamento da qualidade da água utilizada no Município através do monitoramento dos índices do IQA, fornecido pela Secretaria Estadual de Meio Ambiente.	Índice de potabilidade da água; despoluição dos mananciais	IQA entre 71 e 90 - considerado bom
	Áreas a serem Preservadas: Monitoramento das áreas a serem preservadas de acordo com Legislação Ambiental vigente, realizado através da identificação anual das áreas ocupadas e áreas preservadas.	% de desmatamento no Município	100% das áreas verdes protegidas
SISTEMA DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS PÚBLICOS	Coeficiente de mortalidade de crianças menores de um ano: Diagnóstico de crianças em situação de risco no Município.	% de recém-nascidos falecidos menores de um ano (por 1.000 nascidos)	Alcançar índice abaixo da média estadual
	Coeficiente da incidência total de doenças relacionadas com os serviços de saneamento básico: Diagnóstico da interferência do saneamento básico na saúde pública.	% de doenças causadas decorrentes do saneamento básico precário	Alcançar índice abaixo da média estadual
	Coeficiente de mortalidade por todas as causas: Diagnóstico das causas de mortes no Município.	% de mortes no Município (por 1.000 nascidos)	Alcançar índice abaixo da média estadual
	População atendida por rede de abastecimento de água potável: Expressa a percentagem da população urbana atendida pelo serviço.	% de domicílios com rede de água potável	100% dos domicílios com água potável
	População atendida por rede de esgotamento sanitário: Expressa a percentagem da população urbana atendida pelo serviço.	% de domicílios com rede de esgotamento sanitário	100% dos domicílios com rede de esgoto



	Tratamento da rede coletora de esgoto sanitário: Expressa a percentagem dos esgotos coletados que são tratados.	% do esgoto sanitário coletado tratado	100% do esgoto sanitário coletado tratado
	População atendida por coleta de resíduos sólidos: Expressa a percentagem das ruas com coleta de resíduos sólidos, trafegáveis e habitáveis.	% dos domicílios com coleta de resíduos sólidos	100% dos domicílios com coleta de resíduos sólidos
	Separação dos resíduos sólidos urbanos: Expressa a percentagem dos resíduos sólidos urbanos que são coletados e separados.	% dos resíduos sólidos coletados que são separados	100% dos resíduos sólidos coletados separados
	Área urbana drenada: Expressa a percentagem da área urbana servida pelo sistema de drenagem.	% de ruas com drenagem urbana	100% das ruas com drenagem urbana
	Conjuntos Habitacionais de Interesse Social: Verifica o atendimento da demanda por habitações populares no município; acompanhamento da implementação do Plano Diretor Municipal para verificação de possíveis áreas de invasões.	Número de habitações de interesse social construídas para a população de baixa renda	100% da fila da habitação de interesse social atendida
SISTEMA SOCIOESPACIAL E ECONÔMICO	Superfície de solo agrícola: Expressa a percentagem do solo municipal utilizada para a agricultura; permanência do homem no campo; expressa a necessidade de investimentos na área rural.	% de utilização do solo para a agricultura; manter as áreas destinadas à agricultura no Município	65% da área municipal destinada à agricultura
	População com renda menor que 1 salário mínimo: Expressa percentagem da população com renda inferior a 1 salário mínimo.	% da população com renda inferior a 1 salário mínimo	100% da população com renda mínima de 1 salário mínimo
	Dados de Desemprego: Expressa a percentagem da população economicamente ativa.	% de desempregados	100% da população com trabalho



	Dados de Segurança: Expressa a percentagem de ocorrência de assaltos, roubos e agressões.	% de ocorrência policiais no Município	Alcançar índice abaixo da média estadual
	Percentual de aumento de arrecadação municipal proveniente de taxas referentes à expedição de licenças: Melhora a arrecadação própria municipal; verifica a implementação do Plano Diretor Municipal.	% de aumento na arrecadação municipal proveniente de taxas referentes às licenças	100% de arrecadação referente a taxas de licenças
	Percentual de aumento de arrecadação municipal no que se refere a contribuição de melhorias: Melhora a arrecadação própria municipal; verifica a implementação do Plano Diretor Municipal.	% de aumento na arrecadação municipal proveniente da cobrança de contribuição de melhorias	100% de arrecadação referente a contribuição de melhorias
	Evolução do estoque de áreas urbanas e vazios urbanos: Monitora a ocupação urbana em relação à necessidade de revisão do Perímetro Urbano; Promove o adensamento urbano dentro do perímetro definido pelo Plano Diretor Municipal.	% de lotes desocupados dentro do perímetro urbano	100% dos lotes internos ao perímetro urbano ocupados
ASPECTOS INSTITUCIONAIS	Número de Alvarás Expedidos: Verifica a implementação do Plano Diretor Municipal quanto aos aspectos urbanísticos; aumenta a arrecadação municipal.	% de Alvarás de Construção emitidos no Município	100% das obras do Município com Alvará de Construção
	Número de vistorias realizadas quanto a Conclusões de Obras: Verifica a implementação do Plano Diretor Municipal quanto aos aspectos urbanísticos; aumenta a arrecadação municipal.	% das obras concluídas vistoriadas	100% das obras concluídas vistoriadas



	Número de Alvarás de Localização: Verifica a implementação do Plano Diretor Municipal quanto aos aspectos urbanísticos; aumenta a arrecadação municipal.	% de estabelecimentos comerciais com Alvará de Funcionamento	100% dos estabelecimentos comerciais vistoriados
	Número de ações implementadas que foram determinadas no Plano de Ação e Investimentos: Verifica dentre as ações determinadas pelo Plano de Ação e Investimentos quais foram executados; acompanhar as liberações de investimentos das esferas estadual e federal.	% das ações previstas no Plano Diretor Municipal que foram executadas	100% das ações propostas executadas

Fonte: PDM – 2010

DIRETRIZES PARA A DINAMIZAÇÃO E AMPLIAÇÃO DAS ATIVIDADES ECONOMICAS

As diretrizes relativas ao desenvolvimento econômico enfatizam o papel do Município como protagonista do desenvolvimento municipal em articulação permanente com os demais agentes econômicos e sociais. Para tanto são previstas ações para incremento na agropecuária, no fomento à produção de bens e serviços, na modernização da infraestrutura, no apoio à pequena e microempresa e ao trabalho autônomo e na formação de recursos humanos. Particularmente são focalizadas as ações que deverão contribuir para a redução do desemprego e a ampliação da renda pessoal e agregada, um dos principais desafios que se impõem ao desenvolvimento municipal. Merece destaque o fortalecimento do setor Agropecuário do Município de Reserva do Iguaçu, priorizando o produtor rural.

DIRETRIZES PARA AÇÕES SOCIAIS

As diretrizes sociais devem dotar o dia a dia da comunidade de melhores condições de vida, seja na qualidade de entretenimento, saúde, trabalho, ou outros instrumentos básicos que propiciem qualidade de vida. O desenvolvimento humano está associado à essência do desenvolvimento socioeconômico, porque o progresso econômico só produz os efeitos desejados pela sociedade se tiver o ser humano como seu foco e beneficiário principal. Ele compreende, de acordo com a contribuição da Unesco, as dimensões de: aprender a ser; aprender a conhecer; aprender a fazer; e aprender a transformar. Para que a paz ocorra é necessário que os Estados invistam em uma educação voltada para o diálogo e para a tolerância.

Neste contexto, objetivando traçar diretrizes sociais, é necessário determinar ações quanto a habitação de interesse social. Para isso, é necessária uma Política Habitacional, responsável por definir o papel do Município na gestão da moradia, focalizando a Habitação de Interesse Social. Uma das formas de contribuir para a política habitacional do Município é a criação de Zonas Especiais de Interesse Social – ZEIS, que se constituem num dos principais instrumentos do Plano Diretor Municipal para atuação do Município na regularização fundiária e urbanística dos assentamentos espontâneos ocupados por população de baixa renda e também para o desenvolvimento de programas habitacionais de interesse social. Manter os procedimentos para regularização urbanística e fundiária dos assentamentos classificados como ZEIS, que geralmente envolvem os aspectos próprios do planejamento, da produção da moradia, da gestão e da participação da população beneficiária do processo. Ampliar o programa REURB, para que toda a população dentro do perímetro urbano possa se beneficiar com esse programa. O Mapa 8 e o Mapa 9 mostram áreas onde o programa já está sendo implantado e outras áreas que ainda são irregulares no município.

Também incentivar empresários da região em investir em novos loteamentos e/ou conjuntos habitacionais para diminuir o déficit habitacional na cidade.

Os aspectos mais diretamente ligados ao desenvolvimento econômico são: a educação formal e a educação profissional. A educação, associada à família e a outras instituições, constrói os valores e princípios éticos, pilares da Sociedade, e proporciona conhecimento básico e especializado necessário ao crescimento individual na vida pessoal, social e produtiva dos indivíduos. A educação profissional proporciona aos indivíduos condições para o acesso ao emprego e às oportunidades proporcionadas pelo desenvolvimento, ao mesmo tempo em que eleva a produtividade e a eficiência do sistema produtivo.

Está sendo implantado na área rural um novo quilombo que abrigará em torno de 400 famílias, para isso deverá ser previsto investimentos nessa localidade na área de educação e saúde, como escola, UBS.

DIRETRIZES PARA O ORDENAMENTO DO SOLO E SISTEMA VIÁRIO, ZONEAMENTO, MACROZONEAMENTO URBANO E RURAL

Com o objetivo de ordenamento do solo, propõe-se que a Lei vigente nº 784/2012 seja dívida em três leis distintas - macrozoneamento, zoneamento e sistema viário. Como alternativa, pode-se pensar em duas zonas leis (macrozoneamento e sistema viário).

A concepção do macrozoneamento é um instrumento determinante no ordenamento territorial do Município, em conformidade com as demais diretrizes da Política Urbana. Desta forma, ficam estabelecidas, as principais orientações para o desenvolvimento urbano, especialmente no que tange às áreas para as quais se propõe adensamento populacional ou uso mais intensivo do solo, ou aquelas que serão objeto de políticas de preservação em razão de atributos ambientais, sociais ou culturais significativos.



O território do Município de Reserva do Iguaçu fica dividido em três macrozonas com características e finalidades distintas. Para cada macrozona, o Plano Diretor Municipal estabelece objetivos e diretrizes específicos para o ordenamento territorial que devem orientar o seu desenvolvimento no sentido de consolidação ou reversão de tendências quanto ao uso e ocupação do solo (Mapa 8), com a nova delimitação do macrozoneamento

As áreas a impedir a urbanização são destinadas a preservação dos recursos naturais e proteção da qualidade ambiental, tais como parques, bosques, florestas e fundos de vale. Os parâmetros para ocupação devem ser estabelecidos de forma a garantir a acessibilidade aos bens naturais de interesse público, impedir a ocupação em fundos de vale, além de incorporar áreas a serem preservadas ou conservadas. As áreas delimitadas nesta macrozona, foram orientadas pelo Código Florestal, Lei 4771/1965, que determina faixas de preservação permanente entre 30 e 500 metros de cada lado dos cursos d'água, de acordo com a largura dos mesmos, além de raio de 50,00m ao redor das lagoas, lagos ou reservatórios d'água naturais ou artificiais, nascentes, ainda que intermitentes e nos chamados "olhos d'água". Essas faixas detectam áreas impróprias a ocupação, garantindo assim, a proteção dos fundos de vales. A proposta da legislação urbanística visa impedir a ocupação de áreas impróprias, de forma a garantir a proteção dos corpos hídricos.

Quanto às áreas a intensificar a ocupação, são aquelas estabelecidas em função da infra-estrutura já implantada. Nestas áreas tem-se o interesse em ações que visem desenvolver a ocupação com maiores densidades, preservando e reservando áreas necessárias à implantação de equipamentos públicos.

As áreas destinadas a controlar o caráter da ocupação têm como objetivo determinar níveis de densidade e verticalização (quando necessário) compatíveis com a capacidade do sistema viário e com a qualidade ambiental, desenvolvendo operações que induzam a transformações físicas e funcionais. Faz parte dessa macrozona no Município de Reserva do Iguaçu grande parte da área rural e a Vila Rural.

As macrozonas darão origem ao zoneamento que é responsável por determinar critérios e restrições para a utilização dos espaços do Município, de acordo com as zonas pré-estabelecidas. Em cada zona serão determinados parâmetros com percentuais do espaço urbano que devem ser reservados para cada tipo de função, uso ou equipamento; qual a intensidade de aproveitamento do solo, recomendável em cada caso; quais as densidades resultantes; quais as capacidades e raios de abrangência resultantes dos equipamentos propostos. Por fim são estabelecidas diretrizes para a formulação da legislação urbana, especificamente para a nova lei de uso e ocupação do solo, sistema viário, o código de obras municipal, o código de posturas e a lei de procedimentos administrativos. O Plano Diretor Municipal deve também fazer proposições quanto a mobilidade urbana, estabelecendo as orientações gerais para a integração dos espaços por meio da estruturação do sistema viário. Quanto ao sistema viário, as diretrizes básicas para a proposta são medidas que garantam deslocamentos básicos, desimpedidos de conflitos e trajetos

desnecessários. Estes deslocamentos devem ser propostos de maneira a aumentar a mobilidade e a rapidez entre as diversas regiões.

Considerando que o sistema viário ocupa percentagem considerável do solo urbano, é necessário considerar a função do sistema viário e do transporte, além da finalidade elementar de circulação ou locomoção. Em termos de vivência e lazer, o uso destes espaços, constitui aspecto muito significativo ao se pretender a elevação da qualidade do ambiente urbano, constituindo elemento obrigatório do cotidiano da população.

Quanto às vias que serão abertas, elas deverão ter revestimento, calçamento e arborização adequados às suas funções, principalmente nos locais onde já ocorre um comprometimento no desempenho do sistema de circulação. E deverão obedecer às normas vigentes. No caso de vias já existentes e consolidadas e que não é possível se adequar a legislação vigente, sugere-se a adaptação da malha viária existente e a inclusão de um artigo:

Art. 00 As vias urbanas classificam-se, quanto a sua implantação, em:

*I - Vias existentes: as vias já implantadas e denominadas, inclusas na malha urbana;
II - Vias projetadas: ampliação da malha viária existente, sujeitas a projeto e/ou implantação, cujo dimensionamento deverá seguir os parâmetros inclusos nesta lei.*

Parágrafo único. Os parâmetros para cada elemento que compõe as vias públicas poderão sofrer alterações mediante critérios adotados no Plano de Mobilidade Urbana e mediante estudos individualizados, realizados pela administração municipal para cada via proposta e aprovado pelo Conselho de desenvolvimento Municipal.

As vias devem garantir o mínimo de segurança na circulação de pedestres, por meio da criação de calçadas nas vias do sistema viário básico e nas vias de acesso às escolas. Alguns dispositivos de controle do tráfego também são necessários para diminuir os problemas de segurança dos pedestres, como, redutores de velocidade, passeios que diminuam a distância de travessia nas esquinas (próximo das escolas), criação de ruas de recreação e ruas de pedestres.

Com a hierarquização do sistema viário básico, será possível garantir uma atuação ordenada nas intervenções urbanas e permitir que as vias de interesse local (secundárias) possam ser urbanizadas com modelos e padrões mais adequados às suas funções, criando até mesmo, pontos de encontro e de lazer de vizinhança nos passeios. As calçadas e as faixas de recuo das vias podem ser usadas como ajardinamento e arborização criando áreas verdes de acordo com as regiões.

De acordo com a proposta (Mapa 6) as vias foram classificadas como:

Vias Arteriais (VA): as vias arteriais têm a função de escoar o tráfego a médias e altas velocidades. Como função secundária podem permitir acesso a propriedades lindeiras, desde que isso não interfira na sua função principal. A velocidade média é de 45 a 60 km por hora. A via deve ter características para atender todo tipo de veículos. Quanto aos usos, ao longo da via arterial são induzidas as atividades

múltiplas, de âmbito local e municipal. Para direcionar o fluxo e induzir a redução da velocidade, serão propostos redutores de velocidade e execução de calçadas.

Vias Coletoras (VC): as vias coletoras devem servir tanto ao tráfego de passagem quanto para acesso a propriedades adjacentes. O serviço de tráfego é feito no sentido de coletar e distribuir o tráfego local para as arteriais e vice-versa. Estas vias em condições de tráfego livre têm velocidade média de 30 a 45 Km por hora. Quanto aos usos, as vias coletoras não se constituem barreiras entre os setores urbanos e sim a própria estrutura de atividades e equipamentos de uso público. As atividades lindeiras a estas vias estão condicionadas aos limites de usos impostos pela zona urbana em que estiver inserida.

Vias Locais (VL): as vias locais têm como principal função proporcionar acesso às propriedades lindeiras. O acesso direto é permitido a todas essas propriedades e, em princípio, elas devem apenas coletar e distribuir o tráfego com origem ou destino às mesmas propriedades. As vias locais podem ser residenciais, comerciais ou industriais, dependendo do uso predominante do solo. Assim, as atividades lindeiras ficam condicionadas aos limites impostos pela zona urbana em que estiver inserida.

Quanto às dimensões das vias existentes pavimentadas, as mesmas não deverão sofrer alterações. As vias que não possuem pavimentação definitiva deverão obedecer às dimensões constantes na prancha de detalhamento dos perfis (vide figura 42), caso não se encaixem na largura mínima exigida em lei deverá ser discutido e aprovado em reunião do conselho do PDM, para que possa ser votado a possibilidade de ruas mais estreitas.

As estradas rurais necessitam ser inseridas na Lei do Sistema viário:

Art. xx. É proibido aos proprietários dos terrenos marginais às estradas ou a quaisquer outras pessoas, sob qualquer pretexto:

I - Instalar mata-burros, porteiras ou quaisquer outros obstáculos que prejudiquem o livre trânsito de veículos e pedestres ou que dificultem o trabalho de conservação das vias;

II - Destruir ou danificar o leito das vias, pontes, bueiros e canaletas de escoamento de águas pluviais, inclusive seu prolongamento fora da estrada;

III - abrir valetas, buracos ou escavações no leito das estradas;

IV - Erguer qualquer tipo de obstáculos ou barreiras, como árvores, cercas, postes, tapumes etc. dentro da faixa de domínio do Município;

V - Impedir ou dificultar o escoamento de águas pluviais das estradas para o interior das propriedades lindeiras;

VI - Permitir que as águas concentradas nas propriedades lindeiras atinjam o leito carroçável das estradas;

VII - executar qualquer espécie de benfeitoria de caráter permanente na área das faixas de domínio.

Parágrafo único. Quando houver condições que dificultem a drenagem na faixa de



domínio da via, a municipalidade poderá executar obras dentro das propriedades privadas, mediante trâmites legais necessários e aviso prévio.

Art xx Os Projetos das estradas Municipais obedecerão, às características técnicas que lhe são próprias, segundo as prescrições desta Lei.

Art. xx^o- A largura das estradas, incluindo a faixa de domínio será:

- a) No mínimo de 20 metros para estrada principal;*
- b) No mínimo de 17 metros para estrada secundária;*

Art. xx^o- As pistas de rolamento deverão obedecer às seguintes larguras:

- I- Estradas principais – 10,00 (dez metros);*
- II- Estradas secundárias – 7,00 (sete metros);*

Parágrafo Primeiro: Nas estradas principais e secundárias a faixa de domínio será acrescida de 5 (cinco) metros para cada lado além da pista de rolamento área denominada de reserva marginal, e que será destinada a futuros alargamentos, e ou, utilização para redes de energia elétrica, de água e das redes de telefonia rural.

A classificação das vias deverá obedecer às normas gerais de circulação e conduta do Código Brasileiro de Trânsito, art. 60:

Art. 60 - As vias abertas à circulação, de acordo com sua utilização, classificam-se em:

I - vias urbanas:

- a) via de trânsito rápido - (limite de **80 kmh**); Segundo o CTB é “aquela caracterizada por acessos especiais com trânsito livre, sem interseções em nível, sem acessibilidade direta aos lotes lindeiros e sem travessia de PEDESTRES em nível”.*
- b) via arterial - (limite de **60 kmh**); Segundo o CTB é “aquela caracterizada por interseções em nível, geralmente controlada por semáforo, com acessibilidade aos lotes lindeiros e às vias secundárias e locais, possibilitando o trânsito entre as regiões da cidade”. Elas se caracterizam por fazer a ligação de um bairro á outro, por exemplo, em uma cidade*
- c) via coletora - (limite de **40 kmh**); segundo o CTB é “aquela destinada a coletar e distribuir o trânsito que tenha necessidade de entrar ou sair das vias de trânsito rápido ou arteriais, possibilitando o trânsito dentro das regiões da cidade”. Elas estão caracterizadas por facilitar movimentação de uma região a outra em uma cidade por estarem ligadas as vias arteriais e de trânsito rápido.*
- d) via local - (limite de **30 kmh**); Segundo o CTB é “aquela caracterizada por interseções em nível não semaforizadas, destinada apenas ao acesso local ou a áreas restritas”. Estas têm como característica não possuir nenhum tipo de ligação, sendo usadas apenas por veículos restritos ou com algum interesse, as ruas de um condomínio fechado, por exemplo.*

II - vias rurais:

- a) rodovias;*



b) *estradas* - Estradas são as vias rurais sem pavimentação, também conhecidas como estradas de terra. Elas são tão comuns e importantes quanto as próprias rodovias e nelas o limite de velocidade é de 60 km por hora. (CTB).

Transporte Coletivo

Com relação ao transporte coletivo, de acordo com ANTP (Associação Nacional de Transportes Públicos), cidades de pequeno porte não justificam os custos para implantação do serviço. Em Reserva do Iguaçu esse serviço não foi diagnosticado como deficitário.

Quanto ao transporte de carga, a principal diretriz é a redução do impacto dentro do quadro urbano. As principais vias utilizadas hoje para o tráfego de caminhões são: PRT 163, Avenida Souza Naves e Avenida Cinco de Maio. Como proposta para minimizar os problemas decorrentes do tráfego pesado, serão propostos sinalização e redutores de velocidade, a fim de evitar o agravamento destes conflitos.

Dar uma atenção especial para as estradas vicinais tão importantes para o desenvolvimento econômico municipal e estadual, principalmente naqueles municípios onde a principal atividade econômica é a produção agropecuária. São pelas vicinais que as cidades escoam toda sua produção, ligando a área rural à área urbana. Além de ser importante canal de circulação de mercadorias e de trabalhadores. Essas estradas vicinais partem da sede em direção às comunidades, como também em direção aos municípios vizinhos da região e se encontram com revestimento primário, sendo necessária manutenção constante.

Passeios Públicos

Deverá ainda, ser garantida a qualidade na execução dos passeios bem como na sua manutenção, sendo proibida a criação de degraus de qualquer natureza ou dimensões. Nos lotes de esquina, a adequação dos passeios para a acessibilidade das pessoas com dificuldade de locomoção será feita através da implantação de rampas em todos os cruzamentos (ver ABNT NBR 9050) e de acordo com a classificação das vias. A exigência das calçadas acessíveis também para deficientes visuais, é um trabalho de inclusão social e precisa cada vez mais ser incentivado, a importância da colocação piso tátil para fornecer maior segurança para os deficientes. Conforme exemplos na Figura 1.

Excessos e exageros podem fazer com que o espaço público se torne mostruário de materiais distintos de pavimentação. A combinação de materiais deve oferecer segurança e unidade paisagística, facilitando os percursos, e não o inverso, ao gerar sensações nada aprazíveis pelo resultado da composição desacertada (ROMERO, 2001). Assim, para a execução do passeio em cada quadra, a Secretaria Municipal de Obras e Urbanismo examinarão e distribuirão a nova cartilha que define o material e desenho a ser implantado.



Na sequência das pavimentações os passeios deverão seguir o novo padrão de desenho, harmonizando com o existente na mesma quadra. Na construção ou reconstrução dos passeios, as faixas pavimentadas deverão ser executadas com um dos seguintes materiais: blocos de concreto pré-moldado com qualquer dimensão ou piso cimentado considerando que demais materiais não serão permitidos.

A construção ou reconstrução de passeios em praças, parques, terminais de transporte e entorno de equipamentos públicos, bem como os passeios das vias arteriais, devem seguir os padrões estabelecidos nos projetos específicos desenvolvidos pela Secretaria Municipal de Obras e Urbanismo em conjunto com a Secretaria de Agricultura, Indústria e Comércio. Nos passeios existentes a Prefeitura de Palmital incluirá a execução de rampas nos cruzamentos e piso tátil para a acessibilidade às pessoas com dificuldade de locomoção e deficiência visual. Implantar um incentivo de revitalização dos passeios na área urbana, implantação, manutenção e reforma das calçadas existentes, reduzindo o valor do IPTU.

Vitalidade Urbana

Vitalidade urbana refere-se à vida nas ruas, praças, passeios e demais espaços públicos abertos. Mais especificamente, dizemos que um lugar possui vitalidade quando há pessoas usando seus espaços como por exemplo caminhando, indo e vindo de seus afazeres diários ou eventuais, interagindo, conversando, encontrando-se, olhando a paisagem e as outras pessoas, divertindo-se das mais variadas maneiras e nos mais diversos locais.

Toda uma gama de atividades relacionadas às trocas comerciais, tais como entrar e sair de lojas, perguntar e pesquisar preços, olhar vitrines, comprar etc. Em suma, a vitalidade urbana pode ser entendida como a alta intensidade, frequência e riqueza de apropriação do espaço público, bem como à interação deste com as atividades que acontecem dentro das edificações, tornando a cidade mais atrativa e segura, conforme pode ser visto no Mapa 10.

Aplicação dos instrumentos do Estatuto da Cidades

O Direito de Preempção, que confere ao Poder Público Municipal a preferência para aquisição de imóvel urbano, objeto de alienação onerosa entre particulares, incidirá sobre as áreas classificadas de 01 a 05, (ver Mapa 8) Implementação dos instrumentos do Estatuto da Cidade, cujas finalidades são:

- Áreas 01, com a finalidade de implantação de programas e projetos habitacionais de interesse social;
- Áreas 02, com a finalidade de delimitação da ZEIS e de regularização fundiária, demarcação e diferenciada no território urbano o que é área de invasão e o que é loteamento irregular.
- Área 03, com a finalidade de criação de espaço público de lazer e áreas verdes e implantação de equipamentos urbanos e comunitários, tal como o parque Municipal;



- Áreas 04, com a finalidade de criação de unidades de preservação e faixas não edificáveis;
- Áreas 05, com a finalidade de fomento na implantação do zoneamento industrial.

Projetos prioritários

Para escolha dos projetos prioritários, foi avaliado e analisado do ponto de vista do uso e ocupação do solo urbano, observou-se na sede urbana de Reserva do Iguaçu a ocorrência de um processo marcado, sinteticamente pela:

- a) Consolidação da ocupação, tanto irregular quanto legalizada, de áreas impróprias, inadequadas ou proibida, tais como áreas de preservação, assoreamento e alagadiças.
- b) Dificuldade de implementação de um processo de planejamento, gestão e fiscalização do solo;
- c) O aumento de grandes extensões de áreas vazias urbanizadas, com a ampliação do perímetro urbano, conforme foi mapeado e apresentada na fase 2 essas áreas estão aptas à serem ocupação, Ver mapa Perímetro Urbano da Sede e Copel;
- d) Grandes potenciais paisagísticos, criando atrativos para o lazer e o turismo.

A partir desta realidade, as propostas a serem elaboradas exigirão, portanto, a inversão deste padrão, cujos instrumentos além de estarem baseados numa nova regulação urbanística, deverão incluir proposta para habitação, meio ambiente, turismo e regularização fundiária. Desta forma, as suas diretrizes norteadoras estarão pautadas na:

- a) Promoção da ocupação de áreas urbanizadas subutilizadas, limitando a retenção especulativa dos imóveis e incentivando o assentamento da população de baixa renda;
- b) Expansão ordenada da malha urbana, em especial a observada no centro da cidade e a restrição e/ou coibição da expansão desordenada da malha urbana, em especial a observada na periferia das áreas urbanizadas;
- c) Promoção da desocupação de áreas urbanas com risco de desbarrancamentos, erosão, especialmente, aquelas localizadas em declividades impróprias à ocupação urbana e em áreas insalubres, procurando garantir a população residente, o respeito às relações de vizinhança e de identidade com o espaço vivido;
- d) Promoção da utilização sustentável das áreas urbanas e rurais, coibindo a especulação imobiliária e a ocupação de áreas de preservação permanente;
- e) Definição de parâmetros construtivos capazes de melhorar a integração dos elementos construídos com a paisagem natural encontrada;
- f) Nova área para instalação de um novo cemitério;
- g) Definição de área para futura implantação do Parque Industrial - Zona Industrial que deverá ser instalado na porção noroeste do município, considerando a existência de indústrias nessa zona:

As atividades industriais a serem implantadas no município deverão levar em conta qual a aptidão industrial do município. Ou seja, priorizar indústrias que utilizem apenas mão-de-obra local e o provimento dos insumos a serem industrializados, sem a necessidade de importação deles. Todos os municípios paranaenses, inclusive Guarapuava, que implantaram distritos industriais atraindo indústrias alheias à mão-de-obra local e insumo básico produzido na microrregião, tiveram aumento significativo de receita e oferta de empregos.

Implementação da nova regulação urbana como instrumento fundamental à garantia da acessibilidade, mobilidade e respeitar o Meio Ambiente

Como anteriormente abordado um dos instrumentos fundamentais para a concretização da proposta, é a ampliação e implementação de uma da regulação urbana: Lei de Zoneamento e Uso do Solo Urbano da Sede, Lei de Parcelamento, Código de Obras, Código de Posturas e o Sistema Viário.

As propostas para a revisão da legislação urbanística, que será detalhada em Minutas de Projetos de Lei e espacializadas nos mapas presentes mais adiante nesse documento, resumidamente podem ser assim apresentadas:

- a) Alteração e ampliação da Lei já existente do Perímetro Urbano com a sua reelaboração e demarcação dos marcos, ver novo mapa do Perímetro Urbano da Sede;
- b) Ampliação das áreas verdes públicas, com o objetivo de explorar as propriedades ecológicas, paisagísticas, recreativas e turísticas, melhorando e garantindo suas qualidades estéticas, funcionais e ambientais, criando na área da sede um espaço de fruição do ambiente natural. Para tanto a Lei de Zoneamento propõe a uma Zona de Área Verde Pública, com parâmetros de ocupação, baseando-se naqueles estabelecidos pela Resolução nº 369/2006 do Conselho Nacional do Meio Ambiente – CONAMA;
- c) Previsão da adoção de alíquotas diferenciadas no IPTU para terrenos urbanos ocupados e desocupados, com o objetivo de adensar áreas urbanizadas subutilizadas, coibir a expansão urbana e proibir o parcelamento de novas glebas.

O aumento progressivo na alíquota do IPTU será gradual, já que o objetivo é compelir o proprietário de imóvel não utilizado, subutilizado ou não edificado a cumprir as obrigações decorrentes do art 5º do Estatuto das Cidades, forçando, assim a ser dada função social à propriedade, tendo, portanto, caráter subsidiário. Há ainda o IPTU progressivo no tempo, que consiste na progressividade das alíquotas do Imposto territorial Urbano.

Potencializar a arrecadação de IPTU de acordo com a revisão do zoneamento proposto e o Código Tributário. Além de implantar as leis o município poderá fazer o recadastramento na área urbana com finalidade de atualização cadastral dos imóveis, dados nominais, sociais e tributários do município, sobretudo para a arrecadação de impostos imobiliários e territoriais.

d) O IPTU Verde é um instrumento Municipal, a ser instituído por Decreto para incentivar empreendimento do Município a adotarem práticas sustentáveis em suas edificações, concedendo-lhes descontos fiscais no IPTU. Como veremos a seguir, trata-se de instrumento que não está previsto no Estatuto da Cidade, sendo assim, fornecemos um maior detalhamento a respeito de seu funcionamento.

Objetiva-se incentivar a sustentabilidade urbana através de descontos no valor do IPTU para empreendimentos imobiliários residenciais, comerciais, mistos, institucionais e industriais que adotem medidas de estímulo à proteção, preservação e recuperação do meio ambiente, minimizando os efeitos negativos e impactos decorrentes da urbanização, criando um modelo integrado de desenvolvimento e sustentabilidade ao movimentar o mercado de empresas especializadas em tecnologias sustentáveis, resultando em geração de emprego e renda e movimentando a economia da cidade.

Ao dar entrada no pedido para obtenção da certificação, o requerente deve apresentar os documentos solicitados no Manual que comprovem o cumprimento dos requisitos pleiteado, dispostos no Anexo do Decreto a ser elaborado organizadas em cinco categorias, sendo estas:

- Gestão Sustentável das Águas;
- Eficiência e Alternativas Energéticas;
- Projeto Sustentável;
- Criação de área de Proteção Ambiental;
- Emissões de Gases do Efeito Estufa.

Os órgãos responsáveis pela análise de cada categoria irão avaliar os requisitos e, caso seja deferido, será somado à pontuação da empresa ou cidadão. As classificações e correspondentes descontos são:

- Bronze: mínimo 50 pontos e desconto de 5% (cinco por cento);
- Prata: mínimo 70 pontos e desconto de 7% (sete por cento);
- Ouro: mínimo 100 pontos e desconto de 10% (dez por cento).

O IPTU Verde, além de certificar os imóveis que realizam práticas de sustentabilidade, também pode conceder a redução de 80% (oitenta por cento) no valor venal de terrenos declarados como não edificáveis e que não sejam economicamente explorados, para efeito de apuração do IPTU a ser pago. São considerados terrenos não edificáveis aqueles localizados em Áreas de Proteção Ambiental – APA, nos termos do PDE, obedecidos os critérios do zoneamento específico para cada área. Para fins de duração do benefício concedido, é considerada a validade de 3 (três) anos, podendo ser renovado por igual período, enquanto for do interesse do requerente. Esse instrumento poderá ser aplicado em toda a área Urbana, com um incentivo maior na área de ocupação de Manancial.

e) Destacar na ZOR (Zona de Ocupação Restrita) no macrozoneamento:

A Zona Urbana Ocupação Restrita (ZOR), áreas destinadas para a conservação da paisagem, a implantação de atividades compatíveis com a manutenção dos recursos ambientais, e proteção de áreas que prestam serviços ambientais, restringindo a ocupação humana permanente num raio de 600 metros do centro principal da atividade que restringe a ocupação humana para habitação, a saber, figura a seguir:

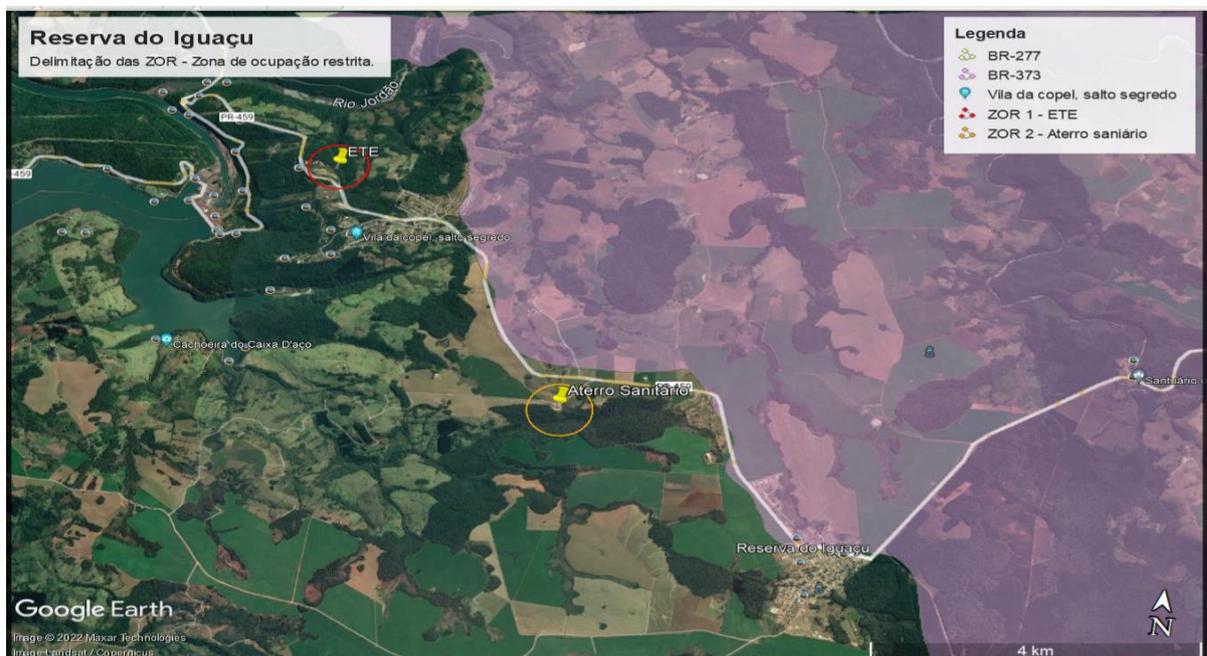


Figura 20: Zona de Ocupação Restrita.
Fonte: Google Earth (2022)

- Zona Urbana de Ocupação Restrita 1 – ETE
- Zona Urbana de Ocupação Restrita 2 - Aterro Sanitário
- Área de manancial que fica em partes dentro do perímetro urbano.

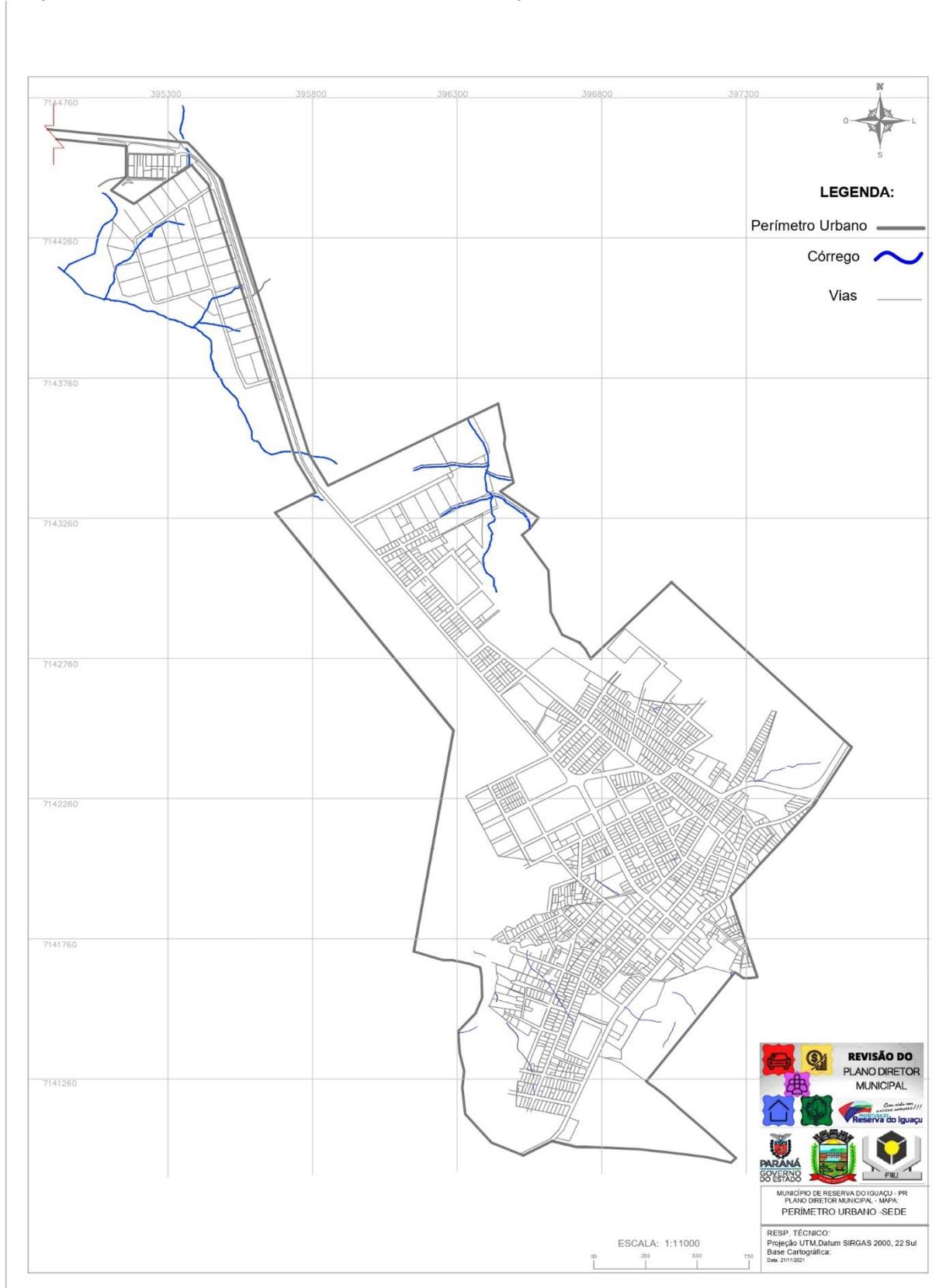
f) Delimitar nas ZEIS (Zona de Interesse Social - Zoneamento) existe dois tipos de ZEIS, mapa x2:

As ZEIS ocupadas, onde já existem assentamentos de população de baixa renda que precisa ser urbanizado e regularizado a as ZEIS de vazios, que são áreas vazias ou mal aproveitadas que podem ser destinadas à construção de habitações de Interesse Social.

g) Proposição de novo Zoneamento composto pela nova divisão (ver Mapa 8)

Os mapas a seguir apresentam o perímetro urbano da Sede, zoneamento de uso e ocupação do solo, melhorias urbanas, áreas verdes e outras informações que foram apresentadas nas Fase 2 e 3 desta Revisão do Plano Diretor do Município de Reserva do Iguaçu.

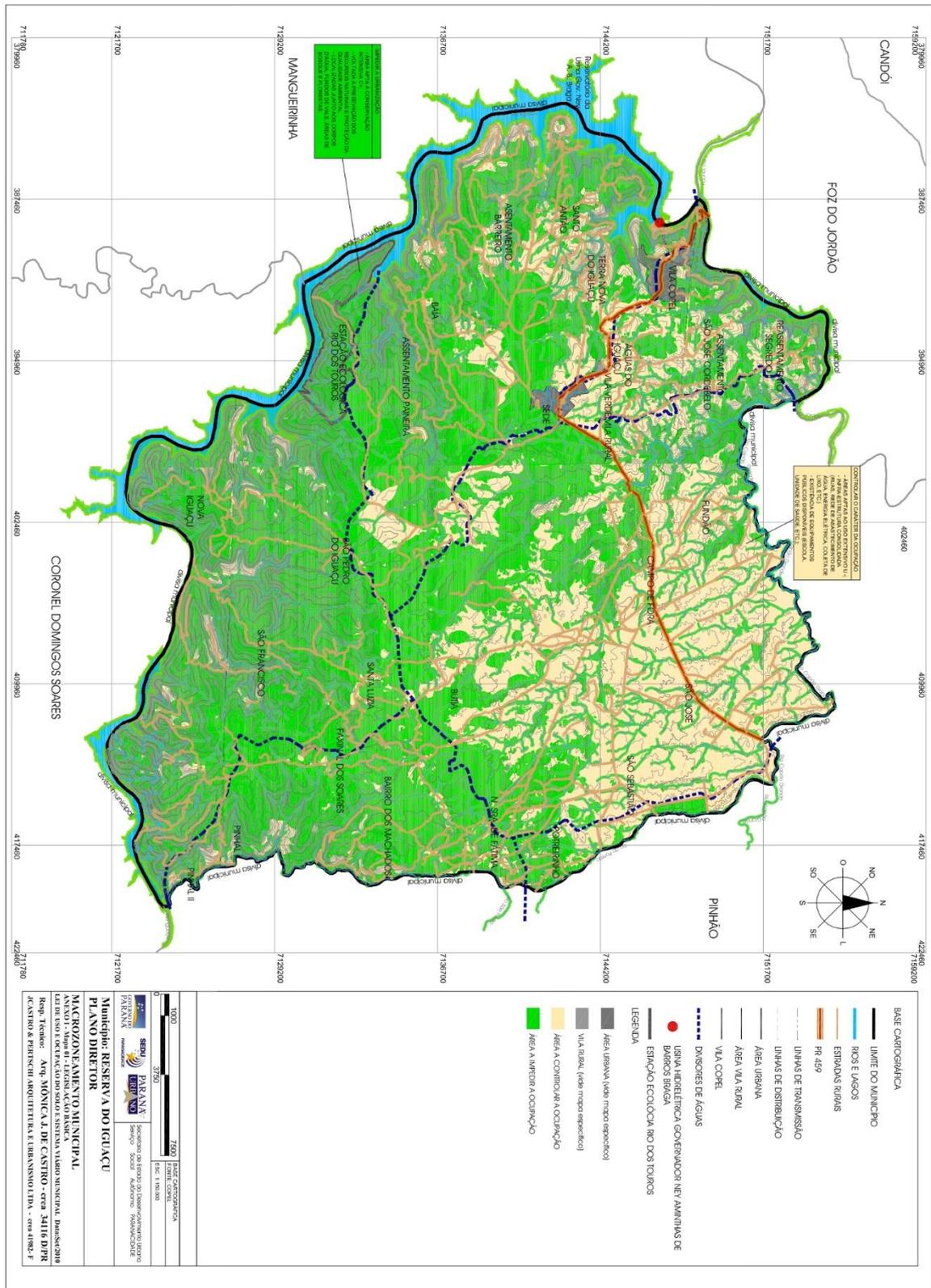
Mapa 1: Perímetro Urbano da Sede do Município



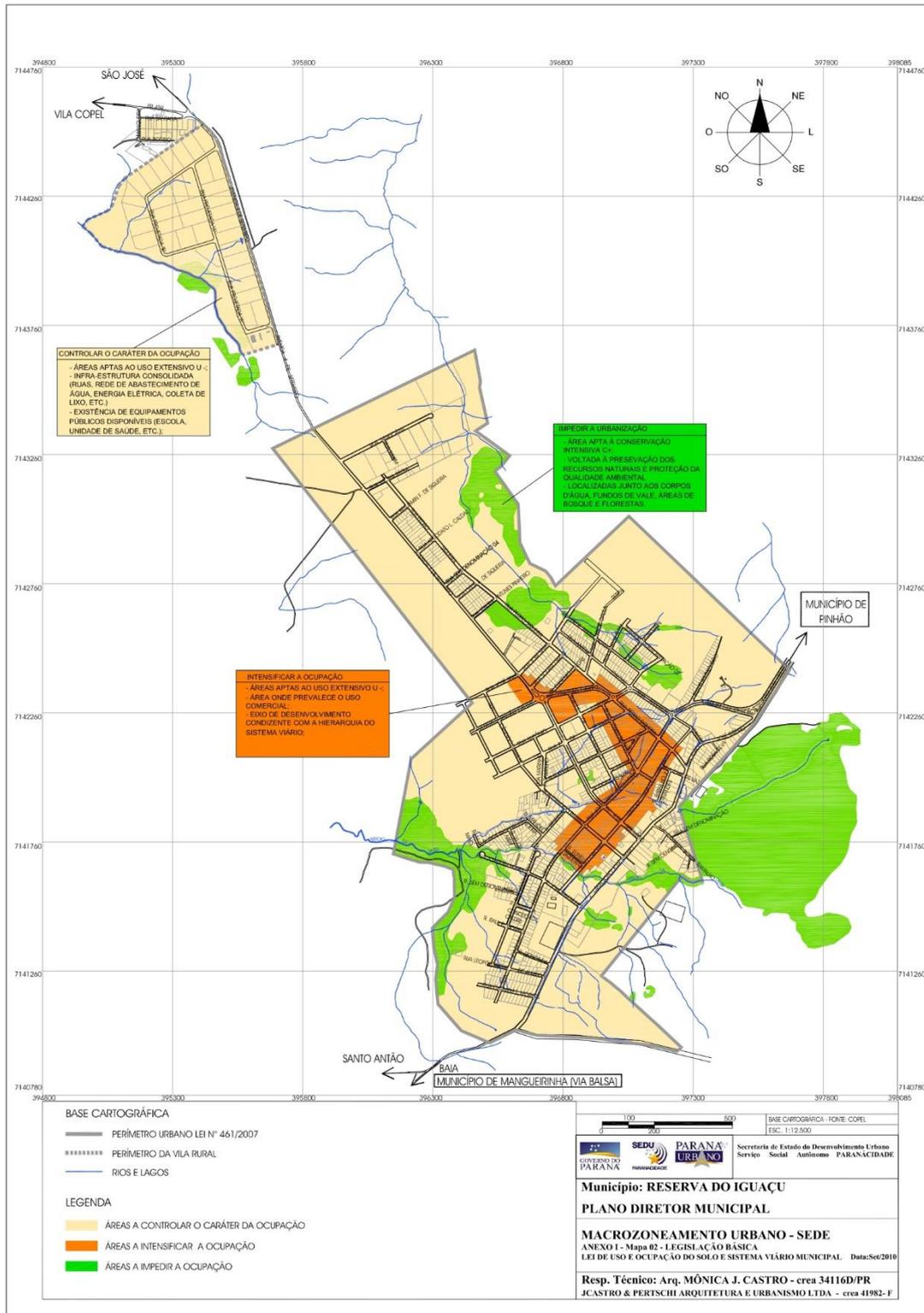
Mapa 2: Perímetro Urbano da Vila Copel



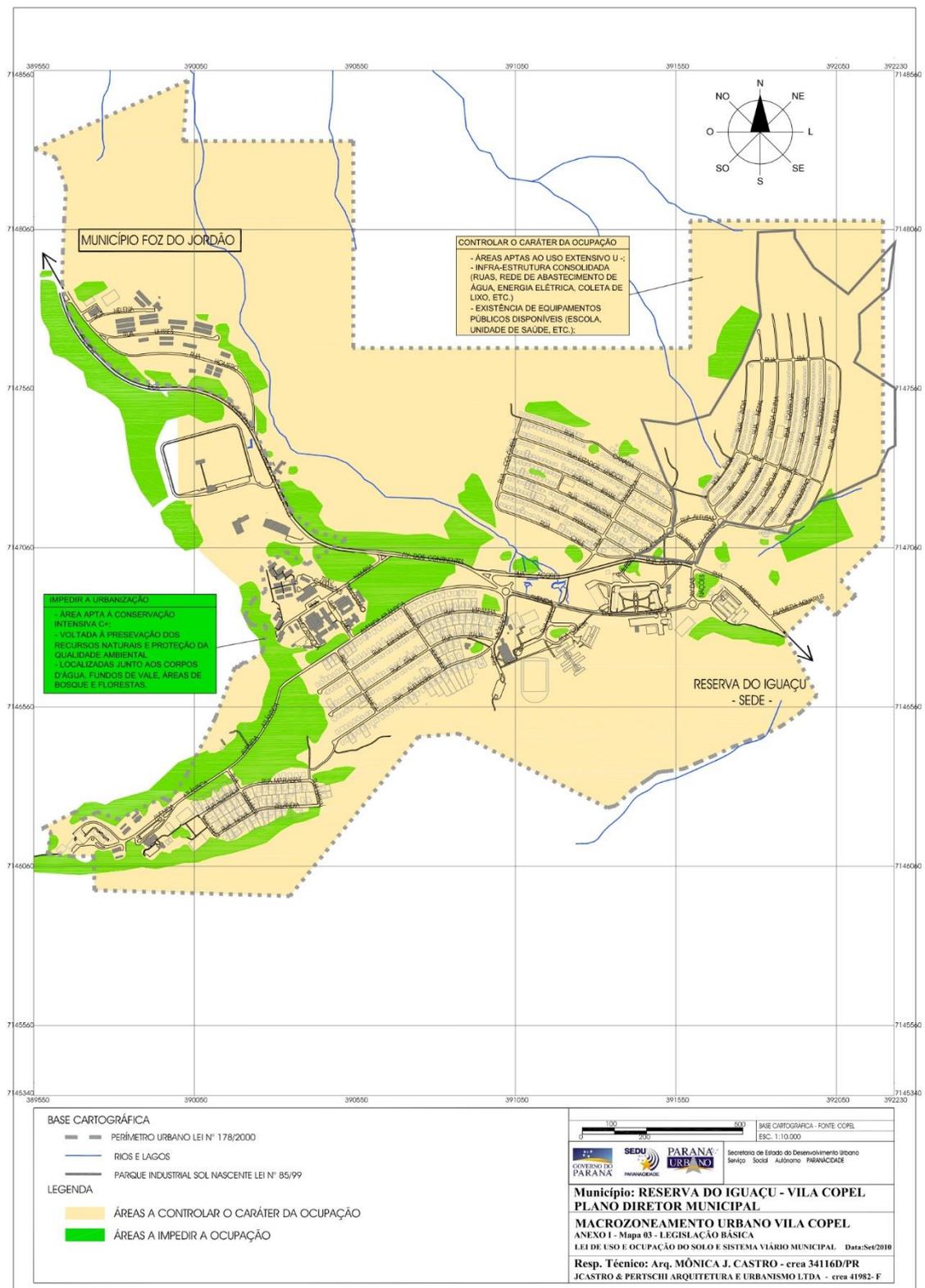
Mapa 3: Macrozoneamento Urbano



Mapa 4: Macrozoneamento Urbano da Sede do Município



Mapa 5: Macrozoneamento Urbano da Vila Copel





Mapa 6: Sistema Viário Sede do Município

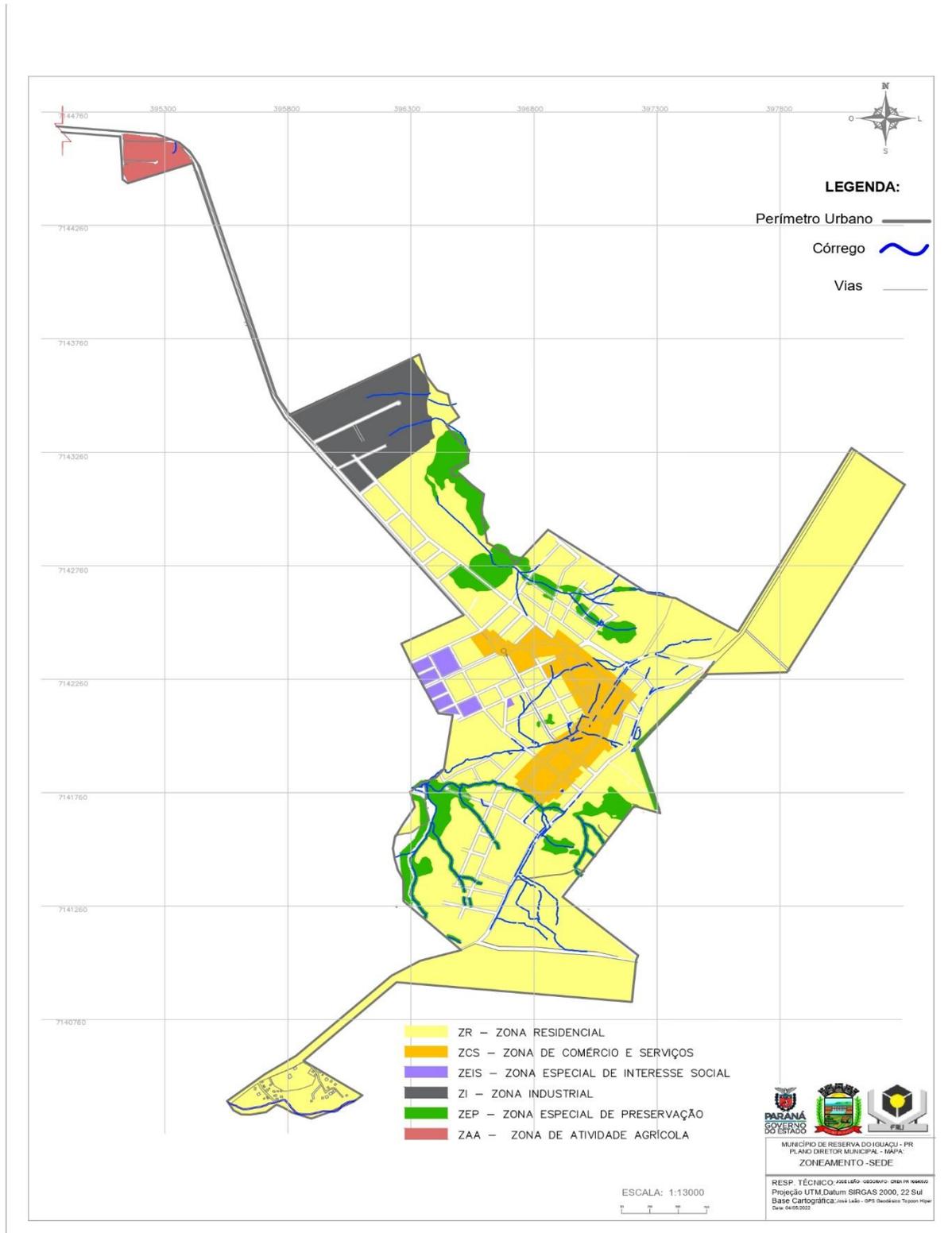




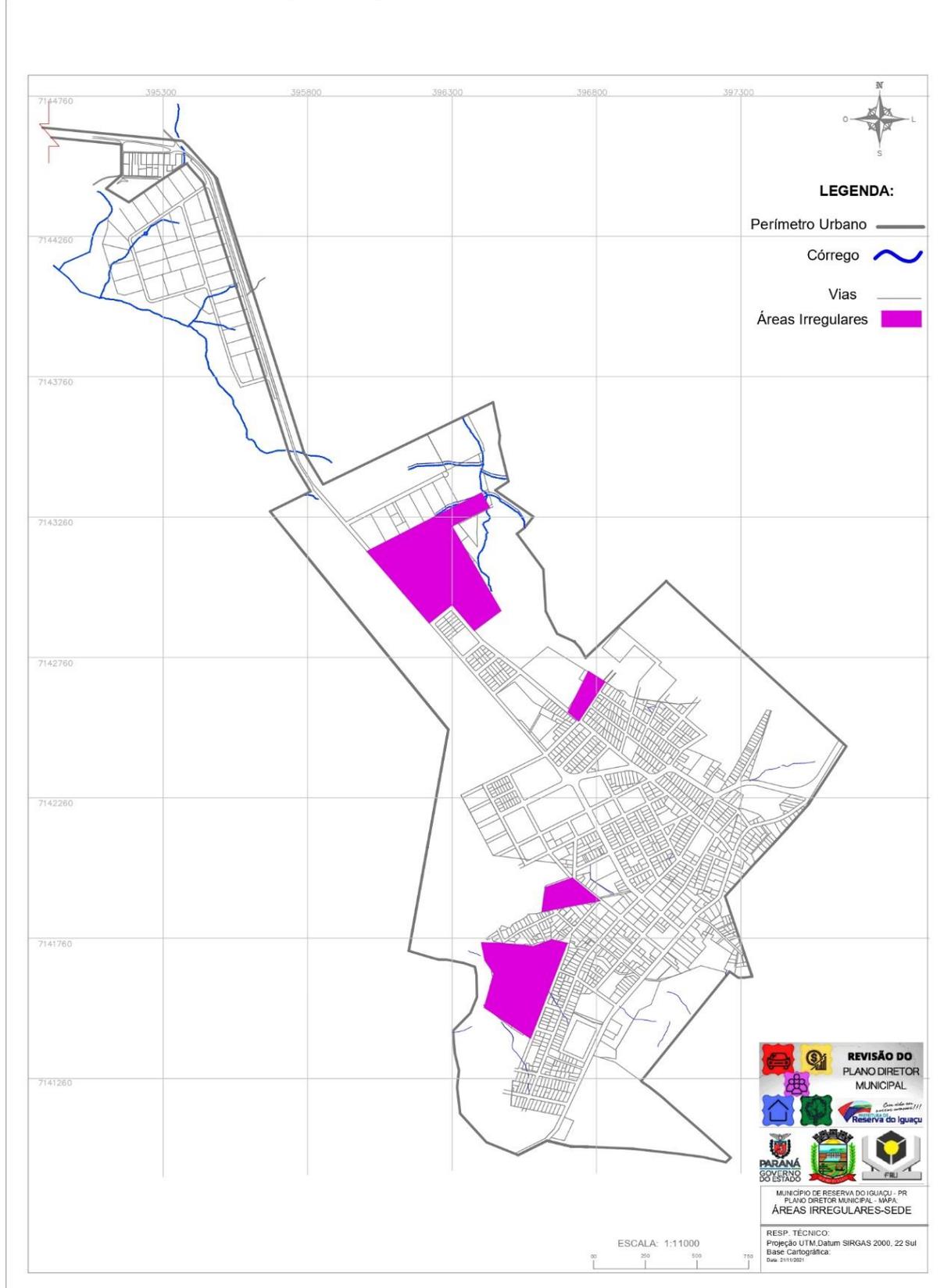
Mapa 7: Sistema Viário da Vila Copel



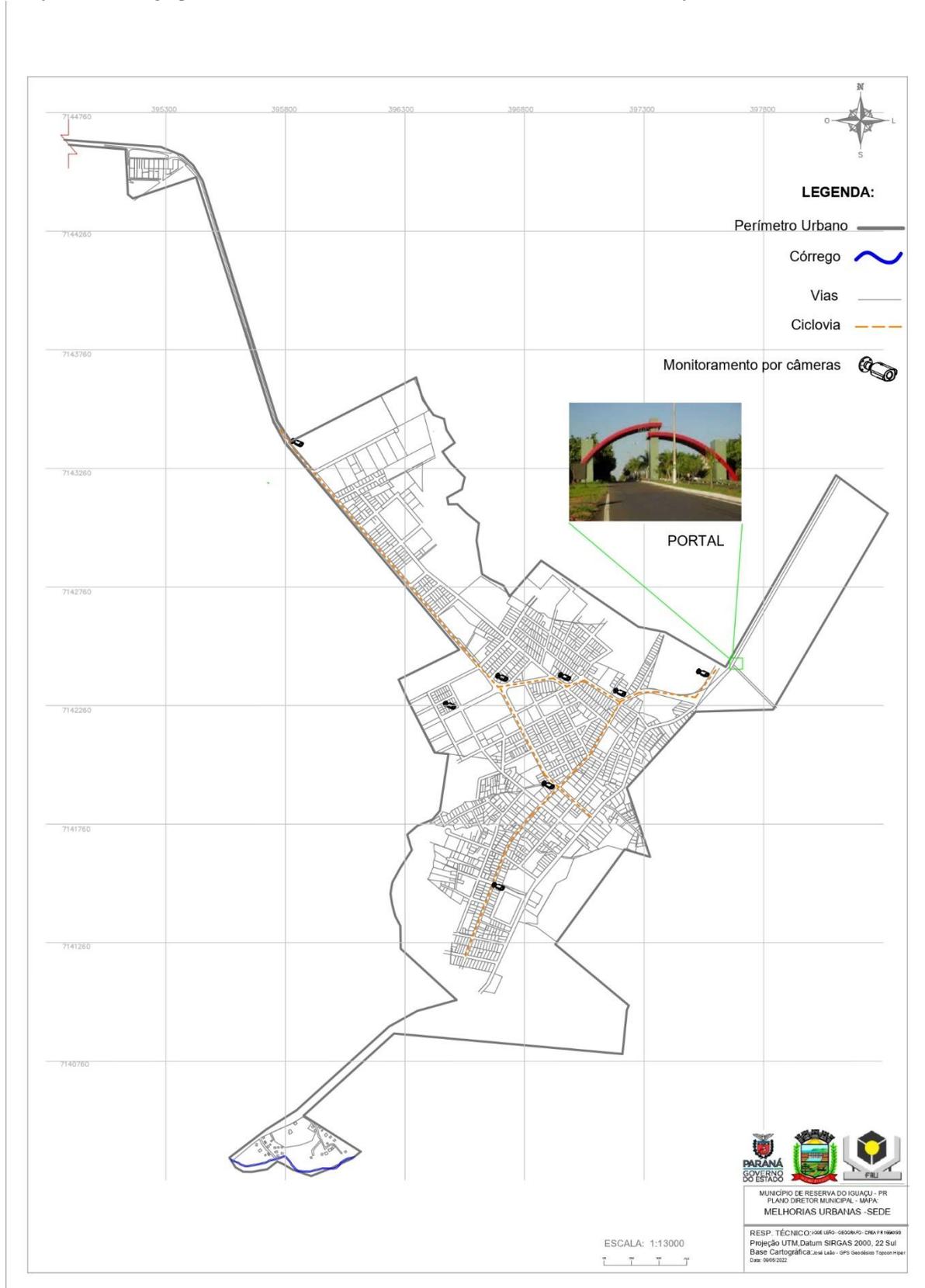
Mapa 8: Zoneamento Urbano da Sede do Município com Detalhamento das Zeis



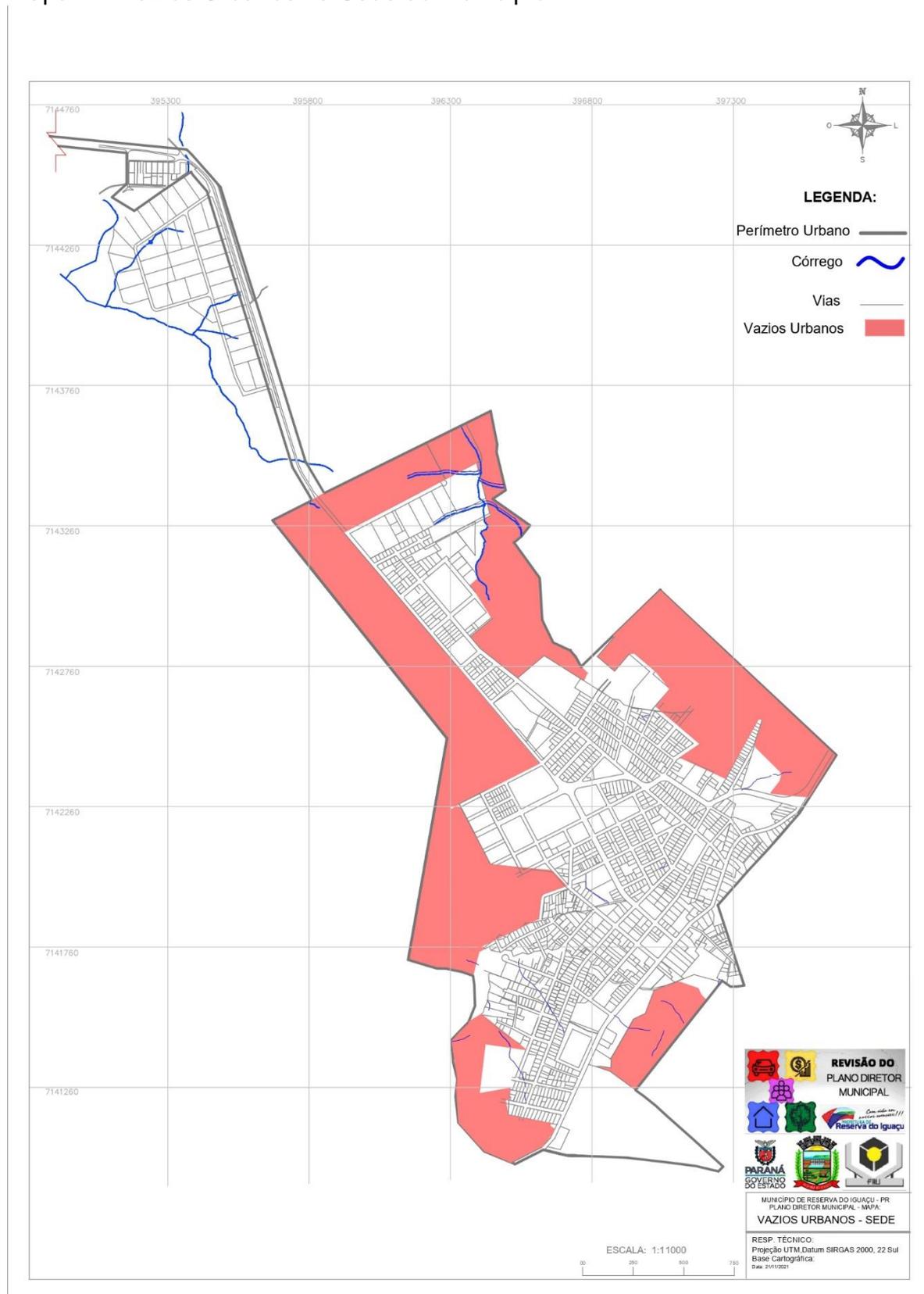
Mapa 9: Áreas de Ocupação Irregular na Sede do Município



Mapa 10: Projeção de Melhorias Urbanas na Sede do Município



Mapa 11: Vazios Urbanos na Sede do Município

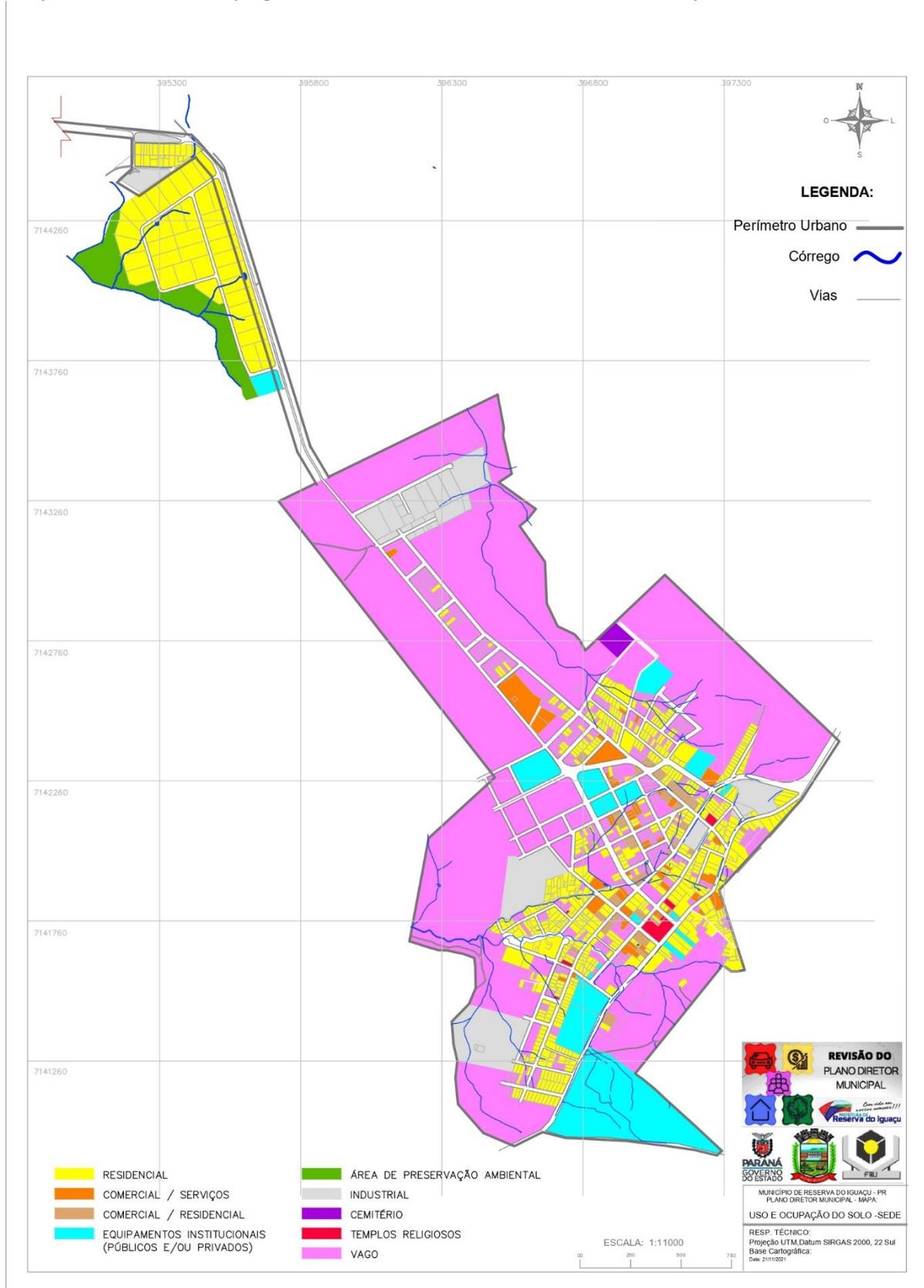




Mapa 12: Vazios Urbanos na Vila Copel



Mapa 13: Uso e Ocupação do Solo Urbano na Sede do Município



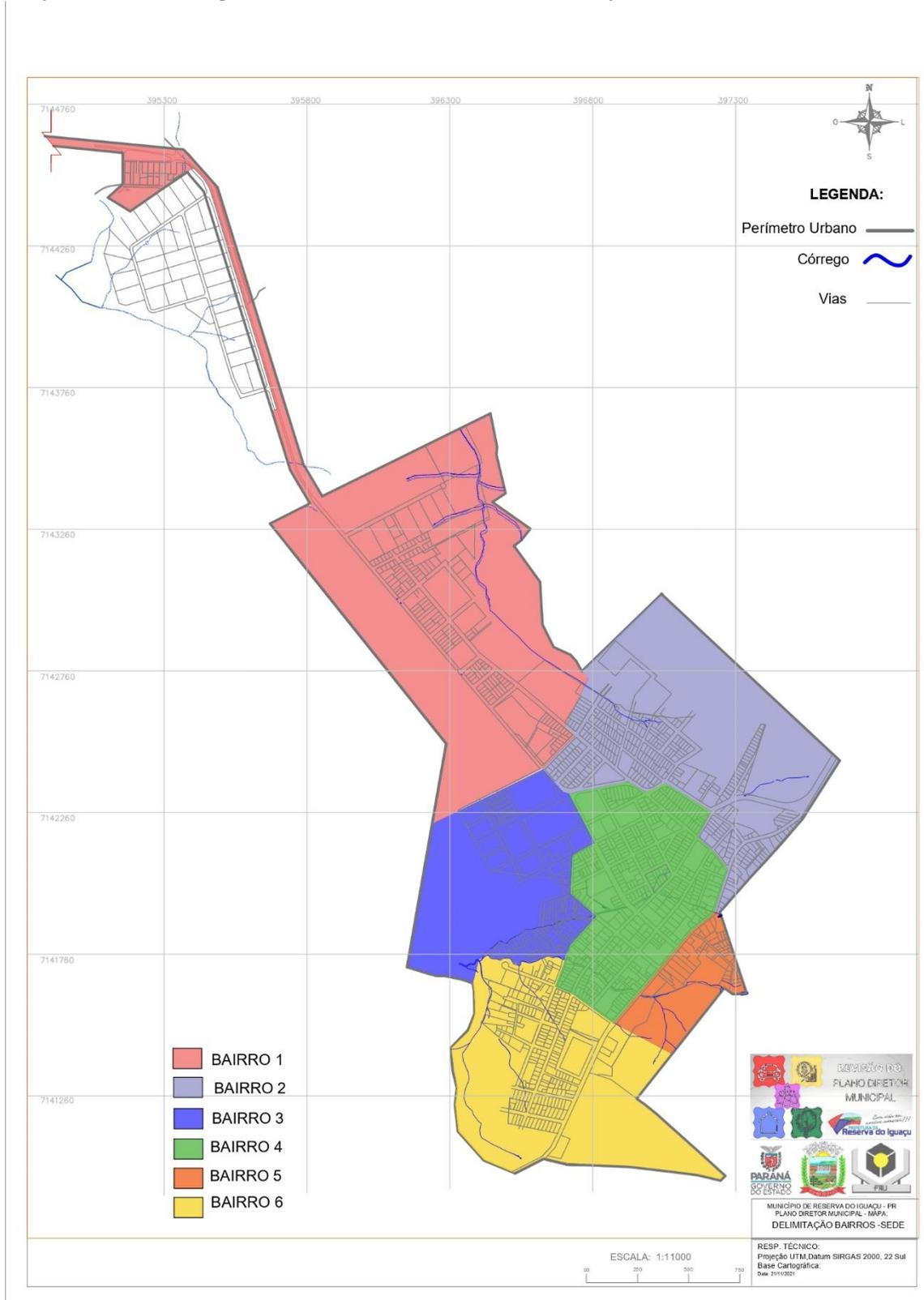
Mapa 14: Uso e Ocupação do Solo Urbano na Vila Copel



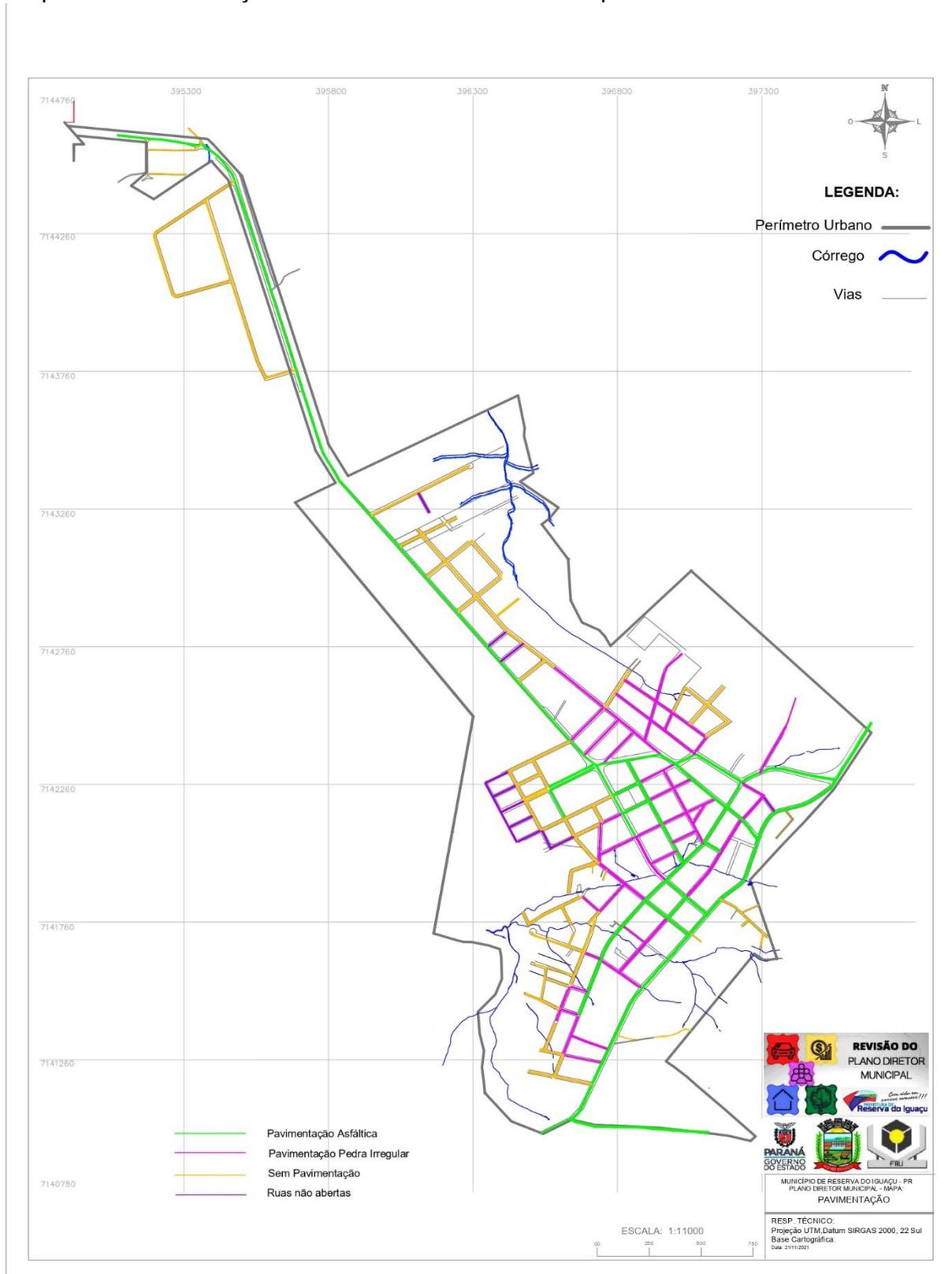
Mapa 15: Distribuição de Bairros na Vila Copel



Mapa 16: Distribuição de Bairros na Sede do Município



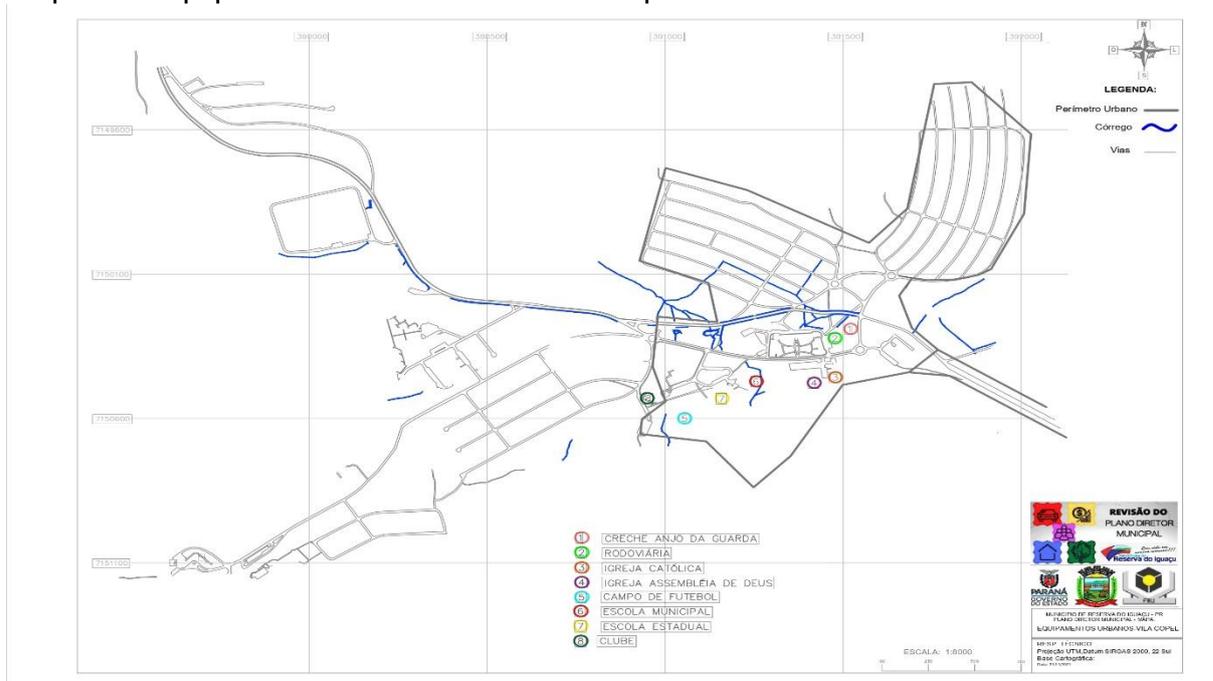
Mapa 17: Pavimentação Asfáltica na Sede do Município



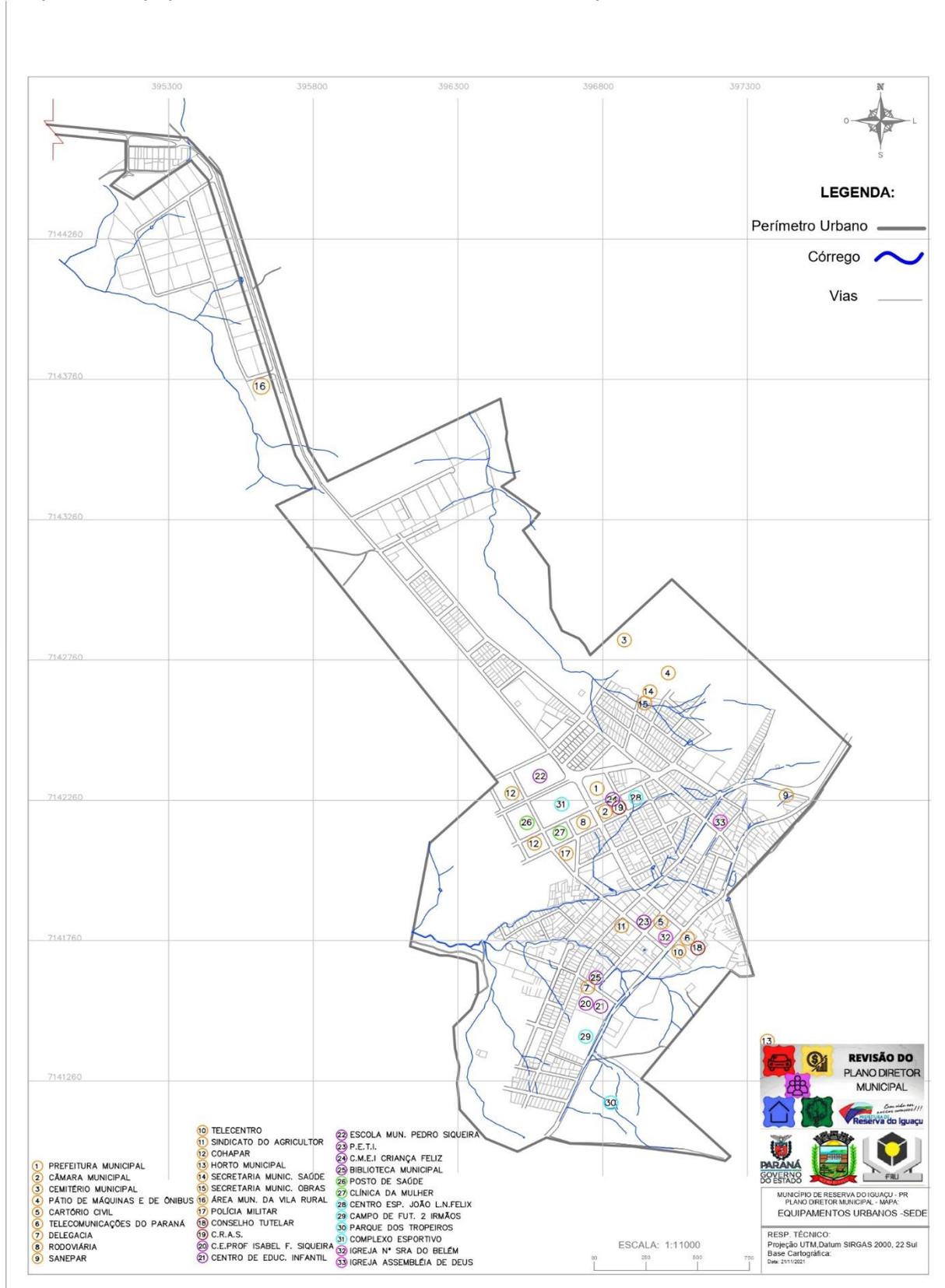
Mapa 18: Pavimentação Asfáltica na Vila Copel



Mapa 19: Equipamentos Públicos da Vila Copel



Mapa 20: Equipamentos Públicos da Sede do Município



DIRETRIZES PARA AÇÕES AMBIENTAIS

As diretrizes ambientais para o Município de Reserva do Iguaçu devem minimizar os impactos ambientais que já existem atualmente, bem como impedir que futuros danos ocorram ao meio ambiente, em decorrência de atividades antrópicas.

As diretrizes devem, ainda, viabilizar o abastecimento de água atual e futuro, preservando as áreas de mananciais, manejo das águas pluviais, preservação das espécies vegetais da região, o manejo dos resíduos sólidos e controle das intervenções em cursos d'água.

Sendo assim, foram listadas a seguir, algumas diretrizes e proposições levando em conta o contexto municipal atual e futuro:

Aquisição de um carro com tração

A presente proposta visa atender melhor e de maneira mais eficiente as demandas recorrentes das estações ecológicas do município, bem como de uso geral da Secretaria Municipal de Meio Ambiente.

Manutenção das Estações Ecológicas

Unidades de conservação são áreas que possuem aspectos naturais relevantes, são legalmente instituídas pelo Poder Público, visando a proteção da natureza, com objetivos e limites definidos.

O município de Reserva do Iguaçu possuiu várias áreas de preservação, entre elas algumas estações ecológicas que demandam manutenção para a preservação das mesmas, uma vez que se faz necessário atualmente a construção de cercas ao redor das estações e em alguns pontos onde já há a existência das cercas precisam ser reformados.

O município de Reserva do Iguaçu conta com três estações ecológicas municipais, sendo elas: Estação Ecológica Francisco Paschoeto, Corredor das Águas e Vale das Araucárias. E uma estação ecológica estadual que é a Estação Ecológica Rio dos Touros.

Construção e revitalização de parques e praças

O município tem como intuito ampliar a área de parques e praças municipais, dentro desse objetivo há a intenção da construção de um parque de fundo de vale, onde a prefeitura visa a aquisição de um terreno local.

Há também a necessidade de manutenção e revitalização dos parques e praças já existentes no município como a Praça João Siqueira que necessita de um plano de Arborização.

Cemitério Municipal

O atual cemitério municipal de Reserva do Iguaçu encontra-se em área de manancial do Rio que abastece a cidade com água para consumo humano, sendo assim, o cemitério está alocado em local inapropriado.

Dito isso, é necessário em caráter de urgência a aquisição de terreno fora da área de manancial e em local apropriado para a construção do novo cemitério municipal.

Abastecimento de água

É necessário e de extrema importância a qualidade hídrica do manancial de abastecimento do município de Reserva do Iguaçu, visando o atendimento presente e futuro de toda a população.

Esgotamento Sanitário

O município de Reserva do Iguaçu avançou muito nos últimos anos no que se refere ao tratamento de esgoto nos últimos 10 anos, atualmente a taxa de cobertura é de 60,15% contemplados em 1.140 ligações de esgoto.

Entretanto, faz-se necessário a implantação do sistema de coleta e tratamento de esgoto em todo o perímetro urbano do município e também definir opções para redução da poluição hídrica por esgotamento sanitário.

Energia

Apesar de muito avançado, a taxa de cobertura de energia elétrica no município de Reserva do Iguaçu não é de 100%, alguns bairros como o “Carvoeira” ainda são desassistidos quando o assunto é energia elétrica.

Sendo assim, é necessário a ampliação do sistema de abastecimento de energia elétrica no município.

Resíduos Sólidos

Plano Municipal de Gerenciamento Integrado de Resíduos Sólidos

O município possui plano municipal de gerenciamento integrado de resíduos sólidos - PMGIRS passando por atualização no ano de 2021, plano esse que contempla todas as esferas da gestão e gerenciamento do município de Reserva do Iguaçu.

1.1. Coleta convencional

A taxa de cobertura da coleta convencional dos resíduos sólidos urbanos – RSU no perímetro urbano do município de Reserva do Iguaçu é de 100%, passando por todos os bairros do município em média 2x por semana, feita através de caminhão compactador.

O município conta com um aterro sanitário com licença ambiental atualmente vigente até o ano de 2023, entretanto, algumas melhorias ainda podem ocorrer no aterro



sanitário municipal, pois o mesmo não possui balança para controle de peso dos resíduos.

1.2. Coleta Seletiva

A taxa de cobertura da coleta seletiva no perímetro urbano do município é de 100%, ocorrendo em média uma vez por semana através de um caminhão baú.

Nas comunidades do interior a coleta seletiva acontece pelo menos uma vez por mês, em alguns locais quinzenalmente.

Como diretriz para os próximos anos seria a melhoria das condições de trabalho para os catadores de recicláveis, evitando o uso de atravessadores, buscando facilitar a venda dos produtos recicláveis e também melhorar o valor de vendas desses resíduos. Isso pode acontecer através de buscas por mais subsídios e também o incentivo ao associativismo.

1.3. Área de Compostagem

Seguindo o cenário nacional, a maior quantidade de resíduos dispostos em aterro sanitário são os resíduos orgânicos, podendo ser mais de 50% da tonagem encaminhada ao aterro.

Sendo assim, também como diretriz para os anos futuros seria a implantação de uma área de compostagem.

1.4. Pontos de Entrega Voluntária e Resíduo Hospitalar

Os Pontos de Entrega Voluntária – PEVs são um importante instrumento no gerenciamento dos RSU pois incentivam e facilitam o descarte de resíduos que não são coletados pela coleta convencional e nem pela coleta seletiva.

Atualmente o município de Reserva do Iguaçu não possui PEVs, mas uma diretriz para os próximos anos seria a implantação de PEVs, de modo que atendam como Ecoponto para coleta de resíduos como: óleo de cozinha usado, lâmpadas, pilhas e baterias e resíduos eletrônicos.

Já os resíduos hospitalares são coletados por empresa terceirizada.

2. Hidrologia

2.1. Rede Hidrográfica

A rede hidrográfica da região é constituída pelos rios integrantes da bacia do rio Iguaçu. E visando a diminuição de assoreamento e reconstituição das matas ciliares na bacia hidrográfica do município, logo implantar:



- Um plano para recomposição vegetal primitiva no manancial;
- Reconstituir a mata ciliar para evitar o assoreamento e a preservação das fontes e rios;

Sendo assim, tendo em vista a proteção de nascentes e a preservação das Áreas de Proteção Permanente – APPs em torno dos rios, propõem-se a parceria entre os órgãos de âmbito municipal, estadual e federal para incentivar o reflorestamento.

ENCAMINHAMENTOS

Foram previstos os seguintes projetos prioritários:

- ✓ Ampliar o sistema viário urbano para o uso do pedestre e do ciclista, atendendo a critérios ambientais, escala e garantindo a acessibilidade.
- ✓ Plano Municipal de Arborização Urbana - implantação
- ✓ Vitalidade Urbana – Vias principais:
- ✓ Construção da Ciclovia ligando Copel à sede;
- ✓ Ampliação de calçadas e implantação de rampas, segundo NBR;
- ✓ Requalificação do pavimento das vias
- ✓ Implantação de mobiliário ao longo das vias como bancos, lixeiras, placas de sinalização;
- ✓ Melhorias no paisagismo e arborização;
- ✓ Ampliação da rede coletora de esgoto;
- ✓ Revitalização da Praça Ecológica João Siqueira;



REFERÊNCIAS

Atlas Geológico do Estado do Paraná. Mineropar, 2001. 1CD-ROM.

CONDETEC – Conselho de Desenvolvimento do território Cantuquiriguaçu, Território Cantuquiriguaçu – Paraná Estratégia para o Desenvolvimento II, Laranjeiras do Sul, 2009.

FAMEPAR. **Legislação urbana.** Curitiba: 1991.

FERRARI, C. **Curso de planejamento municipal integrado: urbanismo.** 5.ed. São Paulo: Pioneira, 1986. 631p.

IBGE. **Produção agrícola municipal 2002 - Culturas temporárias e permanentes** – Brasil, Rio de Janeiro: IBGE, 2002.

_____. **Produção da extração vegetal e da silvicultura 2002** – Brasil, Rio de Janeiro: IBGE, 2002.

_____. **Produção da pecuária municipal 2002** – Brasil, Rio de Janeiro: IBGE, 2002.

Indicadores e mapas temáticos para o planejamento urbanos e regional: Paraná 2003. IPARDES, 2003. 1 CD-ROM.

IPARDES, **Paraná – Projeções das populações municipais por sexo e idade 2000 a 2010.** Curitiba: IPARDES,

_____. **Tipologia dos municípios paranaenses segundo indicadores sócio-econômicos e demográficos** – Brasil. Curitiba: IBGE, 2003.

_____. Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. **Leituras regionais: mesorregião geográfica noroeste paranaense.** Curitiba: IPARDES, 2004. 141p.

_____. **Índice de desenvolvimento humano municipal: IDH-M 2000- Anotações sobre o desempenho do Paraná.** Curitiba: IPARDES, 2000.43p.

IPEA, **Caracterização e tendências da rede urbana no Brasil: estudos básicos para a caracterização da rede urbana.** Brasília: IPEA, 2001. 390p.

Mapas do Google. Disponível em <https://www.google.com.br/intl/pt-BR/earth/> Acesso em mar-abr-maio 2022

MOTA, S. **Urbanização e meio ambiente.** Rio de Janeiro: ABES, 1999. 352p.

SILVA E., RAMOS L., LOCH C., OLIVEIRA R. **Considerações sobre a implementação de um cadastro técnico multifinalitário.** In: 4º Congresso Brasileiro de Cadastro Técnico Multifinalitário. Anais. Florianópolis, 2002.

SILVA J., **Direito Urbanístico Brasileiro,** São Paulo; Malheiros Editores, 2006. 476p.